



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Bruna de Oliveira Gonçalves

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NA ENGENHARIA:
estudo de caso no CEFET-MG**

Belo Horizonte

2019



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Bruna de Oliveira Gonçalves

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NA ENGENHARIA:
estudo de caso no CEFET-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa II: Processos Formativos em Educação Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Quirino Gonçalves

Belo Horizonte

2019

G635v Gonçalves, Bruna de Oliveira
Violência simbólica de gênero na engenharia: estudo de caso no
CEFET-MG. / Bruna de Oliveira Gonçalves. – – Belo Horizonte, 2019.
114 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em
Educação Tecnológica, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Quirino Gonçalves

Bibliografia

1. Divisão do Trabalho por Sexo. 2. Mulheres – Engenharia
Mecânica. 3. Violência Simbólica. I. Gonçalves, Raquel Quirino. II.
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 362.839



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Bruna de Oliveira Gonçalves

“Violência simbólica de gênero na engenharia :estudo de caso no CEFET-MG”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 28 de fevereiro de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Raquel Quirino Gonçalves– Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Raquel Castro Salomão Chagas
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG

Prof. Dr. Maria Rosa Lombardi
FCC- Fundação Carlos Chagas

AGRADECIMENTOS

Agradecer é externar gratidão por todos aqueles que contribuíram para que meu percurso na pesquisa seja o menos solitário possível. Aprendi com minha orientadora que seria um caminho árduo e individual, no entanto, formar uma rede de colaboração é a opção menos danosa para esse período. Assim eu fiz, e muito fui ajudada.

Primeiramente, agradeço a Deus e aos bons espíritos que me dão condições físicas, emocionais e cognitivas para trilhar minha história. Creio que, com a ajuda espiritual para definir minha escolha profissional, que também é uma filosofia de vida, estou onde eu deveria estar: no universo apaixonante, enriquecedor e repleto de desafios – a Educação.

Meus agradecimentos primeiros dirigidos às pessoas encarnadas alcançam minha família: João Bosco, meu pai, um homem obstinado, íntegro e honesto, que investiu recursos não só, mas também, financeiros, na minha formação. Beatriz, minha mãe guerreira, por ser exemplo de transgressão, de afeto e de garra. Ana Paula, minha irmã, que foi quem me conduziu nas escolhas profissionais e é minha melhor amiga. Incluo aqui o Filipe, meu companheiro, que esteve comigo nesses dois anos de mestrado, sendo meu consolo, meu ombro amigo e minha fortaleza. Obrigada, família, o título é nosso!

Depois, e não menos importante, agradeço a Profa. Dra. Raquel Quirino, pessoa a quem dirijo gratidão por ser minha mentora nas atividades de pesquisa e também em qualquer outro assunto que pedi socorro durante esses quase três anos de convívio. Obrigada, professora, por confiar na minha capacidade, obrigada por não me desamparar e obrigada por me ajudar a pensar “fora da caixa”. Se eu me tornar uma mínima parte da professora que você é, estarei muito orgulhosa de quem sou! Aproveito para externar agradecimento às professoras que formaram minha banca de defesa: Maria Rosa Lombardi, grande inspiração acadêmica, e Raquel Chagas, pelo conhecimento, boa vontade e prontidão. Fica aqui também o registro de gratidão à Antônia Soares Aranha e à Maria Rosa, por terem sido minhas pareceristas logo no primeiro ano. Obrigada, professoras, vocês fazem parte de um dos ritos de passagem mais importantes de minha vida!

Gratidão também aos colegas e amigos que convivi no mestrado. De maneira especial, Camila Guimarães, Gissele Quirino, Kelly Resende, Rodrigo Zola, Mislene Rosa e Graciela Boschetti: vocês são luz na minha vida! Obrigada por todos os conhecimentos compartilhados, por todos os sorrisos e afetos! Formamos, aqui, laços!

Além dos amigos do Programa, agradeço ao Wasley Gonçalves, primeira pessoa que me incentivou a buscar o mestrado; Natália Novaes, meu anjo de guarda na vida e na pesquisa

– desconheço pessoa com um coração mais puro; Rachel Lopes, a melhor ouvinte e amiga; Cléria, Débora e Cristiane, companheiras de trabalho e amigas que me deram condições de adiantar parte da dissertação na escola; Ana Carolina, pelas traduções e pelo dia a dia doce. Guardo vocês no meu coração!

Agradeço ao dinheiro público que pagou a estrutura do CEFET-MG, que fomenta a pesquisa no nosso país e, principalmente, a hora-aula de professores brilhantes como, além da Profa. Raquel Quirino, o Prof. Dr. Luiz Lacerda de Abrãao e Irlen Antônio Gonçalves. Vocês três, professores e professora, são fontes inesgotáveis de inspiração! Gratidão, também, à Universidade do Estado de Minas Gerais pela formação sólida oportunizada no curso de Pedagogia! Como devolutiva de uma parte de tudo o que foi investido na minha formação, tenho o compromisso de contribuir para uma educação pública, gratuita e de qualidade. Espero honrá-lo!

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (BOAVENTURA DE SOUZA, 2003, p. 56)

RESUMO

A presente pesquisa está inserida na “Linha II: Processos Formativos em Educação Tecnológica”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG. Os estudos dessa área focalizam questões da área trabalho-educação nos contextos socioeconômico e político-cultural, destacando os processos históricos e culturais, as relações entre as mudanças societárias, a educação e o mundo do trabalho. A partir das teorias da Divisão Sexual do Trabalho e da Violência Simbólica de Gênero, este trabalho tem como objeto de pesquisa a ser desvelado a violência simbólica de gênero no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG na perspectiva das alunas; de forma a se compreender as motivações, as estratégias de resistência, os desafios e dificuldades enfrentados pelas mulheres para se manterem no curso escolhido. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alunas do curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG em Belo Horizonte e amparando-se nos estudos da Sociologia do Trabalho Francesa, além dos estudos sobre violência simbólica, excertos de fala dos sujeitos de pesquisa foram utilizados no trabalho, aproximando, dessa forma, as categorias de estudo ao objeto de análise. Esta pesquisa evidenciou que a violência simbólica acontece de diferentes formas, inclusive através de uma “auto violência”, sendo mais uma das formas de reestabelecer o que está posto, ou seja, o *status quo*. No entanto, frente à forma de violência sutil, invisível e insidiosa, as estudantes demonstraram mobilizar variadas estratégias de resistência, que visam deslocamentos e transgressões aos princípios da Divisão Sexual do Trabalho. As alunas protagonizam a própria história e fazem a dialética do que está posto com a antítese que suas vidas representam.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho. Violência Simbólica de Gênero. Engenharia Mecânica do CEFET-MG.

ABSTRACT

The present research is inserted at “Line II: Processes of Formative Technological Education”, of Technological Education Post-Graduation Program of CEFET-MG. Studies on this area are focus on work-education issues in socioeconomic and political-cultural contexts, highlighting historical and cultural processes, the relation between societal changes, education and world of work. From the theories of the Work Sexual Division and Gender Symbolic Violence, this assignment has as its research objective to be unveiled the gender symbolic violence in the CEFET-MG’ Mechanical Engineering course by the female students' perspective; in order to be comprehend the motivations, strategies of resistance, the challenges and difficulties faced by women to maintain themselves in the chosen course. For this, it was carried semi-structured interviews with the female students of Mechanical Engineering of CEFET-MG at Belo Horizonte and supported by the studies of the French's Work Sociology, beyond the symbolic violence studies, research subject’s speech excerpts were utilizes, approaching, in this way, the study’ categories to the analyse’ object. This research highlighted the symbolic violence happens in different ways, including through “self-violence”, and it is another way to reestablish what is already set, that is, the status quo. However, facing the sutil, invisible and insidious violence, the female students shown to mobilize many resistance strategies, which aim Work Sexual Division displacement and transgressions. Theses students featured their own history and make dialectics of what is set with the antithesis wich their lives represent.

Keywords: Work Sexual Division. Gender Symbolic Violence. Mecanical Engineering of CEFET-MG.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entrada de mulheres por curso no período de 2013 a 2017 do CEFET-MG (Campus BH)	59
Gráfico 2 - Entrada de estudantes no período de 2013 a 2017 no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG (Campus BH).....	60
Gráfico 3 - Status de matrícula por gênero da Engenharia Mecânica do CEFET-MG (Campus BH), no período de 2013 a 2017	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Ingressos por Processo Seletivo, de Matrículas e de Concluintes em Cursos de Graduação Presencial, por Sexo, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2006-2016	32
Tabela 2 - Os 20 maiores cursos de graduação em número de matrícula e os respectivos percentuais de participação por sexo (feminino e masculino) – Brasil – 2015	33
Tabela 3 - Entrada de mulheres nos cursos de Engenharia do CEFET-MG (Campus BH)	58

LISTA DE SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
FCC	Fundação Carlos Chagas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.1 Objeto e sujeitos de pesquisa.....	18
1.2 Questões de pesquisa.....	19
1.3 Objetivos	19
1.3.1 Geral	19
1.3.2 Específicos.....	19
1.4 Categorias de estudo.....	20
1.5 Metodologia e procedimentos metodológicos.....	20
2. REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 Divisão Sexual do Trabalho	24
2.1.1 Espaço produtivo e esfera da reprodução.....	25
2.1.2 Princípios organizadores da divisão sexual trabalho.....	27
2.1.3 Identidade feminina.....	30
2.1.4 Superioridade escolar feminina e índices das mulheres no espaço produtivo e reprodutivo	31
2.1.5 Exclusões e Segregações vertical e horizontal	35
2.2 Violência simbólica e sexismo	36
2.2.1 Naturalização da relação entre os sexos	37
2.2.2 Construção social e dominação masculina.....	39
2.2.3 Masculinidades	41
2.2.4 Violência simbólica de gênero	42
2.2.5 Estudos sobre violência simbólica	45
3. APROXIMAÇÕES DO OBJETO DE ESTUDO E DE SEU CONTEXTO.....	49
3.1 Desafios das mulheres nas atividades da ciência e tecnologia.....	49
3.2 Mulheres na engenharia.....	53
3.3 Violência simbólica em direção às mulheres na engenharia e segregação horizontal no campo profissional.....	54
4. A PESQUISA DE CAMPO	57
4.1 Levantamento documental: dados do registro acadêmico do CEFET-MG.....	57
4.2 A Engenharia Mecânica do CEFET-MG	61
4.3 As alunas do CEFET-MG sujeitos da pesquisa empírica.....	63
4.3.1 A Fórmula CEFEST.....	63
4.3.2 Perfil das entrevistadas	64

5.	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NO CEFET-MG: PERCEPÇÕES DAS ALUNAS	66
5.1	Os princípios da Divisão Sexual do Trabalho	66
5.1.1	1º Princípio: da separação	66
5.1.2	2º Princípio: hierárquico.....	72
5.1.3	“Ser mais para ser igual”	75
5.1.4	Trabalho reprodutivo.....	76
5.2	Adentrando na violência simbólica de gênero no meio universitário	81
5.2.1	Trabalho de socialização: estereótipos	82
5.2.2	Incompatibilidade entre a reconhecida identidade feminina e o exercício profissional 85	
5.2.3	Auto violência	89
5.2.4	Violência simbólica de gênero no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG – Belo Horizonte	92
5.3	Percepções das estudantes sobre o curso.....	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A	109
	APÊNDICE B.....	110
	APÊNDICE C	111
	ANEXO 1.....	113

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida na “Linha II: processos formativos em Educação Tecnológica”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG. A linha de pesquisa mencionada investiga os processos formativos que acontecem na perspectiva da educação que considera o sujeito em sua totalidade. Investigam-se nessa linha as relações sociais voltadas para a formação, qualificação e atuação profissional nos âmbitos de instituições educacionais e empresariais, tendo como foco questões nos contextos socioeconômico e político-cultural.

O presente trabalho está estruturado em mais cinco capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, apresenta-se e justifica o problema de pesquisa, cujo enfoque é entender como se dá a violência simbólica de gênero no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG. Além disso, são apresentados o objeto e sujeitos de pesquisa, questões norteadoras, objetivos (geral e específicos), categorias de estudo e metodologia e procedimentos metodológicos. Assim, definiu-se qual seria o caminho percorrido visando apreender o objeto a ser desvelado.

Já no capítulo seguinte, é trazida a revisão da literatura, que contou com o estudo de teorias, como a divisão sexual do trabalho e a violência simbólica de gênero, e de outros textos que colaboram na problematização da temática. Os estudos da Sociologia do Trabalho Francesa, de base marxista, foram priorizados, tendo Helena Hirata e Danièle Kergoat como expoentes. Foi também priorizada a teoria de Bourdieu acerca da violência simbólica que atinge mulheres. Esses estudos colaboraram para o entendimento de que quando mulheres transgridem o *status quo* e se dirigem às áreas hegemonicamente masculinas, estão suscetíveis à violência simbólica.

Visando aproximações do objeto e de seu contexto, no capítulo terceiro, é apresentada a revisão da literatura explorando os desafios enfrentados por mulheres que se dedicam às áreas da Ciência e Tecnologia, as mulheres nas engenharias e o que a literatura ainda incipiente traz sobre violência simbólica que atinge essas mulheres.

No capítulo da pesquisa empírica, o quarto, é apresentado o levantamento documental feito junto ao Registro Acadêmico do CEFET-MG, há uma análise do plano de curso da graduação estudada (engenharia mecânica), é explicado o projeto de extensão Fórmula CEFAST e, em seguida, são descritas as entrevistas.

Adiante, já no quinto capítulo desta dissertação, excertos de fala interessantes ao estudo foram analisados sob a perspectiva teórica da divisão sexual do trabalho e da violência simbólica de gênero. Por fim, são discutidas as percepções das estudantes sobre o curso.

A seguir, são feitas considerações finais, encerrando o trabalho com temas para estudos posteriores, demonstrando que esta pesquisa tem a pretensão de fazer parte de, um dia, existir um arcabouço teórico muito explorado e debatido.

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo os dados do IBGE (BRASIL, 2014, p. 119), o salário das mulheres não se iguala ao dos homens em nenhuma das consideradas “áreas gerais”. Para o Instituto, a desigualdade de rendimentos é resultado, em grande medida, de uma inserção diferenciada por sexo no mercado de trabalho, já que mulheres estão, em maior número, em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços. “Também nas áreas de formação, as mulheres estão em maior proporção na Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%)” (BRASIL, 2014, p. 107).

Tais dados são corroborados pela Fundação Carlos Chagas (2007), atestando que, apesar da relação de que quanto maior a escolaridade maiores são as possibilidades de rendimentos ser válida para ambos os sexos, isso se aplica mais aos homens do que às mulheres. Para o IPEA (2012), ainda que a mulher tenha uma renda superior e seja considerada responsável pelo domicílio, ela sempre despende mais tempo com afazeres domésticos do que os homens nas mesmas posições. Além disso, quando o número de horas gasto com atividades domésticas das mulheres ocupadas é comparado ao dos homens desocupados, “elas despendem quase 10 horas a mais que eles, ainda que estejam sem ocupação” (IPEA, 2012, p. 8).

Quando analisados sob as perspectivas dos estudos de Olinto (2011) e de Hirata e Kérgeat (2007) os dados apresentados corroboram as teorias da segregação horizontal e da segregação vertical e a dos dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, respectivamente.

O primeiro princípio organizador - o princípio da separação (Hirata e Kérgeat, 2007) - anuncia que existem trabalhos de homens e trabalho de mulheres, assim como a segregação horizontal (Olinto, 2011) evidencia que a escolha profissional das mulheres é marcadamente diferente das dos homens. Em sua grande maioria, conforme os dados apresentados, as escolhas profissionais das mulheres são para áreas e profissões hegemonicamente femininas, nas quais prevalecem a prestação de serviços, a organização, a limpeza, como um prolongamento das tarefas domésticas.

Já o segundo princípio - o da hierarquia (Hirata e Kérgeat, 2007), aquele no qual as atividades desenvolvidas por homens têm valor social e econômico superior às exercidas pelas mulheres, pode ser associado à segregação vertical (Olinto, 2011) e a metáfora do teto de vidro (Lima, 2013), denotando uma dificuldade maior para as mulheres ascenderem profissionalmente. Ressaltam-se também as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres

para se inserirem e se manterem no mercado de trabalho, sobretudo em áreas consideradas masculinas, o que Lima (2013) caracteriza como um labirinto de cristal.

No entanto, Olinto (2011) anuncia as indubitáveis conquistas auferidas pelas mulheres na educação e no trabalho, assim como sua crescente participação nas carreiras de ciência e tecnologia, denotando que elas estão rompendo estereótipos, enfrentando os preconceitos e discriminações e fazendo sua própria história. Entretanto, apesar dos avanços, as crenças, valores e atitudes socialmente estabelecidos formam estereótipos sobre habilidades diferenciadas por sexo e influenciam as escolhas que as mulheres fazem.

Destarte, esse estudo dialoga com a hipótese de que, ainda que as “mulheres transgressoras do *status quo*” (Quirino, 2011) ocupem áreas de conhecimento e de atuação destinadas historicamente aos homens, os princípios da divisão sexual do trabalho propostos por Hirata e Kér goat (2007) ainda prevalecem na sociedade contemporânea. Assim, mesmo quando escolhem a formação em áreas da Ciência e Tecnologia evidenciam-se sexismo, preconceitos, segregações, desvalorização do trabalho feminino e a criação de guetos femininos nas engenharias, com a criação de “sub-funções” destinadas às mulheres quando na profissão de engenheira. Tudo isso, associado às horas destinadas ao trabalho doméstico, se constituem dificultadores para a sua permanência e ascensão na carreira escolhida. Se isso não se dá de forma explícita, é no universo simbólico que eles são desvelados em atitudes de silenciamentos e violência simbólica, como evidenciados em pesquisas realizadas por Casagrande e Lima (2015), Lopes (2016) e Leão (2017), dentre outras.

A violência simbólica de gênero decorre da crença na superioridade masculina que, por sua vez, é consequente da naturalização de processos socioculturais (Safiotti, 1987; Soi het, 1997; Bourdieu, 1999). São esses processos construídos que determinam qualidades femininas e qualificações para os homens, implicando na disparidade no trabalho acima apresentada pela teoria da Divisão Sexual do Trabalho. Dessa forma, quando meninas contrariam parte dessa destinação de papéis sociais e ocupam cadeiras nos cursos de Engenharia, a literatura, conforme dito, aponta que a violência simbólica de gênero acontece frequentemente.

O interesse desta proponente pela discussão sobre Relações Sociais de Sexo/Gênero iniciou-se em 2015 durante a participação de 3 módulos de Grupos de Trabalho ofertados pela Prefeitura Municipal de Contagem. De maneira específica, o interesse pelo estudo das diversas formas de violência, mas, em especial, aquela implícita e, muitas vezes, despercebida que acontece quando mulheres ocupam redutos tradicionalmente ocupados por homens, se deu a partir das discussões oportunizadas durante a disciplina de “Relações de Gênero na Ciência e

Tecnologia (C&T), no Trabalho e na Educação Profissional” ministrada pela Prof.^a Dr.^a Raquel Quirino, no CEFET-MG, cursada no segundo semestre de 2016.

Os estudos de Cabral (2006), Carvalho e Casagrande (2011); Lima (2013); Tabak (2002; 2015), dentre outros, auxiliam na compreensão do porquê da inexpressividade histórica das mulheres em carreiras da Ciência e Tecnologia. Destacam-se, nesses estudos, a construção androcêntrica da ciência, a associação entre masculinidade e valores científicos, a negação dos conhecimentos femininos nessa área e a destinação delas, prioritariamente, para áreas e atividades consideradas naturalmente femininas. Às mulheres cabem as profissões e trabalhos executados em áreas limpas e seguras, que assegurem a reprodução social envolvendo o cuidado, a minúcia e a subjetividade, como um prolongamento do trabalho doméstico.

Sendo a Engenharia uma área derivada das “ciências duras”, cuja base tecnológica é preponderante, autoras como Lombardi (2005, 2006, 2011, 2016); Casagrande, Freire e Lima (2016); Carrilho e Yannoulas (2011); Cabral (2010) e Saraiva (2008) discutem a ocupação histórica dessa área por homens, a nova divisão sexual do trabalho advinda pela especialização da engenharia, o processo de feminização, a violência simbólica sofrida por mulheres já na graduação e no mercado de trabalho, a segregação horizontal e vertical dentro desse campo em particular, dentre diversos aspectos.

A linha II do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG: “Processos Formativos em Educação Tecnológica”, onde se insere esta proposta de estudo, investiga os processos formativos que acontecem na perspectiva da educação que considera o sujeito em sua totalidade. Investigam-se, nessa linha, as relações sociais voltadas para a formação, qualificação e atuação profissional nos âmbitos de instituições educacionais e empresariais, tendo como foco questões nos contextos socioeconômico e político-cultural. No entanto, a maioria das pesquisas realizada com o enfoque na formação e atuação nas áreas de engenharia investiga o sujeito masculino, como um sujeito universal. Considerando, segundo Hirata (2002), que o sujeito é sexuado, o estudo sobre a violência simbólica sofrida por mulheres que ocupam espaços tradicionalmente masculinos, como as áreas de em engenharia, se constitui ponto importante para aqueles que pesquisam os ambientes formativos e laborais.

Para o embasamento teórico da problematização da questão de pesquisa, foi realizado um levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES, bem como em periódicos, utilizando-se alguns descritores que mais se aproximariam do tema em escrutínio. Esse levantamento bibliográfico inicial aconteceu no período de 20 de Março a 10 de Abril de 2017, usando as seguintes palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho, Preconceito de Gênero e Violência Simbólica de Gênero, e se encontram listados ao final deste trabalho, nos Apêndices.

Para a discussão sobre a Divisão Sexual do trabalho, as teses de Quirino (2011) e Costa (2016) colaboraram para o entendimento da forma histórica dessa divisão social do trabalho em uma perspectiva materialista, valendo-se de teorias da Sociologia do Trabalho Francesa para a compreensão do fenômeno a partir dos trabalhos de Danièle Kèrgoat e Helena Hirata. Para a lucidez a respeito das mulheres nas carreiras da C&T, destacam-se os trabalhos de Carvalho e Casagrande (2011), de Carrilho e Yannoulas (2011). Sobre Preconceito de Gênero e Violência Simbólica de Gênero, as pesquisas latino-americanas desenvolvidas sobre as temáticas, especialmente sobre a ocorrência em universidades, foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, entretanto, as ideias de Bourdieu (2012) e Saffioti (1987), constituem-se em teorias basilares para a compreensão da discriminação e da violência simbólica vivenciadas pelas mulheres.

Assim, a presente pesquisa pretende investigar, na perspectiva das alunas do curso de Engenharia Mecânica, como se dá a violência simbólica de gênero, considerando que, atualmente, a instituição oferece, além de cursos em nível técnico e de pós-graduação, 14 cursos na área das engenharias, cujo alunado é majoritariamente masculino. Discutir as relações sociais de gênero, tanto no universo educacional, quanto no trabalho, são imprescindíveis para a compreensão dos embates, deslocamentos e permanências existentes entre homens e mulheres na sociedade, que embora antigos, ainda permanecem em todas as sociedades conhecidas. A discussão teórica visa lograr mudanças no mundo do trabalho, tornando a trajetória profissional feminina tão possível quanto a seguida pelos homens. Para isso, é preciso também que os sujeitos masculinos aproximem do espaço doméstico.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam contribuir na discussão acadêmica acerca da condição feminina na educação profissional visando lograr reflexões e possíveis modificações a fim de que se tenha uma equidade de gêneros nas áreas da Ciência e Tecnologia. O debate teórico faz conexão dialética com as práticas sociais, e aí reside sua importância histórica e social.

1.1 Objeto e sujeitos de pesquisa

O objeto de pesquisa a ser desvelado é a violência simbólica de gênero no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG na perspectiva das alunas; de forma a se compreender as motivações, as estratégias de resistência, os desafios e dificuldades enfrentados pelas mulheres para se manterem no curso escolhido.

1.2 Questões de pesquisa

A questão norteadora para a realização desta pesquisa teórica e empírica é: como se dá a violência simbólica no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG?

Outras questões que perpassam a pesquisa e colaboram para a apreensão do objeto a se desvelar são:

- a) Como estão distribuídos os estudantes nos cursos de engenharia do CEFET-MG (Campus BH) no período de 2013 a 2017?
- b) Quais as motivações das estudantes para a escolha da área de engenharia?
- c) Quais percepções têm as estudantes sobre a divisão sexual do trabalho de forma ampla e, especificamente, no campo profissional da engenharia?
- d) Quais os desafios e dificuldades vivenciados no curso e quais as estratégias de resistência desenvolvidas pelas alunas?
- e) Sofreram violência simbólica de gênero durante o curso, caracterizada por sexismo, estereótipos e marcadores de gênero? Em que medida tal violência influenciou na forma como permanecem nele?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Analisar a violência simbólica de gênero no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG na perspectiva das alunas, de forma a se compreender as motivações, as estratégias de resistência, os desafios e dificuldades enfrentados pelas mulheres para se manterem no curso escolhido.

1.3.2 Específicos

- a) Evidenciar a distribuição de estudantes engenharia do CEFET-MG (Campus BH), no período de 2013-2017.
- b) Identificar as motivações dessas alunas quando se ingressaram no curso.
- c) Desvelar as percepções das estudantes sobre a divisão sexual do trabalho de forma ampla e, especificamente, no campo profissional da engenharia
- d) Verificar os desafios e dificuldades vivenciadas e as estratégias de resistência desenvolvidas por elas para permanecerem no curso.

- e) Evidenciar possíveis sinais de violência simbólica de gênero sofrida por elas durante o curso, como sexismo, estereótipos e marcadores de gênero, e, em que medida influenciaram na forma como permaneceram na graduação.

1.4 Categorias de estudo

A partir das questões de pesquisa, dos objetivos propostos e dos achados dos dados empíricos, as categorias principais investigadas e analisadas são:

No estudo teórico e documental:

- A divisão sexual do trabalho
- Violência simbólica de gênero e sexismo
- Mulheres nas áreas da Ciência e Tecnologia
- Distribuição das mulheres nos cursos de Engenharia do CEFET-MG (Campus BH) de 2013 a 2017
- Plano de Curso da Engenharia Mecânica

Na perspectiva das alunas, sujeitos da pesquisa:

- Divisão Sexual do Trabalho: princípios organizadores, “ser mais para ser igual”, trabalho reprodutivo.
- Violência Simbólica de Gênero: trabalho de socialização (estereótipos), incompatibilidade entre a reconhecida identidade feminina e o exercício profissional, auto-violências, violência simbólica propriamente dita.
- Percepções das estudantes sobre o curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG (Campus BH)

1.5 Metodologia e procedimentos metodológicos

A opção metodológica utilizada nesta investigação é de natureza qualitativa, uma vez que, segundo Godoy (1995),

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

Valendo-se dessa abordagem, a pesquisa será baseada em análise teórico-documental e de campo. Uma teoria é um “esforço para explicar os fenômenos, sendo que a ciência gira em

torno de dúvida e da compressão deles” (MACHADO, 2007, p. 99). Assim, neste trabalho, houve a busca pelo entendimento do objeto de pesquisa em autoras/es que criaram teorias, mas, também, foi realizada a pesquisa bibliográfica, que é aquela que se dá quando avançando na construção da pesquisa, são buscados autores e conceitos que não se limitam apenas a obras teóricas, sendo uma “pesquisa da pesquisa” (Machado, 2007, p. 102).

Além disso, foi realizada a pesquisa documental, sendo “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Nela, são usados “materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias” (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 5).

Por fim, aconteceu a fase exploratória no campo, sendo o “momento em que se aproxima concretamente do que se pesquisa” (MACHADO, 2007, p. 103). Recebeu tratamento analítico excertos das falas consideradas relevantes para o objeto a ser desvelado.

Primeiro Momento: Levantamento teórico-documental

Esta pesquisa se inicia a partir de um levantamento bibliográfico visando a apreensão dos principais conceitos, teorias, dados e informações que permitiriam a aproximação do objeto de pesquisa. Privilegiou-se, nesse momento, os estudos em livros, artigos científicos, dissertações e teses sobre as teorias de base desta pesquisa, ou seja, a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Simbólica de Gênero. Além disso, foram estudados textos que tratam da Educação Profissional e Tecnológica, das Mulheres nas áreas da Ciência e Tecnologia e os desafios por elas enfrentados quando transgridem o *status quo* e se dedicam às atividades e ocupações historicamente designadas aos homens.

Segundo Momento: coleta de dados documentais

Foi realizado um levantamento documental dos dados do IBGE, IPEA, INEP, e FCC. Junto ao Registro Acadêmico, após a aprovação do Diretor de Pesquisa do CEFET-MG e paralelo ao trâmite da Plataforma Brasil, foram colhidos dados na Instituição acerca da presença das mulheres nos cursos de Engenharia do campus Belo Horizonte. Assim, foram levantados os números que dizem respeito às ingressantes, desistentes, matriculadas e concluintes desses cursos. A partir disso, considerando a baixa presença feminina no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG, definiu-se que o grupo a ser pesquisado será o de mulheres matriculadas no curso mencionado. Após essa etapa, no dia 3 de Julho de 2018, a pesquisa foi

aprovada na Plataforma Brasil pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Metodista Izabela Hendrix, já que, na ocasião, o CEP do CEFET-MG estava desativado.

Terceiro momento: coleta de dados em campo

Foram selecionadas, por acessibilidade entre uma amostragem não probabilística, no curso de engenharia mecânica do CEFET-MG alunas que se disponibilizaram a participar de entrevistas semiestruturadas, que “tem como característica um roteiro com perguntas abertas”, devendo “existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta” (MANZINI, 2012, p. 156). Assim, nas entrevistas semiestruturadas, o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Nesse tipo de entrevista, o pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. “Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

As entrevistas foram realizadas somente após a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido e da autorização do uso de excertos de fala, conforme estabelece pelo Comitê de Ética em Pesquisa e o roteiro utilizado consta nos Apêndices. Os locais e horários para sua realização foram acordados entre as alunas e essa pesquisadora, acontecendo no período de Julho e Agosto de 2018, nas próprias dependências do CEFET-MG. Cada entrevista, que durou cerca de 60 minutos, foi gravada em áudio e, posteriormente, transcrita na íntegra por essa mestrandia. Foram entrevistadas cinco alunas.

Quarto momento: Análise de dados e Síntese da Investigação

Excertos dos discursos das entrevistadas que contribuiriam para o desvelamento do objeto pesquisado foram escolhidos e analisados buscando inspiração na análise crítica do discurso (ACD), como uma forma de buscar a apreensão e desvelamento do fenômeno estudado a partir da fala das entrevistadas (MELO, 2009, p. 9). Busca-se, nesse tipo de estudo,

[...] a análise das práticas discursivas que constroem as várias ordens sociais vigentes e como uma forma de investigação das formações discursivas que engendram as relações de poder, as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença (MELO, 2009, p. 9).

O autor pontua que não há consenso entre vários linguistas sobre o que seria o discurso, entretanto, entre todas as correntes que o analisam, excetuando as perspectivas estruturalistas, é objetivo analisar não o funcionamento linguístico, e sim, a relação recíproca entre esse funcionamento e o sujeito. Assim, o relevante, nessa análise, é “o que há por meio da língua, sejam relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas” (MELO, 2009, p. 3). A análise crítica é buscada, portanto, com vistas de ir além da aparência descritiva e explicativa do fenômeno, buscando sua essência.

É importante pontuar que os nomes das entrevistadas foram substituídos por códigos alfanuméricos, a fim de manter o anonimato e preservar as identidades, conforme preconiza a ética em pesquisa. A base teórica usada para a análise dos achados está, predominantemente, embasada das teorias da Sociologia do Trabalho Francesa, principalmente, as teorias das Relações Sociais de Sexo/Gênero e da Divisão Sexual do Trabalho propostas por Helena Hirata e Danièle Kergoat, que, por assumirem a noção de relação social, introduzem a contradição e o antagonismo entre grupos sociais no centro de análise (Quirino, 2011).

Dessa forma, com base nos achados empíricos, à luz dos estudos teóricos apresentados, foi realizada a exegese dos discursos das entrevistadas de forma a se apreender o objeto de estudo: a violência simbólica de gênero na engenharia, bem como a divisão sexual do trabalho que origina tal violência.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para que se possa realizar um estudo sobre violência simbólica e sexismo nos cursos de Engenharia do CEFET-MG, é necessário realizar uma aproximação teórico-conceitual dos termos a serem utilizados. Dessa forma, como teoria de base deste trabalho, explana-se, a seguir, a Divisão Sexual do Trabalho para explicar a relação de poder que coloca a mulher numa situação de desvantagem em relação ao homem.

Adota-se, nesta pesquisa, o termo “relações de gênero”, que, derivado do feminismo francês, evidencia o enfoque materialista de sua teoria de referência. Essa abordagem permite “a passagem do abstrato ao concreto e possibilita pensar simultaneamente as dimensões materiais e simbólicas que envolvem as relações sociais entre homens e mulheres” (QUIRINO, 2015, p. 233).

2.1 Divisão Sexual do Trabalho

A divisão sexual do trabalho, sobretudo do trabalho doméstico, constitui objeto de pesquisa em diversos países, no entanto, na França, no início dos anos 1970, é que surgiram trabalhos que assentariam as bases teóricas do conceito, sob o impulso feminista (HIRATA E KERGOAT, 2007). A partir daí,

em pouquíssimo tempo surgiram as primeiras análises dessa forma de trabalho nas ciências sociais. Foi o caso, para citar apenas dois corpus teóricos, do “modo de produção doméstico” (Delphy, 1998) e do “trabalho doméstico” (Chabaud- Rychter, Fougeyrollas – Schwebel, Southonnax, 1985). Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. Isso permitiu considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 597)

As antropólogas feministas modificaram o conteúdo dessa noção que, primeiramente, foi utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que estudavam. A autora acrescenta, ainda, que as feministas demonstraram que “a divisão sexual do trabalho traduz uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Quirino (2015, p. 6) ao discorrer sobre a divisão sexual do trabalho, afirma ser ela ser uma “importante categoria importante para compreensão do processo de constituição das práticas sociais permeadas pelas construções dos gêneros a partir de uma base material”. Também Kergoat (2009) diz que homens e mulheres são dois grupos sociais e como todas as relações sociais possuem uma base material, no caso o trabalho, se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de forma concisa, divisão sexual do trabalho.

“A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social” (KERGOAT, 2009, 71).

Quirino (2015) reitera que

conceituar a divisão do trabalho em termos de relações sociais de sexo remete, não simplesmente a “vínculo social”, contato, ligação social, mas à noção de prática social; a admitir que existe uma relação social de antagonismo e conflito específica entre os homens e as mulheres, e não apenas condutas biologicamente reguladas, implicando em práticas sociais diferentes segundo o sexo” (QUIRINO, 2015, p. 11).

2.1.1 Espaço produtivo e esfera da reprodução

Na divisão sexual do trabalho tradicional, às mulheres coube a responsabilidade pela esfera doméstica, que é o espaço reprodutivo, e aos homens desempenhar a função de provedor, situando-se na esfera produtiva. Saffioti, discorrendo sobre a socialização dos filhos, afirma ser ela “tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar os mais jovens para a vida adulta” (SAFFIOTI, 1987, p. 8). Discorrendo sobre a ênfase dessa forma de divisão do trabalho, nas palavras de Quirino, ela

“recai sobre a suposta condição biológica e natural de direcionamento de determinadas tarefas às mulheres em geral circunscritas ao entorno do lar e dirigidas à produção para o consumo do grupo familiar, à reprodução da espécie e ao cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que as atividades de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, são atribuições masculinas” (QUIRINO, 2011, p. 52)

Essa ideia também está presente na análise do censo demográfico de 2010, quanto à estatística de gênero feita pelo IBGE,

o cuidado da família e de pessoas com maior vulnerabilidade (filhos menores, idosos, doentes e pessoas com deficiência) é uma atribuição destinada quase exclusivamente para as mulheres. Apesar dos avanços da condição feminina nas últimas décadas, este quadro ainda é resultado de um modelo de sociedade patriarcal, cujo espaço privado é destinado às mulheres, cabendo aos homens o papel de provedor e, conseqüentemente, o domínio do espaço público. Com efeito, a não participação no mercado de trabalho, a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o acesso restrito aos recursos econômicos são aspectos que contribuem para a dependência econômica feminina. (BRASIL, 2014, p. 120)

Para elucidar a divisão sexual da precarização do trabalho, Hirata diz sobre a necessidade de que se recorra à “dimensão extratrabalho, principalmente à relação entre os homens e as mulheres no universo doméstico” (HIRATA, 2009, p. 25). É importante considerar que “a flexibilização entre o mundo produtivo e reprodutivo tem contribuído com a possibilidade de as mulheres participarem do mundo produtivo, mas não reveste o afastamento dos homens do mundo doméstico” (SOUSA e GUEDES, 2016, p. 123).

“A divisão entre esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres”, sendo que enquanto a esfera produtiva é a da valorização, da produção da riqueza, tida como um espaço privilegiadamente masculino, a da reprodução social, ou seja, as atividades necessárias para garantir a reprodução da força de trabalho, é considerada um espaço feminino (CISNE, 2014, p. 88). Saffioti confirma essa ideia ao dizer que “torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher” (SAFFIOTI, 1987, p. 9). Soihet (1997), ao dizer sobre mudanças ocorridas entre os séculos XVIII e XIX relativas a crenças tradicionais sobre o corpo e a sexualidade humana, diz que “as novas diferenças reconhecidas nos genitais serviam de indicadores para ocupações diversas de cada sexo: esfera privada para as mulheres e pública para os homens” (SOIHET, 1997, p. 3)

Também de acordo o IBGE, “nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres em idade ativa ocupadas mais que dobrou; no entanto, a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidados continua sendo uma atribuição quase que exclusivamente feminina” (BRASIL, 2014, p. 120).

Segundo o Relatório anual socioeconômico da mulher 2013, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, cerca de 90% das mulheres não economicamente ativas realizam afazeres domésticos e têm uma jornada média semanal de 34 horas, valor próximo do observado para as mulheres no mercado de trabalho (36,2 horas por semana) (BRASIL, 2013 apud IBGE, 2014, p. 119)

Hirata e Kergoat têm o entendimento de que “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, sendo “fator prioritário para sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599). As autoras afirmam que essa relação é modulada histórica e socialmente e tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, além da apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (Hirata e Kergoat, 2007). Assim, “tarefa especificamente masculina numa sociedade pode ser especificamente feminina em outra” (KERGOAT, 1989, p. 80)

Segundo Hirata, a “divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuais de poder” (HIRATA, 2002, p. 280). Kergoat diz que “relação é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social”. Assim, “a divisão sexual do trabalho tem o status de *enjeu* (*enjeu*, em francês, significa o que está em jogo, em disputa, o desafio) das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 71).

Mirla Cisne evidencia que a divisão sexual do trabalho é a “base estruturante da exploração e da opressão da mulher, afirmando que ela não pode ser compreendida apenas como uma diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres” (CISNE, 2014, p.

88). A divisão sexual do trabalho deve ser entendida como “base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos” (CISNE, 2014, p. 89). Essa ideia está presente nos estudos de Hirata e Kergoat ao afirmarem que “pensar em termos de divisão sexual do trabalho deve permitir ir bem além da simples constatação das desigualdades” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 596). As teóricas tratam da divisão sexual do trabalho a partir de duas acepções de conteúdos distintos: a acepção sociográfica, que estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos; e que desta primeira acepção deriva uma segunda que deve permitir ir além da constatação das desigualdades na divisão sexual do trabalho, mas mostrar que as desigualdades são sistemáticas e também permitir a articulação dessa descrição como uma reflexão sobre os processos que a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e também o sexo, criando um sistema de gênero (Hirata e Kergoat, 2007).

Quirino diferencia os termos “opressão” e “exploração”:

A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. A exploração, por sua vez, é um fato econômico assentado sobre a submissão de um ser humano ao outro e dá origem à divisão da sociedade em classes (QUIRINO, 2015, p. 8)

Assim, ainda de acordo com a referida autora, nas sociedades capitalistas, a mulher padece sobre a dupla carga: opressão, sendo o preconceito e conseqüente marginalização pela condição feminina, e a exploração econômica, imputando a ela dupla jornada como trabalhadora doméstica e assalariada (Quirino, 2015, p. 8). Adiante, a pesquisadora retoma essa ideia ao dizer que apesar de “sê-lo em graus diferentes, a opressão atinge burguesas e trabalhadoras”, chamando atenção de que “no caso das últimas, a opressão é combinada à exploração, agravando ambas” (QUIRINO, 2015, p. 18).

2.1.2 Princípios organizadores da divisão sexual trabalho

Essa forma particular da divisão social do trabalho está apoiada em dois princípios organizadores, sendo eles o princípio da separação – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio hierárquico – um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher. Esses dois princípios são encontrados em todas as sociedades conhecidas e se legitimam pela ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papeis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. Apesar disso, as autoras observam que a divisão sexual do trabalho não é imutável. Ao contrário, ela tem

plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço. O que é estável, portanto, não são as situações, já que elas evoluem sempre, mas sim a distância entre os grupos de sexo (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc) variam fortemente no tempo e no espaço. (KERGOAT, 2009, p. 68)

Cisne faz uma discussão sobre a apropriação do trabalho reprodutivo como parte integrante do modo de produção capitalista. Segundo a autora, esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da forma de trabalho feminina na esfera produtiva, já que as mulheres recebem baixos salários e são desvalorizadas (Cisne, 2014). Sendo as “esferas produtivas e reprodutivas indissociáveis, consubstanciais”, “o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva ou na reprodutiva, uma das bases de sustentação” (CISNE, 2014, p. 85-86). Ainda segundo a teórica,

Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe, “raça” e sexo (incluindo sexualidade), podemos denomina-lo de modo de produção racista-patriarcal-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformada por essas relações- mediações e contradições – que são dialeticamente “consubstanciais” e “coextensivas” (CISNE, 2014, p. 86)

Kergoat (2010) mobiliza os termos “consustancialidade” e “coextensividade” para tentar “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho”. “Consubstanciais” significando que as práticas sociais “formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica” sendo também “coextensivas”, no sentido de que “ao se desenvolverem as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e produzem mutuamente”. (KERGOAT, 2010, p. 93-94). Ainda sobre os termos, a teórica afirma que nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra, ou seja, “não há contradições principais e contradições secundárias” (KERGOAT, 2010, p. 99)

Exemplificando a questão, para Quirino,

[...] todas sofrem da opressão secular enquanto mulheres, mas a mulher trabalhadora, operária, carrega a dualidade de sua condição feminina e proletária – a opressão e a exploração. Quando uma mulher negra e operária, por exemplo, enfrenta conflitos, o faz como mulher, trabalhadora e negra, não faz reivindicações ou se posiciona separadamente. Lutando dessa maneira, ela combate a superexploração de todos e sua luta acaba tendo alcance universal (QUIRINO, 2015, p. 19).

Segundo Cisne (2014, p. 83), “mesmo quando a família não assegura a reprodução social por meio do trabalho doméstico não remunerado, é o trabalho feminino desvalorizado e

mal remunerado que, via de regra, a garante”. A autora cita a teoria do *Care* no contexto das políticas de ajustes neoliberais para ilustrar essa afirmação. Na lógica de o homem ser associado ao *homo economicus*, ou seja, aquele que age com racionalidade, e a mulher ao sentimentalismo, “ficaram reservadas aos homens as tarefas que geram mais retornos econômicos, e às mulheres, as tarefas que embora possam não gerar bons retornos econômicos têm ligação com o lado amoroso, cuidadoso, altruísta “feminino“ (SOUSA e GUEDES, 2016, p. 126).

Hirata e Kergoat afirmam que o trabalho doméstico tem sido menos estudado, “recorrendo a ele como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599). Entretanto, para entender a divisão sexual do trabalho, Cisne diz ser necessário analisar não apenas a esfera da reprodução, mas sua relação com a reprodução social. Assim, é preciso “analisar a divisão sexual do trabalho além das “fábricas”, no mundo do trabalho, mas, também, no mundo da política, da família e de suas extensões” (CISNE, 2014, p. 90). Engels (1977, p. 28) citado por Quirino (2015 p. 11) relembra que “o elemento determinante na história é a produção e a reprodução da vida imediata, ou seja, a produção de meios de existência e a produção dos seres humanos, a propagação da espécie”.

Sobre as relações entre a esfera doméstica e a esfera profissional, Hirata e Kergoat apresentam os diferentes modelos de papéis sexuais que são: (i) o modelo tradicional – papel na família e papel doméstico inteiramente assumidos pelas mulheres e o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens; (ii) o modelo de conciliação – cabe à mulher, quase que exclusivamente, conciliar o trabalho doméstico com o trabalho profissional; (iii) o modelo de parceria – considera mulheres e homens como parceiros, sendo as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder; (iiii) o modelo de delegação – em que o trabalho doméstico e familiar é delegado a outras mulheres (Hirata e Kergoat, 2007). Quirino (2015) contribui com a discussão a respeito do modelo de delegação, no qual,

O trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e cria as condições ideais para sua total disponibilidade e entrega ao trabalho assalariado e para as mulheres inseridas no mercado de trabalho, com níveis salariais mais altos, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres. Nesse campo, igualmente, homens e mulheres estão, simultaneamente, em relações de oposição e de aliança: juntos, mas sempre sobre a base desigual do sistema patriarcal, capitalista e da divisão sexual do trabalho (QUIRINO, 2015, p. 18).

A respeito da manifestação desses modelos no Brasil, Sousa e Guedes (2016) afirmam que “todos existem no país, entretanto, com intensidades distintas”:

Com a maior participação das mulheres no mundo laboral, o modelo tradicional vai cedendo espaço para o modelo de conciliação, cada vez um traço mais corriqueiro da sociedade brasileira. O modelo de delegação não tem proeminência no país, uma vez que o serviço doméstico pago está acessível apenas para a classe média e rica, e

claramente a maior parte da população brasileira não se encontra nesses estratos sociais. O modelo que menos ecoa é o de parceria; desnecessário, por evidente, comprovar como poucas mulheres possuem em seus lares um compartilhamento equânime das tarefas de cuidado. (SOUSA e GUEDES, 2016, p. 130)

Sobre capitalismo e patriarcado, Quirino (2015) anuncia que “classe e gênero são construídos simultaneamente ao longo da história como um esquema de dominação – exploração”, isto é, “capitalismo e patriarcado são formas mutuamente constitutivas de dominação e exploração” (QUIRINO, 2015, p. 16). Sobre a constituição da família tradicional (patriarcal) brasileira, Alves esclarece que “a organização dessa família herdou traços da herança cultural portuguesa fundamentada no direito paterno, no poder patriarcal, centrado na ideia do homem como chefe de família e na submissão e reclusão da mulher.” (ALVES, 2013, p. 276). Assim, a Igreja metropolitana, que estava a serviço do Estado Português, ditava regras morais visando o controle da população colonial, especialmente as mulheres. “O Brasil do início do século XX é marcado pelo avanço das relações capitalistas na vida privada das famílias, regulando a maneira de morar, a saúde, a educação e a sexualidade” (ALVES, 2013, p. 280).

Assim, ainda segundo a autora,

Podemos observar a determinação de um modelo ideal de família no qual reafirmava-se o espaço privado, doméstico, como natural às mulheres, determinado pelas necessidades da maternidade e realização das capacidades de trabalho femininas, somado a um discurso médico que procurava nas diferenças biológicas comprovar que a mulher era mais frágil e inferior em relação ao homem. (ALVES, 2013, p. 280).

2.1.3 Identidade feminina

Segundo Yannoulas (1992), a identidade feminina foi constituída, discursivamente, com base em dois tipos de argumentos, sendo a “argumentação ecológica a que refere-se à função reprodutiva (biológica e social) que as mulheres deveriam desempenhar nas famílias, no lar e com relação aos filhos”; e “a argumentação essencialista como aquela que considera as características atribuídas às mulheres como parte de uma essência natural (fraqueza, irracionalidade, dependência, afetividade etc.)” (YANNOULAS, 1992, p. 500). Soihet (1997, p. 4), dizendo de pressupostos difundidos no século XIX que adquirem respaldo científico, afirma que a “medicina social assegura constituírem-se como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais.”

Quirino, dizendo do contexto dos pensadores clássicos até as concepções vigentes na contemporaneidade, discorre que é a concepção de uma suposta natureza feminina, e a ela ligados valores tais como a emotividade, falta de racionalidade, dependência biológica da

maternidade, fragilidade, etc., que as tornam inferiores na vida pública. “Por isso, a história da mulher é uma história de aprisionamento na esfera doméstica, sendo raros os relatos que a incluem em conceitos e categorias políticas gerais” (QUIRINO, 2011, p. 3). Assim, ainda segundo a pesquisadora, as identidades de homens e mulheres na sociedade tem, historicamente, sido construídas a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada, com atribuição de papéis, atitudes, valores previamente definidos segundo modelos naturais.

Hirata afirma que “ainda hoje, como para Naville e Friedman, é comum considerar que os homens possuem qualificações e as mulheres “qualidades”, consideradas naturais, inatas, na medida em que não foram adquiridas pela formação profissional” (HIRATA, 2007, p. 32).

É válido ressaltar que as mulheres das classes populares foram, inicialmente, convocadas a trabalhar nas manufaturas e, posteriormente, nas indústrias porque “a força de trabalho feminina era reconhecida por empregadores como mão de obra barata, pouco produtiva, adequada para alguns tipos de trabalho e considerada como um fenômeno social segundo os modos de ser da natureza feminina”. (HOBSBAWN, 2002 *apud* ALVES, 2013, p. 282).

2.1.4 Superioridade escolar feminina e índices das mulheres no espaço produtivo e reprodutivo

A análise do censo demográfico de 2010 quanto às estatísticas de gênero revela uma “trajetória desigual entre homens e mulheres, sendo o nível educacional das mulheres maior que o dos homens” (BRASIL, 2014, p. 106). Essa diferença percentual é maior no nível superior completo, em que a” proporção de mulheres que completaram a graduação é 25% superior à dos homens”. É observado também que entre os universitários de 18 a 24 anos, “a proporção feminina supera em 14,1 pontos percentuais a dos homens”. Ocorrem em todas as regiões do Brasil os “percentuais mais elevados entre as mulheres no ensino superior” (BRASIL, 2014, p. 105). Também os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entidade vinculada ao Ministério da Educação, demonstram maior escolaridade feminina do ensino superior, tanto nos números de ingressantes quanto de concluintes.

De acordo com Censo da Educação Superior de 2013, realizado pelo INEP, as mulheres representam 54, 7% dos ingressantes, 55,% do número de matrículas e 59,% na categoria concluintes (INEP, 2014, p. 19). No relatório técnico do Censo de 2016, o INEP apresentou o número de ingressos por processo seletivo, de matrículas e de concluintes em cursos de

graduação presencial, por sexo, segundo a Organização Acadêmica, no período compreendido entre 2006-2011, conforme a Tabela 01 demonstra. É possível perceber essa tendência de maior número absoluto das mulheres quanto aos ingressantes, matrículas e concluintes. Outra informação importante para este trabalho é que em todos os anos analisados (2006 a 2011) o número de matrículas femininas em Institutos Federais e CEFET é menor quando comparado ao dado dos homens. Isso evidencia a segregação horizontal, ou seja, mulheres se encaminham menos às áreas da Ciência e Tecnologia. A seguir, a referida tabela:

Tabela 1 - Número de Ingressos por Processo Seletivo, de Matrículas e de Concluintes em Cursos de Graduação Presencial, por Sexo, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2006-2016

Ano	Organização Acadêmica	Ingressos por processo seletivo			Matrículas			Concluintes		
		Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
2006	Total	1.448.509	788.228	660.281	4.676.646	2.605.611	2.071.035	736.829	446.263	290.566
	Universidade	681.645	370.768	310.877	2.510.396	1.393.666	1.116.730	396.054	241.257	154.797
	Centro Universitário	237.413	130.628	106.785	727.909	413.459	314.450	120.278	73.221	47.057
	Faculdade	519.038	282.856	236.182	1.407.562	786.795	620.767	217.252	130.390	86.862
	IF e CEFET	10.413	3.976	6.437	30.779	11.691	19.088	3.245	1.395	1.850
2007	Total	1.479.955	792.016	687.939	4.880.381	2.680.978	2.199.403	756.799	452.295	304.504
	Universidade	713.595	376.074	337.521	2.644.187	1.442.498	1.201.689	416.268	250.211	166.057
	Centro Universitário	212.647	116.051	96.596	680.938	381.361	299.577	112.654	67.551	45.103
	Faculdade	542.242	294.744	247.498	1.521.119	844.150	676.969	223.573	132.767	90.806
	IF e CEFET	11.471	5.147	6.324	34.137	12.969	21.168	4.304	1.766	2.538
2008	Total	1.505.819	808.269	697.550	5.080.056	2.772.828	2.307.228	800.318	478.668	321.650
	Universidade	711.432	377.317	334.115	2.685.628	1.452.127	1.233.501	430.654	257.850	172.804
	Centro Universitário	216.252	116.280	99.972	720.605	399.090	321.515	122.653	74.448	48.205
	Faculdade	561.460	308.016	253.444	1.632.888	905.863	727.025	242.969	144.541	98.428
	IF e CEFET	16.675	6.656	10.019	40.935	15.748	25.187	4.042	1.829	2.213
2009	Total	1.541.388	813.478	727.910	5.115.896	2.820.287	2.295.609	826.928	485.961	340.967
	Universidade	766.130	402.373	363.757	2.715.720	1.465.110	1.250.610	427.044	248.348	178.696
	Centro Universitário	208.643	113.733	94.910	711.328	402.043	309.285	138.242	82.411	55.831
	Faculdade	543.381	287.477	255.904	1.634.115	931.428	702.687	256.677	152.922	103.755
	IF e CEFET	23.234	9.895	13.339	54.733	21.706	33.027	4.965	2.280	2.685
2010	Total	1.590.212	858.950	731.262	5.449.120	3.016.304	2.432.816	829.286	492.201	337.085
	Universidade	796.864	425.763	371.101	2.809.974	1.525.739	1.284.235	412.510	240.599	171.911
	Centro Universitário	214.404	117.519	96.885	741.631	417.658	323.973	135.523	81.580	53.943
	Faculdade	550.389	303.728	246.661	1.828.943	1.044.824	784.119	276.167	167.604	108.563
	IF e CEFET	28.555	11.940	16.615	68.572	28.083	40.489	5.086	2.418	2.668
2011	Total	1.686.854	908.130	778.724	5.746.762	3.174.106	2.572.656	865.161	515.809	349.352
	Universidade	824.703	438.976	385.727	2.933.555	1.592.291	1.341.264	427.761	252.074	175.687
	Centro Universitário	250.755	136.852	113.903	774.862	435.018	339.844	132.086	79.428	52.658
	Faculdade	576.084	316.979	259.105	1.955.328	1.111.496	843.832	299.602	181.717	117.885
	IF e CEFET	35.312	15.323	19.989	83.017	35.301	47.716	5.712	2.590	3.122

Fonte: INEP, 2017.

Apesar da “superioridade escolar feminina exposta, os resultados no mercado de trabalho não favorecem as mulheres” (BRASIL, 2014, p. 107). “As áreas gerais de formação nas quais as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção (Educação, 83,0%; Humanidades e Artes, 74,2%) são justamente as que registram menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1810, 50 e R\$ 2 223, 90, respectivamente)”.

O Censo da Educação Superior de 2013 aponta que o maior número de matrículas realizadas pelo sexo feminino está em cursos associados, por inferência, ao cuidado, como é o caso de Pedagogia, Enfermagem, Serviço Social, Nutrição, etc. Quanto às matrículas do sexo masculino, as Engenharias ocupam destaque no ranking (INEP, 2014, p. 19). No relatório técnico sobre o censo da Educação Superior de 2015, consta a tabela elaborada pelo INEP dos

20 maiores cursos de graduação em número de matrículas e os respectivos dados relativos à variável sexo, daquele ano e será a seguir apresentada como Tabela 02

Tabela 2 - Os 20 maiores cursos de graduação em número de matrícula e os respectivos percentuais de participação por sexo (feminino e masculino) – Brasil – 2015

Cursos de Graduação		Matrículas	Sexo (%)	
			Feminino	Masculino
1	Pedagogia	655.813	92,8	7,2
2	Serviço Social	172.569	90,7	9,3
3	Nutrição	104.669	87,9	12,1
4	Enfermagem	261.215	84,7	15,3
5	Psicologia	223.490	81,1	18,9
6	Fisioterapia	141.010	80,4	19,6
7	Gestão de Pessoal / Recursos Humanos	177.823	80,2	19,8
8	Farmácia	110.447	73,2	26,8
9	Arquitetura e Urbanismo	162.318	66,4	33,6
10	Ciências Contábeis	358.452	58,3	41,7
11	Medicina	126.797	56,8	43,2
12	Administração	766.859	56,1	43,9
13	Direito	853.211	55,3	44,7
14	Empreendedorismo	99.495	48,9	51,1
15	Formação de Professor de Educação Física	167.668	41,1	58,9
16	Educação Física	107.409	36,6	63,4
17	Engenharia de Produção	170.587	34,6	65,4
18	Engenharia Civil	355.998	30,1	69,9
19	Engenharia Elétrica	105.432	13	87
20	Engenharia Mecânica	129.320	9,9	90,1

Fonte: Deap/ INEP, com base no Censo da Educação Superior

Como se pode observar, as mulheres ocupam percentuais elevados nos cursos cujos rendimentos são menores, assim como também pode se inferir que as atividades produtivas dedicadas por elas são as que se ligam às áreas do cuidado, como um prolongamento dos ditos papéis femininos. Engenharia Mecânica figura entre o curso que, dentre os analisados, possui menor participação feminina.

Discorrendo sobre o currículo distinto destinado a homens e a mulheres, Soihet relembra que, no século XIX, “enquanto os homens cursavam o ensino secundário, que visava o acesso aos cursos superiores, as moças, em sua maioria, encaminhavam-se para as escolas normais, destinadas à profissionalização e/ou preparo para o lar.” (SOIHET, 1997, p. 8-9)

Quanto ao rendimento das mulheres, ele “não se iguala ao masculino em nenhuma das áreas gerais”. Essa desigualdade de rendimento é “resultado, em grande medida, de uma inserção diferenciada por sexo no mercado de trabalho”, com uma “maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços como, por exemplo, o trabalho doméstico” (IBGE, 2014, p. 119). A Fundação Carlos Chagas (2007) corrobora com a ideia de que “as mulheres ganham menos que os homens independente do setor de atividade econômica em que trabalhem”. Quanto mais elevada a escolaridade, maiores são as possibilidades de obter melhores rendimentos, entretanto, apesar de ser verdadeiro para ambos os sexos, entre os homens isso se aplica mais que às mulheres. (FCC, 2007). A Fundação Carlos Chagas aponta que de trabalhadores e trabalhadoras que possuíam maior nível de escolarização, obtiveram rendimentos superiores a 10 salários mínimos em 2007 um total de 30% de homens e apenas 10% de mulheres. Em 2002, as proporções eram, respectivamente, 42% e 18%.

Paralelo aos dados sobre a realidade da mulher no mercado de trabalho, ao se analisar o tempo gasto com atividades de afazeres domésticos por homens e por mulheres, o IPEA (2012) afirma que

pode-se concluir que de fato são atividades muito fortemente atribuídas às mulheres. Assim, não importa se a mulher tem uma alta renda, se é considerada chefe de família, se está ocupada; ela sempre gastará mais tempo com afazeres domésticos que os homens nas mesmas posições. E – o que é ainda mais revelador – ela gastará mais tempo com afazeres domésticos do que os homens na posição “oposta”. Assim, por exemplo, a condição de ocupação aparece como característica relevante na determinação do tempo dedicado aos afazeres domésticos – mulheres e homens desocupados gastam mais tempo do que os ocupados. No entanto, as mulheres ocupadas ainda despendem quase 10 horas a mais que os homens desocupados (IPEA, 2012, p. 8)

Ao ser analisada a variável renda, o IPEA constatou que as mulheres que recebem 8 salários mínimos ou mais gastam cerca de metade do tempo para afazeres domésticos daquelas que ganham até 1 salário mínimo, mas ainda trabalham mais em casa do que os homens nesta faixa de renda menor. (IPEA, 2012, p. 9). Outro dado que corrobora com a afirmação de que o espaço reprodutivo cabe, prioritariamente, às mulheres é o que as que residem em domicílios não pobres despendem o dobro de tempo que os homens em domicílios pobres (24 horas contra 12). Sobre o impacto do número de filhos no tempo gasto no trabalho doméstico, foi evidenciado que a existência de filhos impacta aparentemente quase só o tempo gasto pelas mulheres, uma vez que

entre as mulheres, aquelas sem filhos gastam cerca de 26 horas semanais com afazeres domésticos. Este tempo aumenta com o número de filhos, chegando a 33,8 horas entre aquelas com 5 ou mais filhos. No caso dos homens, curiosamente, aqueles sem filhos

gastam mais tempo do que os homens com filhos. E, entre estes, o tempo gasto com afazeres domésticos não varia de acordo com o número de filhos (IPEA, 2012, p. 9)

O tempo médio semanal despendido para afazeres domésticos aumenta com a idade dos indivíduos de ambos os sexos, no entanto, “a diferença entre o número de horas gasto por homens e por mulheres para esse tipo de trabalho persiste, demonstrando como se evidencia as tradicionais convenções de gênero.” (IPEA, 2012, p. 10).

Entre as faixas etárias investigadas, tem-se que as crianças e adolescentes de 10 a 15 anos de idade gastavam, em média, 20 horas semanais com afazeres domésticos, sendo que os meninos despendiam 10 horas e as meninas, 25 horas semanais. Cabe destacar que, entre os meninos nessa faixa etária, 49% afirmaram realizar afazeres domésticos, ao passo que 88% das meninas tinham este trabalho. Estas informações revelam, portanto, que desde muito cedo se estabelece a atribuição feminina pelas atividades domésticas. Não se trata, portanto, do fato de estar mais presente em casa – tendo em vista o menor nível de atividade e de ocupação entre as mulheres – ou sequer o fato de ter filhos. (IPEA, 2012, p. 10)

Saffioti, ao dizer que a sociedade atribui à mulher a responsabilidade pela manutenção da ordem na residência e pela criação dos filhos, afirma que “por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres.” (SAFFIOTI, 1987, p. 9). Assim, a partir desses dados preliminares, o IPEA confirma que

os dados brasileiros apontam que o determinante de gênero tem grande poder explicativo. Por mais que se controlem as diferentes características que supostamente influenciam o tempo que as pessoas gastam com afazeres domésticos, o diferencial entre homens e mulheres aparece sempre como mais relevante. (IPEA, 2012, p. 11)

Para que avanços na redução da desigualdade aconteçam, “a experiência internacional mostra que é necessária a implementação de políticas de fato voltadas para a autonomia das mulheres e para o incentivo à participação masculina no trabalho doméstico.” (IPEA, 2012, p. 16).

Trata-se, portanto, de mudanças de paradigmas, para que as famílias deixem de ser vistas, por um lado, somente como unidades de consumo, mas também como lócus de produção de serviços essenciais para a reprodução da sociedade e, por outro, que a distribuição dos diferentes tipos de trabalho entre os membros da família deixe de ser vista como um mero arranjo privado, fruto de negociações entre iguais. A desigualdade de gênero existente no interior das famílias determina processos sociais e econômicos que reproduzem uma desigualdade estruturante em nossa sociedade, subjugando um grupo de pessoas em relação a outro e limitando suas possibilidades de exercício pleno e efetivo da cidadania. (IPEA, 2012, p. 17)

2.1.5 Exclusões e Segregações vertical e horizontal

Lima (2013), ao investigar as trajetórias das cientistas na Física, elucida as exclusões vertical e horizontal as quais são submetidas as mulheres no campo da ciência:

Após décadas de mudanças sociais e de conquistas dos movimentos feministas, os obstáculos que impedem e dificultam a maior participação das mulheres no campo

científico, apesar de concretos, não são formais. A literatura sobre a temática apresenta dois tipos de exclusões das mulheres nas ciências: a) exclusão vertical, que se refere à sub-representação das mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas; e b) horizontal, que se refere ao pouco número de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, em geral, de maior reconhecimento para a economia capitalista, as consideradas ciências “duras” – exatas e engenharias (LIMA, 2013, p. 2).

Discorrendo sobre a forma como são evidenciadas essas exclusões nas carreiras acadêmicas, Lima diz que se apresentam em momentos cruciais e distintos: um em relação à escolha da área e outro em relação à permanência e à ascensão na profissão. Como “metáfora para representar o obstáculo invisível, porém concreto, que impede as mulheres de chegarem a determinadas posições de prestígio nas profissões”, a autora recorda o uso de “teto de vidro”. (LIMA, 2013, p. 3). Ainda segundo Lima,

Esse conceito contribui para o entendimento de duas importantes questões: 1) a transparência do vidro, que se refere à ausência de barreiras formais/legais que impeçam a participação de mulheres em cargos e posições de poder, ou seja, as dificuldades das mulheres não podem ser medidas somente pela ausência de dispositivos legais contra sua atuação profissional; e 2) a posição do teto, que representa que há um entrave para ascensão das mulheres, dessa forma, é possível que elas transitem pelas posições dispostas na carreira até um determinado ponto: o topo de uma determinada profissão. (LIMA, 2013, p. 3)

Ao observar que o conceito não era adequado para dizer da complexidade dos obstáculos dispostos no decorrer da carreira científica, uma vez que as barreiras, ainda que não formais, são muitas e diversas, localizadas ao longo da carreira e não apenas no “topo”, Betina Stefanelo de Lima traz o conceito de “labirinto de cristal”, indicando que “os obstáculos encontrados pelas mulheres, simplesmente por pertencerem à categoria “mulher”, estão dispostos ao longo de sua trajetória acadêmica, e até mesmo antes, na escolha da área de atuação.” (LIMA, 2013, p. 4). Assim, a metáfora do labirinto de cristal contribui com o entendimento de que os obstáculos enfrentados pelas mulheres estão presentes ao longo de toda trajetória profissional feminina, e não somente em um determinado patamar, além de evidenciar uma inclusão subalterna das mulheres nas ciências e a sub-representação feminina nas posições de prestígio. Engloba, por fim, a compreensão de que as barreiras e armadilhas do labirinto não estão somente associadas à ascensão na carreira, mas também ao ritmo do ganho de reconhecimento de atuação das cientistas e à sua permanência ou não em uma determinada área (LIMA, 2013).

2.2 Violência simbólica e sexismo

Também como teoria de base, nesta pesquisa utiliza-se a Violência Simbólica de Gênero para explicar que da naturalização da relação entre os sexos, estabelece-se uma relação de dominação dos homens em direção às mulheres. Essa dominação pode assumir diferentes

feições, no entanto, visando aproximar do objeto da pesquisa, atêm-se, na forma sutil, insidiosa e invisível às próprias vítimas, ou seja, a violência simbólica.

Por sua vez, sexismo refere-se às discriminações sexuais e ao conjunto de ideias ou ações que privilegiam um indivíduo de determinado sexo. Os pressupostos que originam as ações sexistas são: (i) um gênero ou identidade sexual ser superior ao outro; (ii) diferenças naturais e biológicas entre homens e mulheres utilizadas como argumentos a favor da disparidade entre os sujeitos (iii) existência de características intrínsecas ao gênero, como a crença na sensibilidade exacerbada feminina e a força e racionalidade atributos masculinos (SANTOS, 2016).

2.2.1 Naturalização da relação entre os sexos

A relação entre sexos não pode ser tomada como um dado natural. Sobre a maneira como ela se naturaliza, Bourdieu afirma que os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo com que a relação entre os sexos assim seja vista. É preciso, portanto, questionar quais são os mecanismos históricos que são responsáveis pelas des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes, uma vez que o que aparece na história como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas (BOURDIEU, 2012).

O teórico esclarece que a diferença biológica entre os sexos é a justificativa natural da diferença construída entre os gêneros, e isso se manifesta na divisão do trabalho.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres. (...) A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Dialogando com essas ideias, Saffioti (1987) diz que a identidade da mulher, assim como a do homem, é construída socialmente, e isso se dá com a atribuição papéis distintos para as diferentes categorias de sexo. Sobre esses espaços, a autora afirma que há uma naturalização do espaço doméstico ser atribuído às mulheres, como se isso decorresse da capacidade de ser mãe. Infere-se, portanto, que de um aspecto da capacidade biológica da mulher (parir), cria-se um papel social para ela. Nesse sentido, visando desconstruir essa visão “biologizante”, e

demonstrando que até o próprio parto assume feições sociais diferentes no espaço e no tempo, Safiotti (1987) ilustra essa questão com o costume indígena denominado *couvade*, em que após o parto, as mulheres banham-se nas águas de um rio e retornam imediatamente seu trabalho. Nestas tribos, quem faz repouso e observa uma dieta alimentar especial é o pai, enquanto que a mãe não interrompe suas atividades extra lar, inclusive a função da caça. Assim, “quando se afirma que é *natural* que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, *naturalizando* um resultado da história.” (SAFIOTTI, 1987, p. 10). Ainda de forma velada, há “um certo determinismo biológico, pelo qual se deduziria que as mulheres no trabalho são inferiores por natureza e que a sua submissão na sociedade tem uma base concreta na sua conformação biológica” (QUIRINO, 2011, p. 51).

Sobre a construção acerca do ser menino e do ser menina, Bourdieu afirma que o mesmo trabalho psicossomático que, quando aplicado a eles, visa a viriliza-los, assume uma forma mais radical no caso das meninas, sendo a mulher, então, definida apenas por falta. Sendo assim, as virtudes das mulheres só podem se afirmar em uma dupla negação: vício negado ou superado, ou como mal menor. Destarte, todo o trabalho de socialização tende a impor-lhes limites, todos eles referentes ao corpo, definido para tal como sagrado (BOURDIEU, 2012). Saffiotti (1987), inclusive, observa que os homens transmitem a suas filhas um padrão de moral dupla, sendo extremamente liberais com os filhos e rigorosamente moralistas com as filhas. Apesar dessa moralidade com as filhas, exigindo a castidade delas, muitos homens mantêm relações extraconjugais estáveis, alimentando, assim, dois modelos de mulher – a santa e a prostituta. Dessa forma, “trabalham a favor da conservação do estado de coisas que inferioriza socialmente os seres femininos” (SAFFIOTI, 1987, p. 34).

Ainda sobre a construção em torno do ser menina,

é assim que a jovem Cabilda interiorizava os princípios fundamentais da arte de viver feminina, da boa conduta, inseparavelmente corporal e moral, aprendendo a vestir e usar as diferentes vestimentas que correspondem a seus diferentes estados sucessivos, menina, virgem, núbil, esposa, mãe de família, e, adquirindo insensivelmente, tanto por mimetismo inconsciente quanto por obediência expressa, a maneira correta de amarrar sua cintura ou seus cabelos, de mover ou manter imóvel tal ou qual parte de seu corpo ao caminhar, de mostrar o rosto e de dirigir o olhar. (BOURDIEU, 2012, p. 37).

Essa ideia dialoga com o conceito de Representação Social, que oriundo da sociologia de Durkheim, é teorizado na Psicologia Social, por Moscovici, sendo aprofundado com Jodelet. As representações coletivas de Durkheim, consistindo em um grande guarda-chuva que abrigava crenças, mitos, imagens, e também o idioma, o direito, a religião, as tradições, são recorridas por Moscovici para iniciar o percurso da teorização (ARRUDA, 2002).

Sendo o objeto de estudo da psicologia social a relação indivíduo-sociedade, a preocupação desse campo de estudo é a interação entre os indivíduos e a sociedade visando construir a realidade (ARRUDA, 2002). Surgida na França na década de 60, a teorização feita por Moscovici baseou-se em metodologias incomuns na psicologia da época e dependia da interpretação do pesquisador, fugindo aos cânones da ciência psicológica desde então, e, por isso, seria preciso esperar quase vinte anos para que o degelo do paradigma permitisse o despontar de possibilidades divergentes (ARRUDA, 2002).

Recorrer ao conceito de representação social é importante porque “ele se associa a um sistema de valores, ideias e práticas que servem para orientar os membros de uma sociedade” (CYRINO, 2009, p. 69). A autora evidencia que a ideia parte do pressuposto de que existem determinados modos de conhecer, de compreender, de interpretar e se significar a realidade, sendo eles construções sociais. Assim, o conceito envolve o estudo de como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento, constituindo uma realidade comum e transformando ideias em práticas e costumes (CYRINO, 2009). Portanto, “considerar a existência de representações sociais de gênero destaca, sobretudo, gênero como construção social” (CYRINO, 2009, p. 69).

Aproximando a Teoria da Representação Social às teorias feministas, Arruda (2002) afirma que ambas consideram a importância das dimensões subjetiva, afetiva, cultural na construção do saber e nas ações humanas, sendo, portanto, importante considerá-las na construção do conhecimento e no fazer científico. Os teóricos da representação social revelam “o quanto o pensamento dito ingênuo veicula significado e merece atenção” (ARRUDA, 2002, p. 139).

2.2.2 Construção social e dominação masculina

Soihet (1997), discorrendo sobre o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos, diz que definir a submissão imposta às mulheres como violência simbólica é importante para compreender como uma “relação de dominação - que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal” (SOIHET, 1997, p. 4-5). Relacionando a construção social sedimentada a partir das diferenças biológicas à dominação masculina, Bourdieu (2012) esclarece que:

assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, *espontânea* e *extorquida*, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos *efeitos duradouros* que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições

espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe BOURDIEU, 2012, p. 50).

Na perspectiva do teórico, a força simbólica é uma “força de poder que se exerce sobre os corpos, e como que por magia, sem coação física” (BOURDIEU, 2012, p. 50). É, para o autor,

[...] ação transformadora ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação (BOURDIEU, 2012, p. 50)

Saffioti (1987) diz que a naturalização desses processos socioculturais é a forma mais fácil de legitimar a “superioridade” masculina, assim como a dos brancos, heterossexuais e ricos. Bourdieu afirma que “a dominação masculina encontra reunidas todas as condições de seu pleno exercício” (BOURDIEU, 2012, p. 45). O autor se refere a uma primazia universalmente concedida aos homens, e ela se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas. Beauvoir (1970) dialoga com essa ideia ao dizer que

a mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo uma prisão. (...) A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

Saffioti (1987), ao discutir essa superioridade masculina, afirma que a força da ideologia da condição aquém da mulher é tão forte que até as mulheres que trabalham na enxada, com maior produtividade que a dos homens, admitem sua “fraqueza”. A autora também relembra que nos períodos de guerra, via de regra, os homens são destinados ao combate e, nesse período, as mulheres assumem essas funções antes desempenhadas por eles. “Porque são elas capazes de trabalhar em qualquer atividade para substituir os homens-guerreiros, devendo retornar ao cuidado do lar uma vez cessadas as ações bélicas?” (SAFFIOTI, 1987, p. 12).

A teórica afirma que para construir a supremacia masculina, é exigida a subordinação das mulheres. Dessa forma, para Saffioti (1987, p. 29), “mulher dócil é a contrapartida de homem *macho*. Mulher frágil é a contraparte de *macho forte*. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do *macho superior*”.

Para Gomes, vêm crescendo os destaques para as “articulações entre masculinidade e violência, com uma inflexão tão acentuada a ponto de a segunda expressão ser vista como pertencente à primeira, de forma quase que naturalizada” Assim, o fato de “homens expressarem formas de violência poderia ser visto como pleonasma do exercício da masculinidade” (GOMES, 2008, p. 240). Saffioti (1987, p. 36) corrobora com essa relação, afirmando que,

“ademais, a agressividade também integra, necessariamente, o modelo de macho. Dito de outra maneira, cabe a ele tomar iniciativas, assumir sempre uma posição ofensiva. Cabe-lhe, ainda, ser intransigente, duro, firme.”. Soihet (1997, p. 4), dizendo de pressupostos que ganharam respaldo científico no século XIX, diz ao homem “conjugava a sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios”.

2.2.3 Masculinidades

Sobre masculinidade, Connell (1995) desenvolve sua teoria em contraposição à teoria dos papéis sexuais, que homogeniza as categorias “homem e mulher”.

Nos anos 70, o gênero dos homens era compreendido, nos trabalhos em língua inglesa, como o "papel do sexo masculino". Isso significava, essencialmente, um conjunto de atitudes e expectativas que definiam a masculinidade apropriada. O conceito de papel sexual ainda é popular. Trata-se de um conceito que é quase um lugar-comum quando se fala de gênero dos homens (CONNELL, 1995, p. 187).

Connell (1995) considera que o conceito de papéis sexuais possui vários pontos fracos em termos científicos e práticos, uma vez que ele não nos permite compreender questões relacionadas ao poder, à violência ou à desigualdade material, além de não nos permitir ver as complexidades no interior da masculinidade e suas múltiplas formas e oferecer estratégias muito limitadas de mudança. Masculinidade, assim definida por Connell, é uma “configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”. Como existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade, tem-se tornado comum falar de "masculinidades", sendo importante lembrar sempre das relações de poder aí envolvidas (CONNELL, 1995).

Sendo a masculinidade, conforme definida por Connell (1995), como “configurações de prática”, a ênfase é colocada naquilo que, de fato, é feito, não no que é desejado. Por “prática” entende-se que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico. Ao dizer “posição dos homens”, deve-se compreender que a masculinidade tem a ver com as relações sociais e também se refere a corpos- uma vez que, segundo Connell, o termo “homens” significa pessoas adultas com corpos masculinos. Por fim, sobre “estruturas das relações de gênero”, a ideia enfatizada é a de que gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional, e complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos "papéis de sexo" ou a biologia reprodutiva sugeririam.

2.2.4 Violência simbólica de gênero

A violência simbólica é “suave, insensível a suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 2012, p. 7). Adiante, Bourdieu afirma ser ela “doce e quase sempre insensível” (BOURDIEU, 2012, p. 47). Objetivando “prevenir contra os contrassensos grosseiros a respeito da noção de violência simbólica”, o autor esclarece que, na teoria, é possível perceber a objetividade da experiência subjetiva de relações de dominação, desfazendo o equívoco de se considerar que a violência simbólica minimiza o papel da violência física (BOURDIEU, 2012, p. 45). Ainda segundo o teórico, é preciso desfazer o mal-entendido do mito do “terno feminino” (ou masculino), sendo, de forma mais grave, eterniza a estrutura de dominação masculina, considerando-a invariável e eterna. Como as estruturas de dominação são construções históricas, elas são produto de um trabalho incessante de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos: homens, com suas armas como a violência física e simbólica, e instituições, como famílias, Igreja, Escola, Estado (BOURDIEU, 2012).

Soihet (1997), dizendo do discurso restritivo da liberdade e da autonomia feminina, que se converte numa relação de diferença, numa hierarquia de desigualdade, configura-se uma forma de violência. Assim, “nesta perspectiva, a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina” (SOIHET, 1997, p. 4). A autora confirma que o avanço do processo de civilização, ocorrido entre os séculos XVI e XVII, corresponderia a um recuo da violência bruta e um aumento de lutas simbólicas.

Sobre confirmar a dominação atribuindo às mulheres a responsabilidade pela própria opressão, sugerindo que elas escolhem adotar práticas submissas ou mesmo que elas gostam dessa dominação, ou seja, que há, nelas, um masoquismo natural, Bourdieu afirma que essa construção prática está longe de ser um “ato intelectual, consciente, livre, deliberado de um sujeito “isolado”” (BOURDIEU, 2012, p. 52). Soihet discute que

A aceitação, pela maioria das mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação (SOIHET, 1997, p. 6).

Assim, para a autora, “definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o próprio dominador” (SOIHET, 1997, p. 6). Soihet exemplifica essa questão desenvolvendo a ideia de que a

insatisfação de muitas mulheres alheias ao terreno público contribuiu para a emergência de movimentos feministas na Europa Ocidental e nos EUA no século XX. Frente aos movimentos, “a réplica buscava ser demolidora, com vistas a desmoralizar àqueles que pugnavam pelo acesso das mulheres à propriedade, às profissões, ao voto”. Assim, Soihet continua:

galinhas a carcarejar, hommes-femmes, homesses, hermafroditas, eram alguns dos pesados epítetos sexuais que lançavam os anti-feministas contra tais mulheres, enquanto os homens que as apoiavam eram chamados de “solteironas de calças” (SOIHET, 1997, p. 6).

A autora tem o entendimento de que, ainda que de forma inconsciente, era assustadora a ideia de uma confusão entre papéis sociais, além de temerosos da perda de poder entre os gêneros. Assim, Soihet (1997, p. 6) anuncia que, na verdade, esses homens “lançavam mão das estratégias mais variadas para manter o *status quo*”.

Bourdieu afirma que essa construção é resultante de um poder, inscrito no corpo dos dominados sob formas de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar, etc) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas de poder. Embora haja uma adesão à dominação, para o sociólogo, não se pode atribuir às mulheres a responsabilidade por sua própria opressão. Soihet (1997, p. 4) também diz que a “violência simbólica supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação”. “A resignação, ingrediente importante da educação feminina, não significa senão a aceitação do sofrimento enquanto *destino de mulher*” (SAFFIOTTI, 1987, p. 35).

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura de língua, etc) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2012, p. 49-50)

Essa ideia está presente nos estudos de Safiotti ao evidenciar que ao longo da história da humanidade, as mulheres têm resistido ao domínio masculino desde sua implantação, afirmando que elas não são cúmplices de seus agressores (SAFIOTTI, 2001).

Se as mulheres sempre se opuseram à ordem patriarcal de gênero; se o caráter primordial do gênero molda subjetividades; se o gênero se situa aquém da consciência; se as mulheres desfrutam de parcelas irrisórias de poder face às detidas pelos homens; se as mulheres são portadoras de uma consciência de dominadas; torna-se difícil, se não impossível, pensar estas criaturas como cúmplices de seus agressores. (SAFIOTTI, 2001, p. 126).

Para Soihet (1997), até nos dias atuais, a sensibilidade associada às mulheres é vista como uma preparação, uma antecipação ou uma forma menor do pensamento racional, esse atribuído dos homens. Assim, para a autora, dizendo sobre a violência simbólica, “o elogio da

sensibilidade feminina, excluindo-a da racionalidade, revela essa modalidade de violência” (SOIHET, 1997, p. 10).

Ainda expandindo esse conceito, adiante, Soihet (1997) também pontua como violência o homem ser destinado à ordem pública e a mulher à ordem privada:

Sobre a violência desta exclusão, cabe lembrar Hanna Arendt, para quem o espaço privado não se define como o espaço da privacidade e da intimidade mas como o lugar da privação. Estar circunscrito ao espaço privado é estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, a existência política. (SAIHET, 1997, p. 11)

Para essa autora, o substrato da violência simbólica permanece presente quando se evidenciam as relações assimétricas entre os gêneros, sendo seu significado enraizado no simbólico, no mental, no doméstico (SOIHET, 1997). A destinação de mulheres, que acontece pela força do discurso de que algumas profissões são mais adequadas ao gênero feminino, a áreas menos remuneradas compromete a total emancipação feminina e pode resultar em uma mulher dividida, culpada. No entanto, “dialeticamente, a prática daquelas atividades- professora, enfermeira, assistente social etc- foi fundamental para a ampliação dos horizontes femininos”. E assim, “comprovando sua competência, mergulhando na compreensão da rede intrincada dos poderes e dos saberes, assumem cada vez mais a construção de sua própria história” (SOIHET, 1997, p. 20). Soihet (1997) discute que a sobrevivência da sociedade requer o nascimento e a socialização de novas gerações, entretanto, a instauração de estabelecimentos coletivos acessíveis- restaurantes, creches, lavanderias- possibilitariam às mulheres partilhar as tarefas que se cristalizaram como suas.

Carrieri *et al* (2013), associando violência simbólica e *habitus*, ambos conceitos explicados na teoria de Bourdieu, diz que essa forma de violência se dá pela “imposição de perceber a realidade, definidos pelos interesses de determinados grupos sociais” (CARRIERI, AGUIAR, DINIZ, 2013, p. 173). Os autores percebem ainda que se trata de uma “violência institucionalizada, que se reproduz na diferenciação e na exclusão de ideias, modos de ver e agir de uns em detrimento da valorização, da legitimação de outros” (CARRIERI, AGUIAR, DINIZ, 2013, p. 173). Assim, Carrieri *et al* (2013) afirmam que a violência simbólica difunde os interesses das classes hegemônicas, sendo institucionalizada e reproduzida graças ao trabalho de construção em torno da desigualdade e da exclusão, pelos grupos dominantes. Discorrendo sobre o preconceito, que é caracterizado pela exclusão daqueles que se distanciam do “padrão de normalidade” social, os autores dizem ser ele “uma manifestação insidiosa da violência simbólica” (CARRIERI, AGUIAR, DINIZ, 2013, p. 174). Essa ideia dialoga com a visão de Rosa e Brito (2009), uma vez que os autores também entendem que a violência

simbólica atua conservando os padrões dominantes e a estabilidade do campo social ou organizacional, assegurando a dominação de uns em detrimento aos outros.

2.2.5 Estudos sobre violência simbólica

Bandeira e Batista (2002), ao escreverem sobre o preconceito e discriminação como formas de violência, evidenciam que uma sociedade que admite o acesso de alguns a bens materiais ou a bens culturais está condenada a instauração da violência, seja ela nas formas materiais e simbólicas. Para as autoras, “o preconceito é a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e de exclusão, portanto da violência” (BANDEIRA e BATISTA, 2002, p. 126). Sobre as formas como ele se manifesta, elas esclarecem que o preconceito está presente em

(...) imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas de homens e de mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes qualificativos identitários, hierarquias e poderes diferenciais, diversamente valorizados, com lógicas de inclusões/exclusões consequentes, porque geralmente associados a situações de apreciação - depreciação/ desgraça. (BANDEIRA e BATISTA, 2002, p. 127)

É, para as autoras, “produtor e reprodutor de situações de controle, menosprezo, humilhação, desqualificação, intimidação, discriminação, fracasso e exclusão”. “O preconceito fomenta relações sociais hostis e violentas” (BANDEIRA e BATISTA, 2002, p. 128).

Sendo o sexismo “um resquício da cultura patriarcal”, ou seja, um “instrumento usado pelo homem para garantir as diferenças de gênero, que se legitima através das atitudes de desvalorização do sexo feminino”, a autora afirma que as atitudes tradicionais a respeito da mulher vêm sendo substituídas por novas formas de sexismo, nas quais a antipatia a elas dirigida tem se expressado de forma simbólica ou indireta (FERREIRA, 2004, p. 120).

A violência de gênero “é universal, e atinge as pessoas, em especial as mulheres e em menor proporção os homens, independente de seus recursos, sejam letradas ou não, indígenas ou mestiças, e é observada cotidianamente e em qualquer momento ou lugar” (HERNANDEZ, 2013, p. 136). É exercida quase sempre por homens em direção às mulheres e, atualmente, a violência de gênero é considerada por diversos grupos como um problema significativo que a sociedade enfrenta cotidianamente. Sendo um problema social, deve ser atendido prioritariamente como um assunto que envolve os direitos humanos e a saúde pública. O autor relembra que a ONU colocou como objetivo do milênio promover a igualdade entre os gêneros e o empoderamento da mulher. Para o autor,

es una práctica de poder y/o de posición a través de acciones físicas, económicas, emocionales o psicológicas en la vida cotidiana y en las relaciones con los y las demás, que convertida en abuso es empleada por un sujeto (en su mayoría hombres) para

dañar o someter a otro y precisamente por la cotidianidad con que se presenta, tiende a naturalizarse y pasar desapercibido como tal, incluso por las víctimas; de allí la relevancia del tema como fenómeno a investigar y especialmente en el caso de las instituciones de educación superior, en función del papel imprescindible que juega la educación en la prevención de la violencia (HERNANDEZ, 2013, p. 138).

Hernandez (2013) esclarece, ainda, que “violência doméstica, violência familiar, violência contra as mulheres, sexismo” são alguns nomes usados em estudos anteriores para dizer sobre a violência de gênero. O autor adverte que apesar de ter incidência maior quando exercida contra as mulheres, violência de gênero é “inter e intra gênero”, incluindo, portanto, violência de mulheres contra os homens, mulheres contra mulheres e, também, de homens em direção a homens (HERNANDEZ, 2013, p. 138).

Ao discorrer sobre o papel de cada instituição na manutenção ou perpetuação da violência simbólica, Bourdieu identifica toda a cultura acadêmica como fator que contribui para isso. Mas ela é, ao mesmo tempo, segundo o autor, um dos “princípios mais decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido a contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz” (BOURDIEU, 2012, p. 104).

Casagrande e Lima (2015) desenvolveram uma pesquisa cujo objetivo era analisar os cursos de licenciatura e engenharia da UFBA e da UTFPR sob a perspectiva de gênero. Segundo as autoras da pesquisa, percebe-se preconceito e discriminação quando estudantes optavam pelos cursos que tradicionalmente eram redutos do outro sexo, ou seja, mulheres na engenharia e homens nas licenciaturas. Entendendo preconceito e discriminação no campo da violência simbólica, as autoras destacam que “a violência simbólica manifesta-se no meio universitário de diversas formas, em diferentes campos” (CASAGRANDE e LIMA, 2015, p. 82). Lombardi (2005, p. 127) afirma que, de um modo geral, o “processo de democratização da Educação Superior possibilitou uma importante progressão na entrada de mulheres nas escolas de engenharia”, mas, conforme expõe a autora, “os mecanismos de controle social destinados a garantir a masculinidade das engenharias de um modo geral e de determinadas especialidades, em particular, continuam em ação, como é o caso das brincadeiras e piadinhas” (LOMBARDI, 2005, p. 170).

Casagrande e Lima (2015) dão ênfase na pesquisa para a “questão da sexualidade, a aparência física dos/as estudantes, as supostas diferenças cognitivas entre homens e mulheres, a questão salarial da futura carreira e a postura de professores e professoras”. Para as autoras, a violência simbólica aparece na fala dos/as estudantes “quando há um estranhamento no fato de mulheres estarem cursando engenharias e homens terem optado pelas licenciaturas” (CASAGRANDE e LIMA, 2015, p. 82). Gomes considera que os “discursos podem se

configurar como uma faceta da violência ao se reificar determinadas características como exclusivas de um gênero específico” (GOMES, 2008, p. 239).

Sobre a sexualidade, Casagrande e Lima (2015, p. 82) afirmam que “o questionamento acerca dela é uma das formas pelas quais a violência se manifesta”. Consideram

a preocupação com aparência física também aparece como uma forma de discriminar e dificultar a presença feminina nos cursos de engenharia. Rotular as meninas/moças/mulheres como feias pelo fato de terem escolhido um determinado curso é uma forma de agressão e que pode dificultar o interesse de algumas mulheres pelos cursos de engenharia, que são mais valorizados social e financeiramente. (CASAGRANDE E LIMA E SOUZA, 2015, p. 88).

As autoras dizem que apesar de não permitirem generalizações, as falas dos/as entrevistados/as na pesquisa permitem a constatação de que “a violência simbólica com base na aparência física parece incidir apenas às mulheres que cursam as engenharias, não atingindo homens desses cursos e estudantes das licenciaturas” (CASAGRANDE e LIMA, 2015, p. 92).

Discorrendo sobre a violência simbólica que se manifesta na consideração de que há diferenças cognitivas entre homens e mulheres, as autoras explicam que esta

[...] se sustenta na ideia equivocada de que as mulheres não seriam naturalmente dotadas de habilidades intelectuais exigidas para a área das Ciências Exatas, como raciocínio abstrato, objetividade, dentre outras. Daí espera-se que elas se dediquem a cursos mais leves ou mais adequados às suas tendências “naturais”, como o cuidado, a empatia a atenção para a estética, etc. Neste tipo de pensamento, revelam-se todos os estereótipos de gênero que associam as mulheres à fragilidade, à incapacidade, uma constante referência ao conceito arraigado do sexo frágil. (CASAGRANDE e LIMA E SOUZA, 2015, p. 104).

Sobre isso, ao dizer sobre a engenharia como área do conhecimento mais profundamente permeada pela presença masculina, Saraiva (2008) aponta que é estabelecida uma dominação dos homens nessa área, sendo possivelmente originada de uma visão preconceituosa que assim expressa que os

homens são mais aptos para atuar no universo das exatas, desenvolvem melhor o raciocínio lógico, enquanto que mulheres, por suas características apoiadas na maternagem e na sensibilidade, estão mais aptas “naturalmente” a atuar nas ciências humanas. (SARAIVA, 2008, p. 53).

A respeito da postura de professores e professoras, Casagrande e Lima (2015, p. 99) comentam que esses sujeitos são, muitas vezes, agentes de violência simbólica também, “mesmo que ela seja exercida de forma sutil, sendo sutileza a principal característica desse tipo de violência”.

Cruz e Pereira (2013) investigaram as diferentes configurações da violência nas relações pedagógicas entre docentes e discentes em seis cursos da UFMT, sob a perspectiva da teoria da violência e do poder simbólico. Apesar de tratarem da violência sem o recorte do gênero, observaram que os sujeitos da pesquisa trazem o assédio sexual como um elemento marcante

na relação entre professor e aluna. Hernandez (2013), por sua vez, desenvolveu uma pesquisa na Universidade de Guadalajara, no México, que o permitiu concluir que as “condutas sexistas e de reprodução de estereótipos nas práticas educativas e nos materiais didáticos trazem uma carga simbólica considerável para a manutenção do sistema sexo-gênero” (HERNANDEZ, 2013, p. 168). O autor afirma que um dos passos indispensáveis para combater a violência de gênero é torna-la visível por instituições governamentais e por organizações civis, de forma que seja desnaturalizada a violência que é socialmente institucionalizada.

Jiménez et al (2013, p. 87) afirmam que “a questão da igualdade entre homens e mulheres na educação superior tem sido amplamente documentada, sendo possível reconhecer fontes de inquietações”. Os autores citam os relatórios institucionais sobre o número de alunos e de alunas matriculados na educação superior e em que áreas do conhecimento eles e elas se direcionam e os estudos de iniciativas acadêmicas, que demonstram a sub-representação das alunas nas ciências e tecnologias.

Casagrande e Lima (2015, p. 105) evidenciam, por fim, a necessidade de se “desenvolver ações para que situações que caracterizam violência simbólica sejam banidas do meio universitário para que todos e todas encontrem na universidade condições de permanência e crescimento igualitário”. Afirmam, também, que “todos e todas têm condição de fazer o curso que desejarem, desde que estejam disponíveis a eles e a elas as mesmas condições de acesso e permanência.

3. APROXIMAÇÕES DO OBJETO DE ESTUDO E DE SEU CONTEXTO

Além das teorias de base (divisão sexual do trabalho e violência simbólica de gênero), visando discutir a violência simbólica dirigida às mulheres que transgridem o *status quo* e estão matriculadas nos cursos de Engenharia do CEFET-MG, considerou-se importante discutir os desafios encontrados por mulheres que se dedicam às atividades da ciência e tecnologia. Após esse momento, é apontado o que a literatura ainda incipiente tem apontado sobre violência simbólica dirigida às mulheres que ocupam cursos/postos de trabalho tradicionalmente tidos como redutos masculinos.

3.1 Desafios das mulheres nas atividades da ciência e tecnologia

Discutir gênero, ciência e tecnologia implica “considerar o conhecimento científico como não-neutro em termos de valores, questionar a objetividade científica como estritamente racional e também seu status de verdades de verdade na construção do conhecimento” (CABRAL, 2006, p. 84). Keller, em *Gender and Science*, publicado em 1978, já criticava a associação entre masculinidade ao que é científico e feminilidade ao que não é. “Um mito para Keller, essa associação parte da ideia, presente dentro e fora dos círculos científicos, de que a ciência é de gênero neutro” (CABRAL, 2006, p. 69). Cabral (2006) afirma ser necessário o entendimento de a tecnologia não está restrita apenas às esferas técnicas e seus arranjos organizacionais, ignorando, assim, a cultura em que está inserida. Considerar o significado de tecnologia extrapolando o aspecto técnico e relacionando-os com os aspectos cultural e organizacional significa, para a estudiosa:

Nesse contexto de incorporação de valores, aqueles que podemos identificar como da esfera do usuário, a qual historicamente têm pertencido às mulheres, ficaram de fora da produção tecnológica. Já os valores virtuosos, que se pode associar historicamente aos homens, arraigaram-se às esferas técnica e organizacional da produção tecnológica (CABRAL, 2006, p. 84).

Cabral afirma que quando são acrescidas as dimensões social e histórica, o sujeito neutro passa a ser questionado, evidenciando “a relevância do sujeito cognoscente, o caráter situado do conhecimento e seus elos com o poder” (CABRAL, 2006, p. 89-90). A autora propõe a consideração de que o conhecimento está numa relação dialógica entre subjetividade e objetividade, sendo que ciência, tecnologia e sociedade não se esgotam numa ação determinista, estando presentes em ações de transformação social.

“Apesar das dificuldades e desafios que as mulheres enfrentaram e, ainda enfrentam, para produzir ciência em um meio em que foi construído de acordo com parâmetros masculinos

da moderna sociedade ocidental, elas, ainda assim, o fizeram” (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 22). As autoras lembram que, em primeiro lugar, o conhecimento produzido por elas não era reconhecido científico pelo simples fato de ser “feminino”. Como argumentam as teóricas, a medicina, que era praticada por mulheres desde a antiguidade, foi proibida de ser praticada por elas no século XIII, mas, no entanto, as mulheres continuam exercendo-a como curandeiras, benzedoras ou parteiras. Carvalho e Casagrande também elencam o fato de que as mulheres eram “proibidas de frequentar espaços públicos, entrar em bibliotecas, universidades, publicar resultados de suas pesquisas ou discutir em posição de igualdade sobre seus conhecimentos com os cientistas” (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 23). Assim, muitas delas “faziam ciência dentro de suas casas e os resultados eram divulgados com nomes masculinos”. Havia também a crença de que caso “as mulheres se dedicassem ao rigor científico, esse considerado qualidade dos homens, elas podem sofrer consequências em sua saúde” (CARVALHO E CASAGRANDE, 2011, p. 26). Dissertando sobre os iluministas, Soihet (1997, p. 3) diz que para a maioria deles, “era patente a menor possibilidade das mulheres de abstrair e de generalizar, ou seja, de pensar”. Adiante, a autora reafirma que, nesse contexto, era um fato incontestável a inferioridade da razão nas mulheres, sendo preciso que apenas cumpram com seus deveres naturais, assim entendidos: “obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos” (SOIHET, 1997, p. 3).

Além dos desafios que decorrem da sociedade patriarcal e do código androcêntrico da atividade científica, a divisão sexual do trabalho, que estabelece o trabalho da esfera pública aos homens e os da esfera privada às mulheres, “interfere diretamente nas chances das mulheres desenvolverem conhecimentos científicos” (CARVALHO E CASAGRANDE, 2011, p. 27). “As mudanças na estrutura familiar ainda não foram suficientes para que os papéis de homens e mulheres fossem distribuídos de maneira equilibrada a ambos” (CABRAL, 2010, p. 11). Elas fizeram o movimento para o mercado de trabalho enfrentando a dupla jornada, entretanto, não houve um movimento inverso dos homens. Assim, “enquanto os homens têm tempo e dedicação integral à realização de suas pesquisas, as mulheres principalmente as casadas, com filhos, não têm as mesmas possibilidades” (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 27).

“Vencendo desafios, resistindo e não deixando dominar por preconceitos e discriminações, as mulheres transgrediram as regras de uma sociedade patriarcal e androcêntrica e conquistaram espaços, abrindo caminhos para futuras gerações” (CARVALHO E CASAGRANDE, 2011, p. 28). Tabak (2015, p. 89) confirma “não existir dúvida de que no Brasil as mulheres se tornaram mais visíveis no campo da Ciência e Tecnologia”, apesar dos números ainda insatisfatórios. Dessa forma,

não se pode mais dizer hoje que as mulheres não produzem ciência. O que acontece, em algumas situações, é a invisibilidade em que as primeiras cientistas foram mantidas, e a dificuldades que as cientistas atuais encontram para se afirmarem e ascenderam no campo científico que ainda é dominado pelos homens. (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 28)

É, portanto, “uma falácia afirmar a inaptidão das mulheres para a atividade científica, ou mesmo dizer que não se interessam por ela e não têm competência para desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas de ponta”.

É fácil observar que nos últimos anos a presença das mulheres em atividades de pesquisa científica e em inovação tecnológica em áreas até recentemente consideradas como reduto masculino se tornou muito mais visível. É o caso, entre outros, dos cursos de ciências matemáticas e da natureza, e nas múltiplas subáreas da Engenharia (TABAK, 2015, p. 91)

No Brasil, essa presença feminina mais visível é devida, primeiramente, ao empenho das próprias mulheres, que, principalmente a partir de 1980, denunciaram estereótipos de gênero e as manifestações de discriminação baseadas em gênero. Somam-se a isso os estímulos que representam as iniciativas da ONU ao movimento feminista – o Ano Internacional da Mulher (1975), o Plano Decenal de Ação, as Conferências de Nairobi (1985 e de Bejing (1985).

A UNESCO também cumpriu importante papel na medida em que realizou encontros e seminários, além de patrocinar estudos em pesquisas em todo o mundo. Por fim, iniciativas, ações e programas implementados no país atraíram mais meninas para cursos no campo da Ciência e Tecnologia e de mulheres para o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas (TABAK, 2015).

Sobre as dificuldades que as mulheres ainda encontram na área tecnológica, a proporção de mulheres que se encaminham para os cursos de pedagogia ou educação, enfermagem, nutrição, psicologia, direito é consideravelmente maior. Em contrapartida, nas ditas ciências duras ou exatas, principalmente nas subáreas da engenharia, a proporção de mulheres é muito pequena. Sobre as explicações para isso, entre elas, existe a de que a influência de estereótipos sexuais ainda se manifesta nas escolhas profissionais, definindo carreiras como sendo “femininas” ou “masculinas”. A essa ideia está associada a visão de que é muito difícil, ou mesmo impossível, fazer carreira em pesquisa científica e constituir família. Isso se dá pela atribuição de responsabilidade exclusiva dos cuidados com a casa e os filhos à mulher/mãe (TABAK, 2015).

Carvalho e Casagrande (2011) também constatam o enorme quantitativo de mulheres nos cursos acima mencionados e relembram que são áreas representando uma extensão das atividades domésticas, domínio feminino há séculos. Sobre a presença escassa delas nas Engenharias, complementam afirmando que

a área tecnológica é tida como um domínio masculino, especialmente após a revolução industrial e a consolidação do capitalismo, quando a tecnologia passa a ser o motor do aumento da produtividade e das inovações que estão diretamente relacionados à esfera pública, isto é, área considerada masculina (CARVALHO e CASAGRANDE, 2011, p. 30).

Cabral (2006) relata a pesquisa desenvolvida pelo Laboratório Interdisciplinar da Escola Internacional Superior de Estudos Avançados, em que procurava-se analisar a imagem que a sociedade tem da ciência através da perspectiva da criança. Foram desenvolvidos grupos focais em seis escolas distintas geográfica e culturalmente. As cientistas eram desenhadas geralmente por meninas, que “pediam permissão para escolha do gênero” (CABRAL, 2006, p. 65). Se é positiva a possível identificação das meninas com a carreira, evidenciando a quebra das barreiras edificadas culturalmente em torno das mulheres, por outro lado, quando pedem autorização para desenhar uma mulher nessa posição, subentende-se um “não pode ou um não deve” (CABRAL, 2006, p. 65).

Entre as mulheres que se dedicam a uma carreira no campo da Ciência e Tecnologia, há o enfrentamento de “problemas e dificuldades para exercer a profissão, como tem sido constatado nos estudos realizados em numerosos países, e que foram motivo de denúncias em encontros que reúnem mulheres cientistas” (TABAK, 2002, p. 183). Em Novembro de 2004, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência “Mulheres Latino-Americanas nas Ciências exatas e da vida”. “Foi detectada uma série de problemas recorrentes às latino-americanas que se dedicam à ciência e à tecnologia” (TABAK, 2015, p. 96). Entre essas barreiras, foram incluídos

os preconceitos e a falta de apoio e de incentivos por parte da própria família e da sociedade, a falta de perspectiva no mercado de trabalho, a responsabilidade pelos filhos, a tensão na relação conjugal, o teto de cristal, o assédio moral e sexual. Entre as consequências que isso acarreta para as mulheres é fácil perceber a baixa autoestima e o excesso de autocritica, o medo a ocupar cargos de visibilidade (TABAK, 2015, p. 97)

Foi realizada em maio de 2005 uma Conferência Internacional, sob patronato da Sociedade Internacional de Física. Nela, foram indicadas “ações que assegurariam a equidade de gênero” (TABAK, 2015, p. 98). “Uma das preocupações centrais foi a de facilitar o exercício profissional das mulheres que atuam na área, através de medidas capazes de ajudá-las a obter melhor qualificação, titularidade mais alta, poder participar de congressos e conferências no exterior” (TABAK, 2015, p. 98).

No “Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa Pensando Gênero e Ciência”, coordenado em 2006 pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres no Brasil, foram delegadas recomendações para a formulação de políticas públicas com a finalidade de

promover a “desconstrução dos estereótipos na formação educacional, desde os primeiros anos, tendo como diretriz produzir uma produção científica e tecnológica

não sexista”. E ainda: democratizar os mecanismos de decisão e controle social sobre os recursos e o acesso aos cargos de direção nos órgãos de fomento, nos comitês científicos (Capes, CNPq, Finep, Fundações de Amparo à Pesquisa, Fundos Setoriais, entre outros) e nas sociedades científicas, de modo a respeitar pelo menos a proporcionalidade de mulheres e homens em cada área de conhecimento. (TABAK, 2015, p. 98).

3.2 Mulheres na engenharia

Adotando a mesma perspectiva teórica deste trabalho, ou seja, a das relações sociais de sexo, que “identifica uma tensão entre o grupo de homens e o grupo de mulheres que se revela permanente quando se trata do trabalho e da sua divisão social”, Lombardi, analisando o campo de trabalho da Engenharia, esclarece que

considerando o princípio preconizado nessa enfoque conceitual como fio condutor da análise, entendeu-se, assim, que as relações sociais de sexo que perpassam a área profissional da engenharia, repousam, em primeiro lugar, sobre uma relação hierarquizada entre homens e mulheres, tratando-se de uma relação de dominação e de poder do grupo de engenheiros do sexo masculino sobre o grupo de engenheiras (LOMBARDI, 2009, p. 110)

Carrilho e Yannoulas (2011) também adotam o pressuposto da base material expressa por meio da desigual divisão sexual do trabalho para as relações sociais de sexo, na vertente francesa, ou nas relações de gênero, na vertente anglo-saxã. Consideram que desde a infância, as meninas são encaminhadas para áreas que envolvem o cuidado com o próximo e desencorajadas, ainda que de forma velada, em relação ao estudo de ciências exatas, uma vez ser esse campo compreendido como masculino por se associar “homem” e “racionalidade”.

Lombardi (2013), ao levantar hipóteses para explicar a pequena presença das mulheres na Engenharia, elenca alguns argumentos usados, como o de que existem limitações impostas pela profissão; sua origem, que é militar; as condições adversas de algumas especialidades; o comando de equipes masculinas e a ideia da incompatibilidade entre Engenharia e uma dada concepção de feminino, contrária às matemáticas, à racionalidade, à objetividade, não predisposta à competição, características atribuídas à Engenharia e ao masculino.

Uma das razões, sempre invocadas quando se trata de procurar entender o limitado interesse das mulheres pela Engenharia, remete às suas origens militares, ao exercício de funções de comando, às duras condições de trabalho (Wajzman, 1996; Terra da Silva, 1992; Silva Telles, 1984; Marry, 2002). Outra, lembra que o maior poder de abstração (e matemática e a física) é associado ao masculino, enquanto a química evocaria o gosto pela experimentação e pelo concreto, associado ao feminino e às qualidades da paciência, observação e intuição, remetendo a questão à esfera das representações sociais e de gênero das disciplinas e das especialidades da engenharia (Marry, 2002). Outra ainda, identificará como razões da exclusão, conflitos e dificuldades de adaptação das mulheres em culturas profissionais masculinas (Faulkner, 2005) (LOMBARDI, 2006, p. 64).

Desde a década de 1980, pesquisadoras brasileiras se dedicam a estudar a baixa participação feminina em carreiras da ciência e tecnologia de forma geral, e particularmente nas engenharias, “investigando dados, falas de estudantes, docentes e profissionais, o que contribui para a construção de uma massa crítica interpretativa a respeito da defasagem, do perfil e das trajetórias das pioneiras de diversas áreas” (LOMBARDI, 2013, p. 129). Para a teórica, a sub-representação feminina nas Engenharias está associada à discriminação de gênero no ambiente de trabalho. Isso acontece quando, no exercício profissional, se atribuem às mulheres determinadas áreas de trabalho e certas atividades profissionais, em detrimento de outras, por exemplo. A autora aponta que uma das maiores barreiras encontradas pelas engenheiras em suas carreiras é a de ascender a postos de comando nas organizações. Essa limitação é verificada para as trabalhadoras de uma forma geral.

Para ascenderem hierarquicamente, mulheres têm, de maneira recorrente, suas competências profissionais colocadas em prova, o que não se constata no caso masculino, sendo, portanto, um diferencial de gênero (LOMBARDI, 2006, p. 68)

Carrilho e Yannoulas (2011, p. 38) esclarecem que no interior dos campos de conhecimento científico há, também, subdivisões, sendo as engenharias “duras” que praticamente manifestam um monopólio masculino, fato esse entendido por elas que “quanto maior a detenção de tecnologia, menor é a presença feminina”. Apesar das tecnologias permitirem romper com padrões estabelecidos de segregação de sexo das ocupações e profissões, “a divisão sexual do trabalho tem permanecido estável, ainda que a natureza do trabalho e a qualificação para desempenhá-lo se transformaram radicalmente”. “Por não ser força independente, a maneira que a tecnologia repercute na natureza do trabalho é determinada pelas relações (pré) existentes” (CARRILHO e YANNOULAS, 2011, p. 46).

Na esfera dos empregos, a participação das engenheiras está praticamente estacionada em torno de 14%, mas ao longo da década de 90 e nos primeiros anos do século XXI, vem crescendo lenta e continuamente o número de mulheres que entram em cursos de engenharia no Brasil, logo esse campo faz parte do rol de possibilidades profissionais delas. (LOMBARDI, 2006).

3.3 Violência simbólica em direção às mulheres na engenharia e segregação horizontal no campo profissional

As mulheres têm adentrado nos cursos de Engenharia, o que contribui para amenizar as reações de homens à presença feminina, entretanto, “os mecanismos de controle social, que visam garantir a masculinidade das Engenharias, permanecem, como é o caso de brincadeiras

e piadinhas” (LOMBARDI, 2006, p. 121). Analisando a piadinha clássica sobre as mulheres na Engenharia (“quando a menina nasce, Deus pergunta: você quer ser bonita ou engenheira?”), que é adaptada para as alunas de cada escola, Lombardi (2006) faz a seguinte consideração:

Essa piada atinge diretamente a feminilidade da mulher ao estabelecer um antagonismo entre a capacidade de atrair os homens associada à beleza e o exercício da profissão de engenheira. Em outros termos, reafirma a pretensa oposição entre os pólos corpo e mente, sensualidade e razão, sentimentos e intelecto, feminino e masculino. Trata-se de piada ou mexerico depreciativo utilizado pelo grupo masculino, o mais tradicionalmente estabelecido na Engenharia para procurar atemorizar ou afastar o grupo minoritário das mulheres das escolas e do campo de trabalho profissional (LOMBARDI, 2006, p. 127)

Lombardi (2006, p. 129) aponta uma “nova divisão sexual do trabalho internamente às especialidades da Engenharia”, entendida, pela teórica, como o “restabelecimento da ordem de gênero no interior desse campo profissional a cada nicho novo de trabalho que se abre”.

A criação de novas especialidades no ensino da engenharia pelo desdobramento das antigas áreas levou à diversificação das escolhas de homens e mulheres, mas incidiu especialmente sobre as opções femininas que, até meados dos anos 90 encontravam-se mais concentradas nas engenharias Civil e Química. [...] Esse padrão concentrado na escolha de especialidades é também revelador da segregação feminina no campo de estudos e de trabalho da engenharia e, nesse sentido, a recente ampliação de oferta de especialidades parece ter favorecido a inclusão de mulheres na profissão, oferecendo-lhes possibilidades de inserção em novos campos de atuação profissional, justamente num período em que elas ingressaram em número crescente nas escolas de engenharias, como já se comentou (LOMBARDI, 2006, p. 181)

A autora afirma ainda que as mulheres engenheiras encontram mais limitações no exercício de áreas mais voltadas à produção industrial tradicional, como a Mecânica e a Metalurgia, e menor resistência em áreas menos tradicionais, como a Engenharia de Alimentos e a Sanitária. Além dessa barreira, muitas profissionais são alocadas em funções que exigem habilidades relacionais, afastando-se dos trabalhos de cunho técnico mais denso e que, na área, possuem maior prestígio (LOMBARDI, 2011).

Lombardi e Gonzales (2016) discorrem sobre os indícios de segregação horizontal, ou seja, a inserção feminina preferencial em determinadas especialidades; o exercício profissional mais concentrado em atividades de projeto, nos laboratórios, no ensino; e a segregação vertical, que é a conhecida dificuldade de ascender em postos de direção e/ou chefia de equipes masculinas, em indústrias e canteiros de obra.

Sobre a divisão do trabalho no interior de uma profissão, no campo da Engenharia civil, por exemplo, ao mesmo tempo que tem crescido o número das engenheiras nos canteiros de obra, “a reprodução da divisão sexual do trabalho atribui às mulheres preferencialmente atividades de gerenciamento desse espaço, como seleção de pessoal, compra de materiais” (LOMBARDI, 2006, p. 127).

Engenheiras sujeitos de pesquisa de Lombardi (2006) comentam de forma recorrente a capacidade relacional delas ou a sensibilidade e habilidade para lidar com pessoas, inclusive subordinados, além da criatividade como aspectos relevantes para a promoção delas aos postos de gerência e diretoria. “Habilidades femininas desejáveis para gerir conflitos humanos nas equipes, indicadas atualmente por alguns consultores empresariais como uma das vantagens da gerência feminina, face à masculina” (LOMBARDI, 2006, p. 75). Beatriz, engenheira química e também sujeito de pesquisa da autora, comenta sobre essas habilidades relacionais, entretanto, afirma que essas características, antes reconhecidamente uma vantagem, foi transformada em obstáculo para sua progressão hierárquica contínua, entendida, como em suas palavras, “por uma culpabilização por conciliar em excesso” (LOMBARDI, 2006, p. 76)

“A luta das mulheres nas engenharias deve incluir a discussão do papel e da posição das mulheres na sociedade brasileira” (LOMBARDI e GONZALES, 2016, p. 178). Como exemplo dessas formas de resistência, Lombardi e Gonzales citam a Diretoria de Mulher da FISENG - entidade filiada à Central única dos trabalhadores e à Union Network Internacional, composta por onze Sindicatos de Engenheiros - e a crescente visibilidade de questões sobre discriminações e desigualdades no trabalho na pauta sindical, e o Poligen, grupo formado em 2012 na Escola Politécnica (Poli-USP) (Lombardi e Gonzales, 2016, p. 174-175). No Poligen,

uma das linhas mestras de ação é o combate institucional ao machismo na faculdade, com particular atenção às práticas violentas na recepção aos calouros e aos casos de assédio sexual no *campus*. Outra linha de ação é a construção de um programa de *mentoring*, para dar apoio pessoal e técnico às calouras. O Poligen promove ou é convidado a participar de palestras, encontros e homenagens em datas comemorativas, prioritariamente sobre temáticas vinculadas à engenharia, ao machismo na universidade, à presença feminina nas ciências e na tecnologia e às mulheres de forma geral. (LOMBARDI e GONZALES, 2016, p. 175)

Quantitativamente, não há uma variação que denote uma modificação consistente em direção a uma maior inclusão das engenharias, permanecendo válida a afirmação de que há uma dificuldade de inserção e de ascensão hierárquica das mulheres nesse campo. Também permanece a divisão sexual do trabalho entre as especialidades das engenharias e dentro de cada uma delas. Apesar disso, “por outro lado, as iniciativas de mobilização de engenheiras e estudantes de engenharia trazem à luz um cenário de movimento, dinâmico e inovador” (LOMBARDI e GONZALES, 2016, p. 179).

4. A PESQUISA DE CAMPO

A seguir, explana-se sobre as etapas da pesquisa junto aos sujeitos. Num primeiro momento, foi realizado um levantamento documental no CEFET-MG objetivando definir o grupo a ser pesquisado, que, no caso, foi a Engenharia Mecânica. Uma vez definindo esse recorte, estudou-se o Plano de Curso da graduação. Depois, abordando estudantes de forma não probabilística, foram feitas as entrevistas semiestruturadas, sendo analisadas no próximo capítulo.

4.1 Levantamento documental: dados do registro acadêmico do CEFET-MG

Foram escolhidas como unidades de análise da pesquisa empírica da presente dissertação as unidades de Belo Horizonte do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Junto ao Registro Acadêmico da Instituição, em Maio de 2018, solicitou-se uma planilha do status de matrícula dos cursos de Engenharia oferecidos em Belo Horizonte no período de 2013 a 2017, sendo essa separação por gênero. Ressalta-se a dificuldade de acesso aos dados da Instituição, ainda que com autorização do Diretor de Pesquisa do CEFET-MG, uma vez que a cada pessoa envolvida, era necessário explicar a presente pesquisa, além de fornecer a documentação que autoriza a mestranda em coletar esses dados. Após considerável resistência, uma funcionária da Secretaria ficou de enviar, por e-mail, resposta à solicitação, e, surpreendentemente, um documento foi recebido pela pesquisadora.

Por meio dele, constatou-se que o sistema acadêmico da instituição discrimina os estudantes, para dizer da situação da matrícula atual, usando os termos “matriculado”, “evasão”, “cancelado”, “trancado”, “intercâmbio”, “transferido”, “aguardando Enade”, “formado”. Apesar dos 10 cursos que, de acordo com o site do CEFET-MG, são oferecidos pela Instituição, na planilha em questão, não são citados os cursos de Engenharia de Automação Industrial, Engenharia Mecatrônica e Engenharia de Minas. Assim, considerando o sexo informado e os cursos mencionados, os números foram tabulados pela então mestranda considerando todos os critérios apontados. Neste momento, foi solicitado esclarecimento a respeito da diferença entre “evasão” e “cancelado”. De acordo com a referida secretária, matrícula cancelada é quando o aluno solicita cancelamento. Por outra vez, evasão é quando o cancelamento é realizado de forma compulsória, seja pelo aluno ter ultrapassado o tempo para integralização do curso, ou por ter sido reprovado em todas as disciplinas por falta, ou ainda por não ter se matriculado por dois semestres consecutivos.

Considerou-se, para melhor visualização, a entrada total de mulheres e de homens em cada um dos cursos de Engenharia do campus de Belo Horizonte, e, para fins didáticos, os dados estão apresentados em números relativos, na Tabela 03. Dessa forma, têm-se:

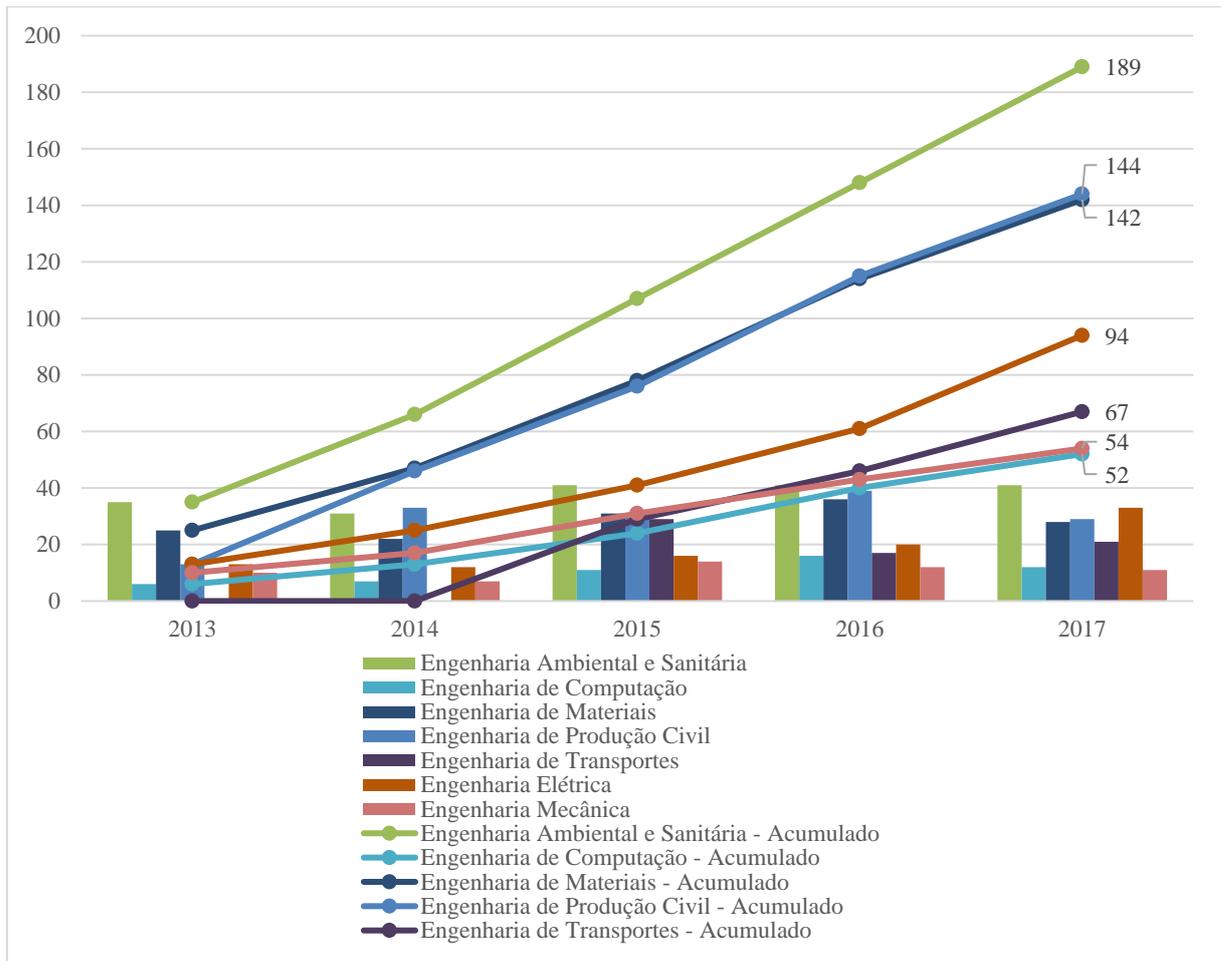
Tabela 3 - Entrada de mulheres nos cursos de Engenharia do CEFET-MG (Campus BH)

ENTRADA DE MULHERES CURSOS DE ENGENHARIA BH (%)	2013	2014	2015	2016	2017
Engenharia Ambiental e Sanitária	71,43%	59,62%	60,29%	56,94%	43,62%
Engenharia de Computação	15,38%	12,73%	15,71%	20,78%	12,50%
Engenharia de Materiais	51,02%	48,89%	50,82%	51,43%	35,44%
Engenharia de Produção Civil	25,49%	44,00%	42,25%	54,17%	31,87%
Engenharia de Transportes	0,00%	0,00%	48,33%	25,37%	25,00%
Engenharia Elétrica	26,00%	17,14%	24,24%	25,64%	33,67%
Engenharia Mecânica	17,24%	11,48%	18,18%	15,38%	11,70%

Fonte: Tabela elaborada pela própria pesquisadora, a partir dos dados do Registro Acadêmico da Instituição

É válido ressaltar que o curso de Engenharia de Transportes começou a ser oferecido em 2015, por isso não há matrícula registrada nos anos anteriores. Agrupando os números que se referem à entrada de mulheres nos cursos de Engenharia do CEFET-MG, no período de 2013 a 2017, observou-se, então, que o curso de Engenharia da Computação e de Engenharia Mecânica são os que registram os menores números em relação à entrada de mulheres, conforme Gráfico 1.

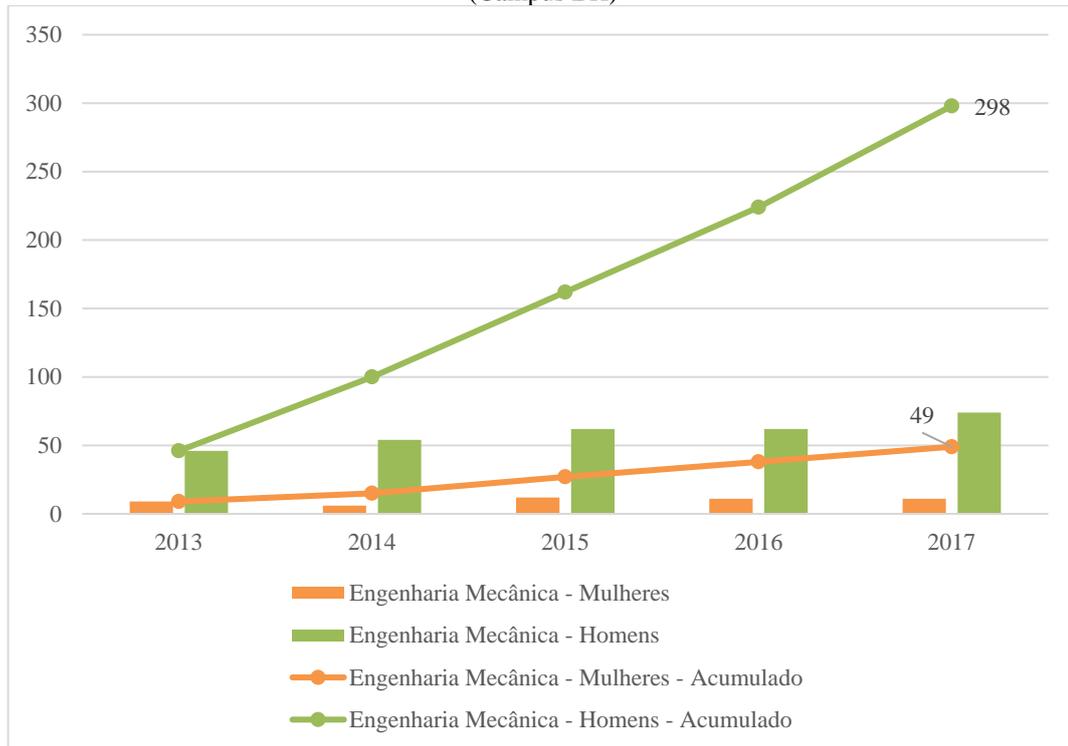
Gráfico 1 - Entrada de mulheres por curso no período de 2013 a 2017 do CEFET-MG (Campus BH)



Fonte: gráfico elaborado pela própria pesquisadora, a partir dos dados do Registro Acadêmico da Instituição

Como a diferença entre a entrada de mulheres no curso de Engenharia de Computação e Engenharia Mecânica é praticamente nula, optou-se por realizar a pesquisa empírica com as alunas da Mecânica, área dura dentro do campo das Engenharias. Assim, comparando a entrada total de estudantes no curso, de 2013 a 2017, por gênero, têm-se o Gráfico 02, conforme a seguir apresentado:

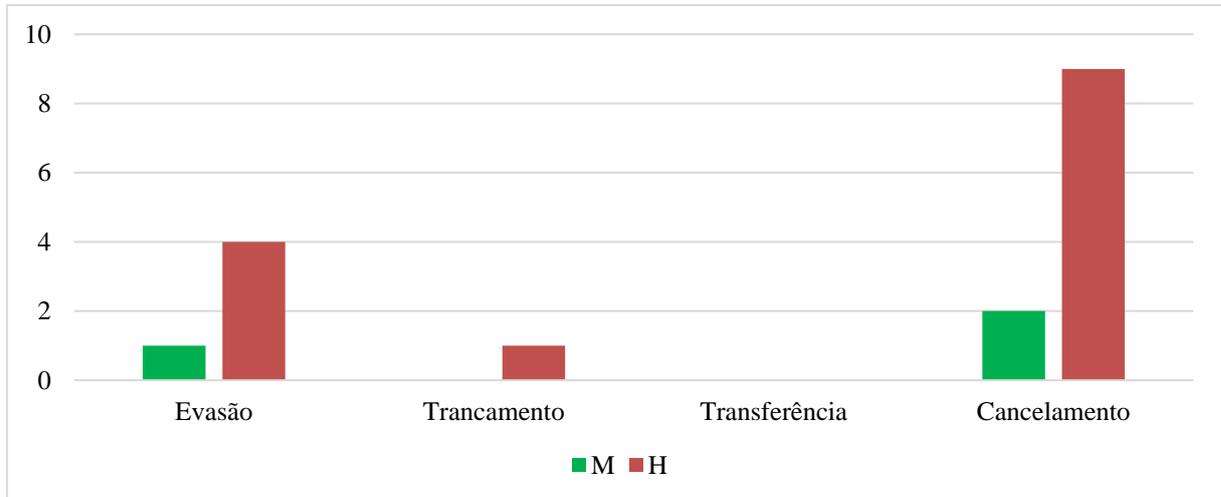
Gráfico 2 - Entrada de estudantes no período de 2013 a 2017 no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG (Campus BH)



Fonte: gráfico elaborado pela própria pesquisadora, a partir dos dados do Registro Acadêmico da Instituição

Quanto à evasão, trancamento, transferência e cancelamento, entendeu-se que os dados não refletem possíveis dificuldades de permanência feminina nos cursos tidos como redutos dos homens, já que são números baixos e bem distribuídos quanto ao gênero. Uma vez que a Engenharia Mecânica teve destaque quanto ao baixo número de entrada de mulheres, elaborou-se, então, o Gráfico 03, que permite a visualização de como se deu, ao longo dos últimos 5 anos, a evasão, o trancamento, transferência e cancelamento delas no curso mencionado. Comparou-se com os números de homens então matriculados também na Engenharia Mecânica objetivando embasar a afirmação de que a variável gênero não foi relevante neste contexto. É importante destacar que como a entrada delas no curso mencionado é extremamente baixa, se o número absoluto que indica evasão, trancamento, transferência e cancelamento fosse um pouco mais considerável, era preciso trazer a informação em números relativos.

Gráfico 3 - Status de matrícula por gênero da Engenharia Mecânica do CEFET-MG (Campus BH), no período de 2013 a 2017



Fonte: gráfico elaborado pela própria pesquisadora, a partir dos dados do Registro Acadêmico da Instituição

Posterior a esse momento, antes de desenvolver as entrevistas semiestruturadas, foi estudado o documento “Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica”, que foi escrito consolidando a reestruturação curricular dessa graduação.

4.2 A Engenharia Mecânica do CEFET-MG

O Projeto foi concebido, incluindo-se a estrutura curricular, visando o Curso de Graduação em Engenharia Mecânica em turno integral, com aulas preferencialmente no período diurno, no campus II do CEFET-MG. O ingresso ao curso é definido de forma semestral, sendo 40 vagas a cada entrada, e tem duração de 10 períodos, com aulas de segunda a sábado.

Neste documento, o CEFET-MG é contextualizado e é feita uma recuperação histórica da instituição e da pós-graduação a nível de mestrado e doutorado. Além disso, consta o contexto institucional do curso de Engenharia Mecânica no CEFET-MG, seu campo profissional e os princípios organizadores do projeto político-pedagógico.

Sobre esses princípios, eles estão alinhados em quatro dimensões básicas: a concepção de conhecimento e sua forma de aplicação e validação (dimensão epistemológica); a visão sobre o ser humano com o qual relacionamos e que pretendemos formar (dimensão antropológica); os valores que são construídos e reconstruídos no processo educacional (dimensão axiológica) e, por fim, os fins os quais o processo educacional se propõe (dimensão teleológica). Destacam-se, nessa parte do texto, as seguintes ideias: a concepção de que o conhecimento está em permanente reconstrução; os alunos são sujeitos ativos no processo educacional; o objeto de

aprendizagem não pode ser ditado absolutamente pelo mercado; deve-se ter um projeto educacional que tenha como referência os grandes desafios do mundo contemporâneo e, em particular, da nação; o Projeto Político Pedagógico deve desvelar o individualismo, a competitividade, a sobrevivência do mais forte e a busca pelo prazer e poder que acabam construindo um valor cultural do qual a própria escola torna-se cúmplice e reprodutora; a ciência e a tecnologia devem traduzir os modos pelos quais o ser humano passa a interagir com o mundo tendo como referência a discussão atualizada e balizada na reflexão dos valores e da ética; o currículo deve visar a formação de um profissional que esteja comprometido com a ética e o desenvolvimento humano.

A seguir, no Plano de Curso estudado discorre-se sobre um perfil de aluno ingressante e sobre o processo de seleção, que, com base no Questionário de Sondagem do Perfil do Aluno, aplicado no momento da matrícula do segundo semestre de 2004, definiu-se características principais do aluno ingressante: são todos brasileiros e solteiros, 95% são nascidos em Minas Gerais, 93% em zonas urbanas. Apenas 12% são mulheres e a imensa maioria é bem jovem: 26% com até 18 anos, 57% entre 19 e 21 anos, 17% acima de 22 anos. Essa é a única menção feita ao baixo número de mulheres, no entanto, não é uma questão problematizada.

Sobre a descrição da estrutura curricular e seus componentes, de acordo com a referida documentação, o curso tem como objetivo:

formar profissionais com sólida base conceitual e prática nos conteúdos práticos, profissionalizantes e específicos do curso e preparados para atuarem no processo produtivo e no desenvolvimento técnico e científico do país, considerando-se os aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos, ambientais, energéticos, humanos e éticos, abrangendo os seguintes campos da Engenharia Mecânica: Engenharia do Produto; Gestão; Máquina de Fluxo; Materiais da Construção Mecânica; Mecânica Aplicada; Processos de Fabricação; Sistemas Mecânicos; Sistemas Térmicos; Tecnologia Mecânica; Energia e Sustentabilidade (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica – reestruturação curricular, 2016 p. 34)

Assim, com base na definição do objetivo do curso, definiu-se o perfil do aluno egresso dessa graduação, pontuando os conhecimentos que esses são capazes de mobilizar, tanto de ordem do campo científico e tecnológico relacionados à área da engenharia mecânica quanto no campo do desenvolvimento humano e social. Depois de tratar do sistema de avaliação e da definição e estruturação do currículo, explica-se a definição da carga horária das disciplinas e do tempo escolar. A partir de 10 eixos, definem-se, para cada um deles, objetivos, conteúdos obrigatórios, horas-aula, horas, desdobramento em disciplinas, conteúdos optativos e o desdobramento em disciplinas desses últimos. São também apresentadas as ementas das disciplinas separadas pelos Eixos de Conteúdos e Atividades, seguida das informações de carga horária, natureza, os objetivos, pré-requisitos e co-requisitos. Posteriormente, é apresentada

uma relação de disciplinas obrigatórias por período, pré-requisito e co-requisito e a relação das disciplinas optativas.

Quanto à metodologia, já ao final do documento, destacam-se alguns aspectos: a comunicação e expressão em língua portuguesa e inglesa deverão ser estimuladas; o trabalho em grupo e entre disciplinas será utilizado; a grade curricular foi planejada para ter carga horária maior no início do curso e decrescer para que o aluno tenha condições de participar de atividades extracurriculares como equipes de competição, estágio supervisionado não obrigatório, iniciação científica, atividades complementares, de extensão, etc; a inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso na grade do aluno. Por fim, o Projeto em questão prevê um monitoramento do cumprimento do estabelecido, bem como recursos físicos e humanos para o efetivo funcionamento do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica. Discorre-se também sobre o plano de implementação curricular a ser desenvolvido antes da implantação da primeira turma do novo currículo.

4.3 As alunas do CEFET-MG sujeitos da pesquisa empírica

Cinco alunas do curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG Campus Belo Horizonte foram selecionadas por acessibilidade, numa análise não probabilística. Entre julho e agosto de 2018 foram realizadas entrevistas semiestruturadas nas dependências do CEFET-MG (campus dois), em dias e horários previamente acordados entre estudantes e pesquisadora. As entrevistas aconteceram em dias distintos, sendo que conversas foram gravadas e, com o consentimento livre e esclarecido das alunas, além da assinatura do trecho de liberação de voz, transcritas na íntegra. Os nomes reais foram substituídos por códigos alfanuméricos, sendo o perfil de cada uma delas a seguir detalhados.

4.3.1 A Fórmula CEFAST

Curiosamente, todas as entrevistadas participam da Fórmula Cefast, projeto de extensão inicialmente fundada no CEFET-MG por estudantes de Engenharia Mecânica, no ano de 2005, com o nome Team Atena. A equipe conta com estudantes das Engenharias do CEFET-MG, sendo também aberta inscrição no projeto para demais cursos, como administração e letras. Considerou-se válido escrever sobre esse dado por ser um projeto de difícil acesso e, portanto, motivo de orgulho para as estudantes.

O grande objetivo do projeto é a competição fórmula SAE BRASIL, que tem como alvo “proporcionar aos estudantes das engenharias a oportunidade de aplicar na prática os

conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvendo um projeto completo e construindo um carro tipo Fórmula”. Apesar da inscrição no projeto ser aberta aos alunos e alunas de outros cursos, a competição visa apenas graduandos de Engenharia. A Fórmula SAE BRASIL surgiu em 2004, sendo que as equipes classificadas ganham o direito de representar o Brasil em duas competições internacionais realizadas nos EUA (Portal SAE BRASIL)

O primeiro protótipo de corrida criado pelo grupo Cefast aconteceu em 2006, alcançando o 8º lugar na competição brasileira desse segmento, no Rio de Janeiro. Em 2009, o grupo adquiriu o nome que tem até hoje, sendo, até 2010, a única equipe mineira a representar uma instituição de ensino nas competições do gênero. Após esse ano, a UFMG também desenvolveu um trabalho nesse sentido.

No ano de 2017, a Fórmula Cefast conseguiu um lugar na competição internacional em Lincoln de 2018, sendo o ES-09 o melhor carro de aceleração do Brasil. Nela, durante três dias de evento, “os carros passam por provas estáticas e dinâmicas, avaliando a performance de cada projeto na pista, assim como as apresentações técnicas das equipes, que inclui projeto, custo e uma apresentação de marketing”. Antes da competição acontecer, os estudantes enviam para o comitê organizador relatórios de custos, estrutura, atenuador de impacto e projeto. Eles são avaliados por engenheiros especialistas, sendo essa a primeira parte da avaliação dos protótipos. Já durante a competição, na prova estática, as equipes devem demonstrar se o carro projetado está equivalente ao apresentado no evento. Por fim, há a prova dinâmica, que acontece no segundo dia de evento. Sobre os benefícios de se participar desse tipo de competição, de acordo com o Portal SAE Brasil, além do trabalho em equipe, é uma oportunidade dos estudantes de Engenharia ganharem “visibilidade por parte das grandes empresas” e “reconhecimento” por parte das grandes montadoras que apoiam a competição (Portal SAE BRASIL). B1 foi uma das representantes da Fórmula na competição internacional em Lincoln.

4.3.2 Perfil das entrevistadas

A1 possui 21 anos, está quinto período irregular (de acordo com o ano de ingresso, estaria no sexto). Tem um irmão biológico e “três emprestados”, sendo todos Engenheiros de Aeronave pelo ITA. A mãe de A1 é técnica em Mecânica, e o pai biológico e de criação Engenheiros Mecânicos. Participa da Fórmula junto do namorado, que também é aluno da Engenharia Mecânica do CEFET-MG. Escolheu o curso “por eliminação e um pouco de afinidade”. Queria Engenharia “pelo estilo da profissão”, além da influência familiar. Relata que é de Ipatinga e veio para Belo Horizonte após ser reprovada no processo seletivo da UFMG,

que era o seu grande objetivo. Usou a nota do ENEM no meio do ano seguinte e foi aprovada no CEFET-MG. Teve uma reprovação no curso.

B1, por sua vez, tem 23 anos, está no 7º período irregular (de acordo com o ano de ingresso, estaria no oitavo). Participa da Fórmula desde que entrou no curso, representando, no final de 2017, o grupo junto a alguns colegas na competição internacional realizada nos EUA. Tem um irmão menor de idade e ninguém da família é Engenheiro. O pai trabalha com serviço imobiliário e a mãe não trabalha fora de casa. Diz que a Engenharia era a sua primeira opção de curso, no entanto, inicialmente vislumbrava cursar a de Petróleo. Em função da dificuldade de mudar para cursar a graduação de Engenharia de Petróleo, optou pela Mecânica. Diz que sua escolha não sofreu influência, foi seguindo a ideia de que era boa em exatas, e, na física, gostava da parte de Mecânica. Teve duas reprovações no curso.

C1 faz matérias do 6º, 7º e 8º períodos e tem 21 anos. Seus pais trabalham com Comércio Exterior e é filha única. Também participa da Fórmula. Relata segurança desde o princípio na escolha pela Engenharia, no entanto, optou pela Mecânica, ainda que de forma insegura, por considera-la uma área ampla. Teve três reprovações no curso.

D1 está regularmente matriculada no 8º período e está com 21 anos. Seus pais não trabalham na área, e possui duas irmãs: uma que é advogada e outra graduada em Engenharia Civil e Arquitetura. Também participa da Fórmula. Escolheu a Engenharia pela afinidade com as ciências exatas e decidiu pela Mecânica por também considerar que a área é muito ampla, “adiando, assim, a escolha final”. Não reprovou em nenhuma matéria do curso.

E1 tem 20 anos e é aluna regularmente matriculada no 6º período. Ninguém da família é Engenheiro (a) e tem um irmão de 9 anos. E1 relata que tinha igual interesse em Mecânica e de Produção, então, conversando com amigos engenheiros de ambas as áreas, constatou que deveria fazer Engenharia Mecânica, ainda que fosse, futuramente, trabalhar com produção. Segundo E1, seus amigos esclareceram que “na engenharia mecânica, a gama de oportunidades é maior”. Diz que pretende concluir o curso e se for fazer algo ligado à produção, seria uma pós, no entanto demonstra não estar convicta dessa preferência. Teve uma reprovação no curso, mas no período seguinte já voltou a ficar regular.

5. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NO CEFET-MG: PERCEPÇÕES DAS ALUNAS

Este trabalho tem como norte teórico a divisão sexual do trabalho e a violência simbólica de gênero. De forma a criar um diálogo da teoria com a prática, excertos de fala de alunas do Curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG foram utilizados para se proceder à análise de suas perspectivas em relação ao tema vivenciado em sua prática escolar. Além disso, no último tópico, exploraram-se as falas das estudantes acerca do curso de Engenharia Mecânica ofertado no CEFET-MG, campus Belo Horizonte.

5.1 Os princípios da Divisão Sexual do Trabalho

Sendo a divisão sexual do trabalho a forma de divisão do trabalho social, que decorre das relações sociais entre os sexos, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) consideram que ela tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). Ainda para as referidas autoras, essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores, sendo ambos válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. A ideologia naturalista rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais.

Apesar dos princípios serem válidos para todas as sociedades conhecidas, a divisão sexual do trabalho não é um dado imutável, ela tem, ao contrário, incrível plasticidade, tendo suas modalidades concretas variando grandemente no tempo e no espaço (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599)

5.1.1 1º Princípio: da separação

Pelo princípio da separação, preconizado pelas autoras citadas, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. Quando questionadas se existem trabalhos próprios de cada gênero, as entrevistadas demonstraram que de acordo com o entendimento e vontade delas, essa divisão não deveria existir, no entanto, de forma quase que unânime disseram que no mundo, existem trabalhos executados por homens e trabalhos executados por mulheres. A1 é a única entrevistada que demonstrou que essa divisão não acontece na realidade, já que, segundo ela, “depende do que você acha”. Exemplificando, a entrevistada referida disse que entende ser “um conceito de cada um”, então “se você acha que mulher pode pegar no pesado, ela pode pegar

qualquer coisa”. “Se você acha que ela não pode, realmente é uma área que ela vai ter que ter mais cuidado pra atuar”. Entrando nessa separação de trabalho já na Mecânica, A1 continua sua fala dizendo que “não é todo mundo que daria conta” das atividades próprias de sua área, e cita D1, afirmando que “o perfil dela, o jeito dela, é um jeito mais projeto, uma outra área, entendeu?”. Quando questionada sobre o porquê dela, A1, dar conta desse tipo de trabalho, ela afirma que gosta de ser desafiada: “eu gosto da pessoa virar pra mim e falar: você não dá conta. Eu gosto de pegar e mostrar que dou conta”. Apesar de quando perguntada diretamente responder que essa divisão de trabalho não existe, A1 quando discorre sobre seu projeto de trainee para ser membro da Fórmula Cefast, explica: “meu projeto de trainee era o único individual, e eu era a única menina e eu fiz trabalho de homens também, eu peguei, eu lixei”. Inquerida sobre o que ela estaria considerando “trabalho de homem”, ela continua sua afirmativa: “sim, furar um tubo com um aparelho de 165 é, tipo assim, brutal. Eram 4 furos, eu custei muito a furar o primeiro, aí um menino foi lá e me orientou e aí eu fui e furei o segundo, aí depois de um tempo descansei, furei o terceiro e acabei”. Dessa forma, é válida a conclusão de que, ao contrário do que disse quando perguntada claramente, a estudante tem o entendimento de que há um trabalho distinto próprio para homens e mulheres e associa o trabalho masculino à força física.

Já B1, uma estudante que demonstra certa criticidade em relação ao curso e ao mundo ao redor, observa que apesar da vontade dela ser determinante na escolha profissional, reconhece que essa divisão de trabalho por gênero é real. Observa, inclusive, a inexpressividade das mulheres nos projetos de extensão dos cursos de Engenharia. “A engenharia continua sendo um espaço profissional eminentemente masculino” (LOMBARDI, 2007, p. 85).

Na Engenharia Mecânica, quando eu entrei, tinha três mulheres, eu e mais duas. E no mundo da Mecânica eu faço parte de um projeto de extensão, que é o Fórmula, e com o Fórmula muitas vezes eu fui em outros tipos de categorias, por exemplo o Stock car, de automobilismo, que um membro antigo do Fórmula trabalha hoje lá e chamou a gente pra ir trabalhar. Aí fui nesse Stock car, olhei assim nos boxes ao redor assim e não tinha nenhuma mulher trabalhando, não tinha nenhuma (ênfase) mulher, em nenhum dos box, de nenhuma das equipes. Aí eu fiquei “nó, como assim, né?” (Fala da entrevistada B1)

B1, adiante, pontua o crescimento feminino nas áreas da Engenharia, especificamente exemplifica a Engenharia Ambiental. De acordo com Lombardi (2004, p. 89), “as engenheiras brasileiras têm sido bem-sucedidas na ocupação dos espaços profissionais novos, consolidando sua presença nas especialidades alimentos, florestal, mecatrônica, ambiental, de pesca, agrícola e sanitária”. Para a autora, “a recente ampliação da oferta de especialidades parece ter favorecido a inclusão das mulheres na profissão” (LOMBARDI, 2004, p. 88).

C1 chama atenção para o “preconceito na sociedade”, enquanto que D1 discorre que o que existe são trabalhos cuja maioria que realiza são homens. Argumentando, ela entende que isso acontece quando exige “muita força, algum trabalho mais masculino, mas nem tá tendo tanto assim mais, né”. D1, apesar de relacionar força ao trabalho masculino, relativiza essa questão baseada na sua experiência, que, apesar de não perceber, reflete pouco da realidade “porque várias, tipo, no curso técnico de mecânica, agora eu fui lá no campus 1 e eu vi que tem muitas mais meninas agora do que quando eu entrei na faculdade”. Apesar de ser verdade a ampliação do acesso das mulheres às áreas técnicas, elas permanecem reduto masculino. Mesmo citando o preconceito da sociedade, C1 tem uma visão ingênua acerca disso: “acho que se você consegue, é capaz, não sei se você vai ser tão recriminada assim por isso” (por ser mulher). De igual forma, A1, ao dizer se a área é injusta para as mulheres, também manifesta extremo otimismo, dizendo que essa dificuldade de acesso está mudando. Segunda ela, “ainda existem alguns tabus, mas são tabus para as mentes pequenas, porque as grandes empresas já estão aceitando a gente”. E1 tem a mesma confiança que se esbarra na ingenuidade acerca da realidade de sua área, dizendo que “acho que as primeiras mulheres que devem ter feito engenharia com certeza sofreram com isso, mas atualmente eu acho que não.” Para explicar essa tranquilidade de acesso por parte das mulheres, ela cita “tanto que a gente tem professoras mulheres hoje. Uma coisa que provavelmente a dez anos atrás, sei lá, não existia.”

Em relação a essa mesma questão, E1 relata a dificuldade de aceitação da mãe quando a filha optou por cursar uma graduação tradicionalmente masculina, como é a Engenharia Mecânica.

É...foi até assim uma coisa que eu fiquei muito chateada quando eu resolvi fazer engenharia mecânica, minha mãe falou assim comigo: não faz porque é curso de homem. Hoje ela já mudou a opinião dela porque ela viu o tanto que eu tô me dando bem, mas no começo ela mesmo teve um preconceito assim... não faça, você não vai conseguir emprego. Eu falei: mãe, não é assim. Ela: não faz, não faz. Aí ela mesmo foi procurar reportagem de mulher engenheira e tal e aí ela aceitou. Aceitou assim, ela não ia me impedir de fazer, né, só que o melhor pra ela pra mim, que na época ela achava que era era não fazer esse curso (Fala da entrevistada E1)

Também trazendo a questão familiar para discorrer sobre a limitação ou não das mulheres a alguns campos de trabalho na Engenharia, A1 relata que sua mãe apoiava a ideia que cogitava de cursar Engenharia Civil por, segundo ela, possuir mais mulheres. Quando aprovada no vestibular para Engenharia Mecânica, já morando em BH (os pais são de Ipatinga), sua mãe demonstrou espanto:

“ah, tem certeza que é isso que você quer? seu pai trabalha nisso e não tem muita mulher, é difícil de atuação”, aí nisso mesmo, na hora, meu pai interrompeu na mesa e falou “ah não, mas não tem não é porquemeu pai é um engenheiro renomado,

então ele que constrói a equipe dele-, aí ele falou “minha equipe não tem não é porque eu não quero por, é porque não tem profissional mesmo, porque se tiver alguém que é tão boa quanto o que eu espero, vai tá, entendeu”, aí meu pai falou isso. (Fala da entrevistada A1)

Lombardi (2004, p. 95) constata que muitos estereótipos de gênero contribuíram para manter as mulheres fora de determinadas especialidades da Engenharia. Destarte, foi recorrente no discurso das entrevistadas menções a serviços realizados por homem porque dependem de força física. Essa ideia foi, então, bem explorada, questionando também se as estudantes percebem uma divisão de trabalho por gênero dentro da Engenharia ou dentro da Engenharia Mecânica. A1, contrapondo a sua própria fala em relação à validade do princípio da separação, diz que uma mulher teria dificuldade de ser contratada em função da questão da força física para trabalhar em um serviço como a da empresa de seu pai.

em questão de contratação, provavelmente nessa área da engenharia mecânica em que meu pai mexe, seria um pouco assim, de dificuldade de mulher exatamente por questão de esforço físico. É uma coisa que exige muito para o engenheiro porque construção, igual meu pai, de maquinaria igual obra lá na Bahia, no paraná, é uma área que você constrói a sua indústria, você leva as peças pra lá e pra cá, guindaste passa daqui, vai pra lá, ajuda a descarregar um monte de material. Precisa carregar peso e se der problema, por mais que tenha um monte de peão, se você é o chefe da sua obra, você que tem que ir lá e fazer. Se você não vai, você é um mal engenheiro (Fala da entrevistada A1)

No entanto, quando questionada adiante se uma engenheira precisa, de fato, de força física, percebe um equívoco no seu pensamento e conclui que “quando se limita o cargo da mulher por questão de esforço, não é como engenheira, mas como a peão, vamos dizer assim... falei errado.”

Também trazendo a questão da força física para a conversa, B1 relativiza essa associação entre força física e sujeito masculino e sugere que o desenvolvimento tecnológico é fator minimizador dessa necessidade. D1, assim como A1, também traz a visão de que para funções mais técnicas, a força física é mais requisitada, no entanto, assim como B1, cita soluções simples para que essa questão não seja fator de restrição de acesso às mulheres. A1 não vê como dificuldade a questão da força física para o grupo feminino e propõe que “se tem peso põe num carrinho que a gente leva”. Para Lombardi (2004, p. 181), “a tecnologia parece estar vindo em auxílio desses profissionais e das engenheiras em particular, desvinculando a execução de algumas tarefas da utilização de força física”.

Eu viajei agora e tinha uma mulher que ela dirigia um ônibus do lugar que você alugava carro até o aeroporto, e ele carregava todas as malas das pessoas pra colocar dentro do ônibus. E ela era gigante, ela realmente conseguia fazer aquilo. Então eu acho que quando ela foi concorrer a essa vaga, eles devem ter olhado e dito: nó, ela dá conta de fazer isso, agora se fosse eu, magrinha, franzina, eles iam olhar pra mim e “não, ela não vai dar conta de fazer isso”. Então nesses casos assim, tem uma certa

influência. **A gente pode desenvolver tantas coisas pra que não precise só de força física...**(Fala da entrevistada B1)

Eu nunca precisei (de força) no superior, mas no técnico que as vezes cê vai fazer manutenção de um equipamento, tem que carregar uma caixa de ferramenta que é muito pesada, as vezes acontece mas totalmente fácil de resolver. **Colocar uma rodinha na caixa de ferramentas**, então eu acho que isso não é desculpa pra “ah, você não pode fazer porque você é mulher” (Fala da entrevistada D1)

Outra estratégia, além da utilização de recursos tecnológicos, é citada por uma das estudantes para minimizar o impacto da necessidade da força física. A1, dizendo sobre as aulas de fundição, relata que quando era preciso carregar um molde, “a gente mesmo pegava de duas e levava”. D1 tem um comentário parecido quando discorreu se é pesado o trabalho de usinar, que é uma das necessidades de trabalho na Fórmula. Para ela, esse trabalho é mais cansativo do que pesado em si. No entanto, a estudante explica que para desprender a peça do torno, “e às vezes você prendeu com muita força com o negócio rodando e ele trava. Aí tem que pedir ajuda”, e aí, tal como A1, diz que “se fossem duas meninas tentando, conseguiria também”. Dessa forma, além da utilização da tecnologia para minimizar a necessidade da força física no ofício, o trabalho em equipe também parece ser uma estratégia adotada pelas mulheres.

Quando perguntada se contratam mulheres engenheiras para áreas diferentes das de contratação masculina, D1, que demonstra não conhecer bem o mercado profissional de sua área, e novamente traz o ponto acima explorado:

Eu nunca ouvi falar de nenhum caso que aconteceu de ninguém, nem pra estágio, nem pra trabalho mesmo até porque agora com a mecanização das indústrias não tem mais serviço pesado, então o que precisaria de força física não é mais uma desculpa e as mulheres tem tanta aptidão quanto os homens. Eu acho que eles estão julgando mais pelo desempenho, currículo, essas coisas, desempenho nas provas pra entrar no emprego...esqueci o nome. Acho que é isso assim. A não ser que eles tenham esse tratamento e não demonstram e eu nunca, em todas as entrevistas que eu fiz, nunca me pareceu...nunca foi explícito. (Fala da entrevistada D1).

Está posto na literatura uma divisão do trabalho internamente às especialidades e áreas de trabalho nesse campo profissional, atribuindo trabalhos diferentes a engenheiros e engenheiras (Lombardi, 2004, p. 95). Lombardi (2004, p. 178) ao falar sobre a possibilidade de atuação de uma mulher engenheira do campo (especificamente ela trata das obras da Civil), afirma, que aí estão os considerados melhores postos de trabalho, e não escritório.

“Acrescente-se, uma ação bastante consciente do grupo de homens profissionais para evitar que as colegas engenheiras cheguem a esses **poucos e disputados postos de trabalho, em geral mais prestigiados e melhor remunerados**, utilizando-se para isso das concepções de gênero correntemente aceitas sobre as habilidades e as não habilidades das mulheres em geral, bem como de traços estereotipados da sexualidade feminina (os perigos de uma mulher fatal, p.ex.) e aplicando-as à engenharia.”

E1, que também afirma conhecer pouco da sua área, assim como D1, nega que a contratação de homens e mulheres seja diferente quanto a área que vai atuar: “nunca fiz estágio pra ver a coisa acontecendo, mas eu vejo muito hoje mulher sendo contratada acho que pra qualquer área, não vejo essa distinção não”. Diferentemente do pensamento das estudantes, B1, respondendo sobre a diferença de contratação dentro da Engenharia pelo fator gênero, relata que concorrendo numa vaga de estágio na empresa cujo nome foi substituído por “x”, claramente foi restringida para trabalhar na área que desejava:

essa questão da vaga da “empresa x” desse processo seletivo...tinham 4 áreas que você poderia escolher trabalhar: tecnologia, aplicativo, essas coisas; uma de modernização de máquinas, uma de campo, que você vai no campo e uma outra que eu não lembro. Aí quando perguntaram qual área que eu queria trabalhar, eu queria na de campo. Aí a psicóloga falou assim: oh, eu posso te colocar nessa área, mas eu acho que eu não quero te colocar nessa área porque vai ser ruim pra você. É um tanto de peão que não vai querer te respeitar. Aí eu fiquei meio assim, sabe, eu queria fazer parte dessa área. Ela: oh, eu fico receosa de fazer isso pelo meio que eu sei que vou te colocar, que não vai ser respeitoso e agradável pra você.. os peões não vão te respeitar. (Fala da entrevistada B1)

Bruschini e Lombardi (2000, p. 88) confirmam que “nos trabalhos de implantação de infraestrutura, a céu aberto, a presença das mulheres é rara, sendo mais consistente, ao contrário, nas atividades de industrialização, no domínio “intramuros””.

Adiante, B1 conta que um colega de uma equipe de Fórmula de São Paulo compartilhou um vídeo numa rede social de homens carregando um caminhão de cimento e escreveu que “estão abertas vagas para cinco feministas”. Demonstrando irritação com a provocação do rapaz, B1 afirma que “eu realmente vejo assim, tem trabalho que se eu fosse desempenhar, realmente eu não conseguiria porque não tenho força”. No entanto, apesar dessa consideração, ela entende que quem deve concluir isso é o próprio sujeito, não a sociedade fazendo restrição ao acesso. B1 acima relativizou a associação entre força e homem, no entanto, nesse relato, ela conclui dizendo que “então eu acho que existe, sim, uma questão biológica de trabalhos mais pesados, de força essas coisas, de eu não conseguir fazer, mas sou eu que tenho que decidir”. Mais adiante ela retoma essa relativização, dizendo novamente que “tem mulher que é muito mais forte que homem inclusive, né, então depende, é a pessoa que sabe se dá conta de fazer ou não”.

Quando questionada se para seguir sua escolha profissional é preciso ter força física, C1 de prontidão responde que “pra ser Engenheira Mecânica não precisa da força. Pra projetar, precisa estudar, precisa ir bem nas provas”. B1 também não acredita que essa é uma habilidade requisitada do exercício profissional na sua área:

Na Engenharia em si, o Engenheiro ele não mexe tanto com a força bruta. Exemplo, se for trabalhar numa mina, né, ele vai coordenar a operação na mina. Se ele for trabalhar numa construção, ele não vai carregar saco de cimento, ele vai coordenar a

construção daquele prédio, que seja. Então eu acho que isso (força física) não deveria influenciar. Igual eu falei, se fosse pra descarregar um caminhão de cimento, obviamente eu teria menos força, se fosse o meu caso. Mas eu acho que na Engenharia em si, a força bruta não deveria influenciar teoricamente no trabalho (Fala da entrevistada B1)

D1 também corrobora com a visão das estudantes acima, dizendo que “até porque um Engenheiro mexe muito pouco com essa parte de realmente ir lá e fazer, ele é mais gestor, mais planejador, tipo, projetista, do que realmente...”.

Por fim, é válido esclarecer que a reprodução da divisão sexual do trabalho é também reestabelecida ao “nível das subáreas e dos métodos de trabalho, das tarefas e atribuições” (LOMBARDI, 2004, p. 183). No mundo do trabalho, é clara a ideia para pesquisadores (as) de que ser mulher é diferente de ser homem, tanto no acesso, quanto no serviço desenvolvido quanto na possibilidade de alcançar postos mais elevados, conforme anuncia o 2º princípio a seguir explorado.

5.1.2 2º Princípio: hierárquico

O segundo princípio organizador da divisão sexual do trabalho é o hierárquico, anunciando que “um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599). Quando questionada sobre a existência de trabalho para homem e trabalho para mulher, C1 mencionou, na sua resposta, a diferença salarial entre esses grupos, e, para ela, a causa da disparidade é o preconceito da sociedade, sendo que, para a aluna, ele está presente em todas as áreas profissionais.

Não, eu não acho que tem um trabalho de mulher e trabalho de homem, eu acho que existe um preconceito na sociedade, tipo, em vários caminhos **o salário do homem é maior que o da mulher**, mas eu não que Engenharia Mecânica é especificamente, sabe, acho que é uma coisa mais generalizada, acho que vai ter em todo lugar e, não sei, acho que se você consegue, é capaz, não sei se você vai ser tão recriminada assim por isso [...] (Fala da entrevistada C1)

De igual forma, quando perguntada se a distribuição de tarefas é igualitária, ou seja, não tem como uma das variáveis o gênero, B1 também fala espontaneamente da dificuldade de ascensão feminina nas carreiras, evidenciando a incompatibilidade vista pela sociedade entre “mulher” e “chefe”.

Eu acho que na questão de distribuição de tarefas, sim, **na questão de hierarquia é começa a complicar**. Porque você vê poucas mulheres em cargos de notoriedade, é muito difícil. Eu acho que isso é um pouco de pé atrás da sociedade, mas tipo assim, aah, mas mulher que vai ser chefe dessa empresa, como assim? A sociedade tem esse pensamento, né [...] (Fala da entrevistada B1)

Em contrapartida, E1 demonstra ingenuidade nesse ponto. Além de dizer que as chances para homens e mulheres que se formaram no seu curso as oportunidades de trabalho serão as

mesmas, ela diz que as mulheres são exceções em postos de comando não por uma questão de preconceito, “mas sim por ter pouca mulher que é engenheira atualmente ainda [...] não tem como ter mais mulher se forma menos mulher do que homem na engenharia“. Para a estudante, nos cargos cuja exigência do curso superior acontece, a igualdade de oportunidades é mais real do que em cargos de baixa exigência de estudo, por exemplo. É difícil considerar a validade do pensamento da estudante porque percebe-se que as mulheres são inexpressivas nos cargos de liderança, e não cuja exigência de estudo é baixa.

Então eu acho assim, que não deveria existir (área distinta por sexo) e eu acho que tá mudando cada vez mais, **cada vez mais tá se igualando, principalmente nesses cargos mais altos**, eu acho assim, né. Tipo assim, Engenheiro...eu acho que hoje em dia já não tem tanto preconceito de Engenheira mulher, mas igual assim... agora assim, igual, sei lá, caminhoneira...você não vê caminhoneira mulher, eu acho que isso seja um preconceito, sim, talvez seja por facilidade ou não quero, não sei, mas por que, sabe? Não tem um motivo... então eu acho que depende (Fala da entrevistada E1)

Além disso, E1 cita um caso de mulher e sucesso profissional para ilustrar sua afirmação de que não tem problema ser mulher “se tiver o potencial que os homens têm”. No seu exemplo, diz que apesar de não ter contato com o mercado de trabalho, “mas eu já fui assim em palestra de engenheira cabulosa, que tava no topo”. Para responder se os homens engenheiros têm mais facilidade quando comparados às mulheres, A1 anuncia que “acho que não, acho que só tem muito deles no mercado porque é o que tem. Se aparecer alguém melhor ocupa o lugar”. É um equívoco considerar a exceção como exemplo de que não há dificuldade de ascensão na carreira para mulheres. Outro ponto que chama atenção é a referência de potencial ser o sujeito masculino.

Quando as falas acima representadas são analisadas à luz da teoria, percebe-se que C1 e B1 trazem, nos seus respectivos discursos, a seguinte ideia: “as engenheiras, como as demais trabalhadoras, têm dificuldades em ascender na hierarquia, a postos de mais alta remuneração, como os de gerência de direção” (LOMBARDI, 2004, p. 91). É importante considerar também que a referida autora constata que também entre as engenheiras, é repetido o conhecido padrão de gênero, “segundo o qual o trabalho feminino recebe remuneração inferior ao masculino”. Apesar do menor rendimento quando comparado ao dos homens visto ao longo dos anos, Lombardi verificou que no período estudado, ou seja, de 1990 a 2002, a diferença de remuneração entre os sexos veio diminuindo. Para ela, esse fato decorre de dois movimentos: do aumento dos valores recebidos pelas engenheiras e, de outro, da diminuição do rendimento dos engenheiros. Assim, “mesmo que as mulheres venham progredindo em cargos de responsabilidade na alta gerência e nas diretorias das empresas, sua presença é rara no topo

empresarial, processo que vem sendo designado como “teto de vidro” (LOMBARDI, 2004, p. 218).

D1 respondendo se a contratação de homens e mulheres é para as mesmas funções, diz que ela espera ser igual, “mas tem muita essa discrepância, principalmente em relação a condição de salário, né, que ainda existe, mas eu espero que até eu chegar lá já tenham melhorado”. Quando inquerida sobre a proximidade da sua formatura e que talvez o tempo seja curto para que a realidade se altere tanto, ela diz que “o que eu vejo nas entrevistas que eu fiz é que tem muitas mulheres na área de gestão das grandes empresas”. Assim como já discutido, mais uma vez as exceções tornam-se exemplo de que há uma proximidade da igualdade de oportunidade para homens e mulheres. Aproveitando a fala de B1, foi perguntado a ela se há divisão de trabalho nessa gestão, ou seja, se existe área cujas gestoras são engenheiras e se existe áreas que tem homens preferencialmente como expoentes:

Eu acho que existe um pouco sim essa diferença, mulher fica mais nos projetos e de gestão mesmo, fora do chão de fábrica mesmo. Até porque tem muito preconceito, eu acho que vem mais dos funcionários, tipo assim, mesmo quando a empresa quer te colocar num cargo lá, as pessoas que trabalham lá não te aceitam, não te dão...não aceitam você como chefe, não te respeitam, não levam a sério as coisas que você tá tentando fazer lá (Fala da entrevistada D1)

A partir de sua resposta questionou-se se a gestão de obra é uma área de mais prestígio, e D1 diz que “financeiro, com certeza em escritório tem mais prestígio”. Complementa essa ideia dizendo que “as áreas que mais dão dinheiro, que os gestores mais recebem, é setor de compras, setor de gerencial mesmo de pessoal, de suprimentos, projetos de linha de montagem, essas coisas”. Se, conforme a própria estudante disse, as mulheres estão nas atividades ligadas ao escritório, perguntou-se a ela se não há uma incoerência no raciocínio que desenvolveu. E assim D1 percebe “eu não sei, não deveria ser”. E justifica:

É porque todas as pessoas que eu conheço que estão em altos cargos em empresas, as que falam “ah, quem ganha mais é quem tá na área de gestão mesmo...compras, gerência, gestão da qualidade, essa parte. Mas são homens que estão nesses cargos, eu não sei se uma mulher no mesmo cargo receberia tanto (Fala da entrevistada D1)

Lombardi (2004, p. 219) confirma existir uma “concentração das diretoras em atividades nas quais a presença das mulheres já é tradicional e mais expressiva”, e é sabido que elas têm dificuldade de inserção nos canteiros de obra, com alegação de que a natureza do trabalho é incompatível com as características e necessidades de uma mulher. Adiante a autora afirma existir então um padrão de gênero na inserção das mulheres no mercado de trabalho também a este nível.

C1 demonstra estar atenta para a necessidade de que as mulheres tenham oportunidades tão grandiosas quanto a dos homens, uma vez que, para ela, o simples acesso não é o suficiente:

Ah, eu acho que elas contribuíram sim, com certeza, mas tipo assim, principalmente acho que igual a gente já falou, o mundo ainda é muito machista e isso dá uma quebrada, né, tipo por menor que elas sejam, né, só de abrir o mercado para as mulheres não tá resolvendo, né, mas é um começo (Fala da entrevistada C1)

5.1.3 “Ser mais para ser igual”

Foi percebido no relato de uma estudante algo que a literatura científica já anuncia de diferentes formas: sendo mulher, para ter a mesma oportunidade que um homem, é preciso ser mais, ou seja, ter algum diferencial expressivo. Outro ponto é que diferentemente dos homens, as mulheres têm sua competência constantemente avaliada, precisando sempre provar sua capacidade. Lombardi (2004, p. 161) diz que para evitar a rejeição de um grupo quando se é mulher, é preciso aprender a conviver nele segundo as regras vigentes, sendo, no caso feminino, “trabalhando ou estudando muito, provando competência de forma persistente, com muita paciência”.

D1, ao ser questionada sobre os desafios que as mulheres encontram sendo engenheiras mecânicas, discorre sobre essa necessidade de que para ser igualmente vista e respeita, a mulher é mais avaliada.

É... Eu acho que desafio é principalmente é... não deixar os homens é... tentar não te deixar fazer as coisas porque você é mulher. Tentar...que a gente tem que se impor um pouco mais do que eles, então é um desafio também, e eu acho que talvez mulher tem que **provar mais seu valor do que o homem** na hora de conseguir um estágio, não sei estágio porque é mais rígido, mais vigiado, mas emprego....qualquer coisa, assim, uma iniciação (científica). No sentido de sempre tem aquele preconceito de, como você é mulher e engenheira? Será que você vai dar conta de fazer isso? Mas se você já está lá, você já provou que dá conta...tá no curso no mesmo jeito que homens, tem tanta capacidade quanto ele e as vezes a pessoa tem mais dificuldade de enxergar isso se você fosse homem, mas eu acho que tá mudando um pouco, mais ainda tem muito que melhorar. (Fala da entrevistada D1)

A1, apesar de evidenciar traços de violência simbólica sofrida por ela na instituição, sempre traz no seu discurso o quanto ela é respeitada no CEFET-MG e constantemente vincula isso ao quanto é boa aluna, forte, determinada e destemida. Quando questionada se ela sente algum desconforto por estar em um meio majoritariamente masculino, nega pontuando:

Não, na Fórmula por exemplo, os meninos me tratam super bem e com equivalência. Nos cursos eu também sou tratada com equivalência e **muitos até sabem que eu sou melhor do que eles. É ruim a gente falar isso, mas a gente sabe quando a gente tem um nível de dedicação mais elevado que o outro.** [...] até os professores sabem que a gente é mais esforçada, que a gente tá **lá persistindo** e a gente sempre foi tratada até com mais respeito que os meninos. (Fala da entrevistada A1)

É interessante observar que além de vincular respeito à sua boa performance na Fórmula e no curso, diz sobre persistência e também o que Lombardi anuncia:

Outro traço diferenciador do comportamento do grupo minoritário de moças em relação ao grupo majoritário dos rapazes no ambiente escolar, um diferencial de gênero, portanto, é a **estratégia feminina visando a afirmação por intermédio da**

grande dedicação aos estudos, de um excelente desempenho escolar, o qual mais tarde, no mercado de trabalho, será substituído pela necessidade da prova constante da competência profissional. (LOMBARDI, 2004, p. 169)

A autora inclusive discute que esse padrão de grande dedicação aos estudos e ao trabalho como forma de resistência encontrada pelas mulheres visando romper as barreiras de gênero é, também, encontrado em outros nichos profissionais, como o bancário. Na pesquisa de Segnini (1998, p. 156), ela verificou que “as mulheres bancárias são altamente escolarizadas, mais escolarizadas que os companheiros de trabalho” [...], “no entanto, este diferencial educacional não é remunerado pelo banco, pois não é explicitada sua exigência para exercer as funções apontadas”. Outro ponto a ser discutido a partir da fala de A1 é a questão da competição, algo muito percebido em seus relatos:

De maneira geral, os comportamentos competitivos estiveram tradicionalmente associados aos homens e não às mulheres, embora esse padrão possa estar mudando com o aumento da escolaridade feminina, _ sobretudo de nível superior, e o ingresso das mulheres, embora ainda em pequenas proporções, em cargos de maior responsabilidade hierárquica. Assim, aprender a competir ou a lidar com a competição, _ aceitando-a ou negando-a _, nas escolas, empresas e instituições tornou-se uma questão a considerar , um desafio para as mulheres. (LOMBARDI, 2004, p. 155-156)

Tal como A1, D1 foi perguntada se ela se sente desconfortável por estar em um meio masculino, percebendo algum tipo de comparação, alguma fala desagradável, por exemplo. Ela responde que “comigo nunca aconteceu, mas também acho que não, até porque eu sempre fiz minhas coisas”. Mais uma vez, há associação entre respeito e desempenho. Explicando que a configuração das relações sociais de sexo no interior do grupo profissional está em movimento, parecendo estar sendo favorável às mulheres, Lombardi coloca a ressalva “mesmo que elas tenham de dar prova de contínua determinação, perseverança e resistência (LOMBARDI, 2004, p. 95). Entende-se, portanto, mais uma vez, que os desafios enfrentados pelas mulheres também se relacionam ao simples fato de serem mulheres.

5.1.4 Trabalho reprodutivo

Teve início, na história, o movimento de mulheres com a consideração da “enorme massa de trabalho efetuada gratuitamente pelas mulheres”, sendo “invisível” e “realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno”. Em pouquíssimo tempo, surgiram as primeiras análises dessa forma de trabalho nas ciências sociais, que consideravam o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. (Hirata e Kergoat, 2008)

Assim, abriu-se caminho para se pensar em termos de divisão sexual do trabalho. Falar em termos de divisão sexual do trabalho, para Hirata e Kergoat, deve-se ir além da simples constatação da desigualdade, considerando que elas são sistemáticas e, mais ainda, que a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar essas atividades, e, portanto, os sexos, criando um sistema de gênero.

A partir dos resultados das pesquisas comparativas, particularmente sobre desemprego, realizadas entre 2001 e 2004, e mais particularmente de uma pesquisa no Japão em 2003, Hirata e Kergoat definem modelos de articulação da vida profissional e familiar. No modelo tradicional, o papel na família e o papel doméstico são assegurados exclusivamente pelas mulheres, sendo dos homens o papel de provedor. Já no modelo de conciliação, se atribui às mulheres a função de conciliar, que, na verdade, como discutem as autoras, é um “conflito”, “tensão”, “contradição”. Esses últimos termos permitem ressaltar a natureza conflituosa da incumbência simultânea pelas mulheres das responsabilidades profissionais e familiares. Já no paradigma da parceria, ele considera mulheres e homens como parceiros e há uma relação de igualdade, e não de poder. As estudiosas verificaram que a “realidade das práticas sociais estava distante desse modelo”. Por fim, há o modelo de delegação. Esse modelo apareceu com a polarização dos empregos das mulheres e o aumento do número de mulheres altas funcionárias e em profissões intelectuais de nível superior (Hirata e Kergoat, 2008).

Apesar de algumas entrevistadas dizerem da pouca ou nenhuma vontade de casar e/ou ter filho, como D1, que afirma “ah, eu nunca tive pretensão de casar e nem de ter filho, mas se eu conhecer uma pessoa que me faz mudar de ideia...mas eu não tenho...não é um sonho meu casar e nem ter filho”, todas discorreram como, hipoteticamente, conciliariam os sonhos profissionais com uma eventual família.

A1 diz que “meu sonho mesmo é ser mãe, eu sempre quis ter uma família, mas ao mesmo tempo eu sempre quis ter um sucesso na minha carreira profissional”. A estudante complementa dizendo que “apesar do meu sucesso profissional não ser o ápice da minha felicidade, porque como eu falei é ser mãe, isso tá tipo quase pau a pau, porque a independência pra mim é fundamental”. E1 também pensa em casar, mas espera que não seja “tão cedo. Eu queria casar lá para os 30 e depois pensar em ter filho, eu não tenho pressa”. Ter filho tardiamente parece ser, então, uma estratégia utilizada pelas mulheres que se dedicam à esfera da produção. Postergar a maternidade seria, dessa forma, uma maneira de também conseguir se dedicar à vida profissional.

Sobre como pensam em conciliar a vontade de constituir família com os objetivos profissionais, A1 responde com empolgação:

Ah, eu já imaginei isso já. Acordo cedo, levo pra escola, vou trabalhar, depois do almoço, não sei quem pega, não sei como vai ser minha situação, vou tentar sempre eu ir buscar, almoço em conjunto, em família quando der, a tarde ele vai fazer as atividades dele, a noite eu chego e faço janta. (Fala da estudante A1)

Observando que A1 não mencionou o papel do hipotético marido, se questionou o que seria da responsabilidade dele, e então ela diz: “ele acorda comigo, ele vai trabalhar, aí a gente intercala, uns dias ele leva, outros eu”. E, então, A1 se explica: “quando eu falo “eu” é a gente intercalando. É porque eu imagino que a gente teria emprego de viajar, então nem sempre ele vai estar. Quando ele não está, eu tampo e tal.” Observa-se que claramente A1 tem a expectativa do modelo de parceria, no entanto, o que se percebe é uma mulher pensando em estratégias de conciliação, algo que provavelmente não acontece com frequência entre sujeitos masculinos.

C1 igualmente apresenta a expectativa pela parceria, confirmando que as tarefas domésticas não são atribuições exclusivamente femininas:

Eu vejo que, tipo, no meu ponto de vista, é, as coisas seriam divididas igualmente. Tipo, suponhamos que meu marido também trabalhasse, os dois cuidariam da casa, se a gente não tivesse condições de contratar alguém, e da criança a mesma coisa. Eu acho que não por ser mulher tem que, tipo, ficar mais com as coisas da casa, sabe, eu acho que isso tem que realmente ser dividido de maneira igual. A vezes um vai trabalhar metade do tempo, então o outro vai cuidar mais da casa. Eu acho que tem que ser uma coisa equilibrada (Fala da entrevistada C1)

D1, já mais consciente dos dilemas que vai encarar no caso de um casamento e de uma vida profissional atribulada, diz que “ah, eu acho que no início vai ser bem difícil..., mas, é, tem que dar um jeito pra tudo, né?”. Complementa afirmando “se eu tiver um marido, um filho eu vou querer que eles me ajudem também nas tarefas de casa, eu não aceitaria fazer tudo sozinha”. E1, por sua vez, responde a pergunta com dúvida, porém observa-se que em momento algum ela inclui seu possível companheiro como também responsável pelas atividades de casa:

Não sei, rsrs. Não sei. É...não sei, não consigo pensar agora assim. Mas não sei, não queria parar de trabalhar em momento algum pra criar filho, é, mas lógico que eu queria ter tempo pra ele...Então talvez reduzir, ter uma vida mais estável até lá pra reduzir o tempo...trabalhar num turno só. (Fala da entrevistada E1)

Novamente observa-se que ser mulher também significa, devido ao trabalho de socialização a que são expostas, refletir permanentemente nas possibilidades de conciliação da carreira com a vida pessoal, e, em alguns casos, as mulheres chegam a abrir mão do trabalho produtivo para se dedicarem ao lar e à formação dos filhos.

B1 já apresenta, em sua fala, intenção de assumir o modelo de delegação: “não sei, rsrs. Nunca pensei nisso não, mas acredito que eu poderia contratar uma pessoa, não sei”. Questionada sobre não ter condição financeira para tal, então diz que assumiria a responsabilidade por propor a divisão: “eu acho que teria que dividir, chega em casa e dividir: oh, você vai lavar roupa, vai lavar cozinha, vai arrumar casa, sei lá, tem que dividir”. Nota-se

que, mais uma vez, é sobre a mulher que costuma recair a responsabilidade sobre as atividades reprodutivas.

Às estudantes foi colocada a seguinte questão: se, no futuro, se deparassem com a situação de ter uma promoção, assumindo um cargo grandioso numa empresa, ou ter um bebê (e aqui considerando que já seria o desejo delas), qual escolha fariam?

Depende de todas as condições que eu tiver. Meu marido, se eu achar que eu confio nele, porque a gente sabe quando casa com um “bosta” e quando não casa, então se eu confiasse no marido e ele tivesse numa condição que seja boa, entendeu, a ponto de falar não, ok, por mais que dê “merda”, uma possível “merda”, eu ainda tenho condições de criar meu filho, eu escolheria ser mãe. Se eu vejo que meu marido é um casamento arriscado, já teve um desgaste, eu não tenho tanta segurança assim, eu escolheria minha carreira. (Fala da estudante A1)

Então perguntada se tivesse que adiar um dos sonhos, qual seria, A1 afirma: “se eu estivesse numa condição que eu quero e fosse uma pessoa bacana eu adiaría o meu sucesso profissional”. Para B1, foi questionado se ela abriria mão da vida profissional se tivesse um filho mais dependente, como no caso de um filho com necessidades especiais, e então ela diz: eu acho que sim, acho que eu largaria e depois, quando as coisas estivessem um pouco mais tranquilas, eu tentaria voltar em alguma área, pelo menos fazer alguma coisa, acho que sim. C1 pensa em estratégias que, no fim, visam favorecer o hipotético filho e D1 demonstra dúvida, mas também diz da possibilidade de optar pela maternidade.

Eu acho que se eu tivesse com um sonho de cuidar do meu filho na carreira que eu já estivesse, eu acho que eu continuaria e ficaria com ele, priorizaria isso, mas vamos supor que eu não teria tanta condição assim de criar um filho e eu precisaria dessa promoção, acho que eu teria que abrir mão de uma coisa mas pra favorecer ela no final, entendeu (favorecer o filho). Eu não falaria não, eu quero ficar com o meu pra trabalhar muito e ganhar mais. Eu acho que priorizaria minha família (Fala da estudante C1)

Eu penso que eu priorizaria a carreira, não sei se é porque eu nunca senti vontade de ter um filho, mas acho que depende. Se eu tiver feliz com minha carreira e feliz com a minha família, eu acho que eu priorizaria carreira, mas se eu tivesse infeliz com minha carreira, talvez eu priorizaria minha família (Fala da estudante D1)

A partir dessas falas, considerando o quanto a maternidade pode significar no caso de uma mulher trabalhadora da esfera produtiva em período integral, de diferentes formas, às estudantes foi feita a pergunta se a maternidade é um entrave:

Eu acho que sim, eu acho que homem deve virar e pensar: nossa, eu vou ficar 6 meses sem minha funcionária e pagando pra ela. Uma coisa normal, biológica, né, mas eu acredito que eles pensam isso, rs. Eu acho que sim, que é um entrave. (Fala da estudante B1)

De certa forma, é...não acho que é uma carga da mulher, mas nunca cheguei pensar numa solução. Dá pra, não sei, dependendo do emprego, dá pra você continuar a fazer umas coisas, você não ficar muito parada ou, é, menos, mas continuar indo, talvez seja uma solução pra mulher. Porque ao mesmo tempo que injusto pra mulher deixar um filho sozinho em casa também é injusto a empresa, dependendo, ter alguém pra realizar um trabalho e você, tipo, é justo você estar cuidando do seu filho, mas também

é preocupante pra empresa ter que te substituir de alguma maneira. Então se você estivesse na empresa e não deixasse a empresa te substituir, talvez isso facilitaria no seu retorno. (Fala da estudante D1)

D1 fala da dificuldade de pensar em uma solução para esse impasse. Na verdade, esse impasse só acontece porque há uma carência de política pública que apresente uma alternativa para o casal (e não uma mulher) que tem um filho. É importante comentar que o que é biológico é o gerar e o dar à luz. Atividades de cuidado e de formação não são biológicas e, portanto, não dependem exclusivamente da mulher. B1 comenta sobre a maternidade dizendo que pode ser, sim, bem difícil voltar de uma licença-maternidade, no entanto, entende que isso não seria um peso para ela. É comum perceber o sentimento de culpa entre mulheres trabalhadoras, que conciliam a maternidade com atividades profissionais. É provável que isso se dê pela crença de que elas são as responsáveis pelas tarefas reprodutivas.

eu trabalho no departamento de física e matemática aqui do CEFET e as mulheres lá estão tendo filho agora. Então elas ficam 6 meses fora, depois voltam, ficam 6 meses de licença e depois voltam. E elas ficam falando tipo: nossa, minha filha tá em casa, minha filha tá com babá, não sei o que lá. Deve ser realmente muito difícil largar um neném de 6 meses em casa com outra pessoa que não seja você cuidando. Mas acho que eu lidaria fácil com isso. (Fala da entrevistada B1)

Yannoulas faz uma rica discussão sobre isso, afirmando que é preciso considerar que as creches e pré-escolas são “fundamentais no desenvolvimento futuro das crianças e seu aproveitamento escolar, além de outorgar um contexto de segurança e tranquilidade para os pais e mãe durante a jornada de trabalho” (YANOULLAS, 2002 p. 56). A autora relembra que a Constituição Federal de 1988 reafirma a ideia da “maternidade como uma função e um direito social”, no entanto, “no entendimento da maioria dos governantes e legisladores, a responsabilidade pelo cuidado das crianças (reprodução social) continua a ser considerada uma questão feminina e de caráter privado” (YANNOULAS, 2002, p. 57).

Interessante observar, também, duas congruências claras no pensamento das alunas. Questionadas como reagiriam se o marido não quisesse dividir as tarefas, todas, com exceção de A1, afirmaram que esse seria um fator que as fariam desistir. A1 diz que como o atual namorado, assim como ela, mora em república, ele já está acostumado a fazer atividades de casa, mas se ainda ele se negasse, ela diz: “o máximo que vou fazer é propor que ele pague uma faxineira pra ele ou pra casa. Não tem essa opção de não fazer, ou ele pega e faz, ou contrata uma faxineira... porque eu também não sou empregada de ninguém não”. A alternativa parece ser, então, o modelo de delegação, ou seja, transfere-se o trabalho doméstico para uma outra mulher. E1 problematiza esse modelo, afirmando o quanto está cada vez mais oneroso manter uma trabalhadora assim:

(dizendo se o marido se negasse a realizar trabalhos domésticos...) Ninguém ia fazer nada. Eu ia ter birra e ninguém ia fazer nada, rs. Talvez eu nem casaria com ele, rsrs. A não ser que a gente conseguisse pagar uma empregada doméstica todos os dias, mas eu acho que esse negócio de empregada doméstica tá ficando cada vez mais caro também, tá cada vez as pessoas tendo menos e eu acho que pode ser pra muito luxo...cada vez vai ser para pessoas com muito luxo mesmo. (Fala da entrevistada E1)

Outra convergência de pensamento foi a resposta para o questionamento de como se sentiria pedindo dinheiro para o marido, no caso de um período afastada do trabalho profissional para cuidar do filho. As estudantes demonstraram que por ser uma situação temporária, não veem problema de, numa situação até então hipotética, o marido ter a única fonte de renda. Enfatizaram, as alunas, que essa situação precisa ser momentânea. Nas palavras de E1, “eu não gostaria, mas eu faria (deixar sua carreira temporariamente) se fosse necessário. Até porque o objetivo de estar estudando, fazendo faculdade é não depender de ninguém”.

Por fim, o relato de B1 e D1 discorrendo se o mercado a receberia da mesma forma depois de um período de dedicação integral ao filho:

Então, eu acho que isso vem da bagagem antes disso, né, porque ok, 2 anos é muito tempo pra você ficar parada fazendo nada, mas se você tem uma bagagem muito boa, eu acho que isso independe para o mercado, se você ficou parado ou não. Agora se você já tem um pouco menos de bagagem, trabalhou menos na engenharia, sabe de poucas coisas, eu acho que isso daí influencia obviamente. Porque vem da capacitação da pessoa, né. (Fala da estudante B1)

Ah, eu acho que depende da competência que eu demonstrei antes de entrar, mas não do mesmo jeito, com certeza que teria uma resistência maior. (Fala da entrevistada D1)

Compreende-se, portanto, que apesar de seguras quanto à vontade de adquirirem independência financeira e algumas não confirmarem o desejo pela maternidade, as estudantes têm, de certa forma, internalizada a ideia de, de uma forma ou de outra, será delas a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. No entanto, são acionadas estratégias para conseguirem concilia-lo ao trabalho produtivo: adiando a maternidade, delegando tarefas aos maridos, filhos, ou empregadas, diminuindo o ritmo durante os primeiros anos de vida do bebê e voltando à ativa logo que possível, relativizando o peso que um afastamento teria no caso de uma bagagem profissional rica, enfim.

5.2 Adentrando na violência simbólica de gênero no meio universitário

Neste item, explora-se a violência simbólica de gênero no meio universitário, iniciando o percurso com a compreensão de que o trabalho de socialização aplicado de forma diferenciada aos meninos e às meninas já contribui para essa forma de violência velada. No campo da engenharia propriamente dito, o estereótipo associado à mulher mostra, pelo discurso das

entrevistadas, ser incompatível ao perfil esperado ao exercício da profissão. Explora-se, também, a ideia de uma violência reproduzida pelas estudantes, atingindo elas próprias. Ao final, são analisadas as falas cujo entendimento é de que emblemam a discussão.

5.2.1 Trabalho de socialização: estereótipos

“O corpo anatomicamente definido como de homem ou de mulher é um texto a ser interpretado” (SOUZA, 2008, p. 173). A autora discute que esse corpo é lido pela cultura, que lhe confere sentidos e valores específicos para um e outro sexo. Disso, decorre “uma hierarquia que define os lugares dos sexos na dinâmica da sociedade”.

As representações de gênero são atribuídas à natureza, apesar do trabalho de socialização de meninos e meninas que acontece de maneira contínua e envolvendo múltiplas instâncias sociais. Assim, “o feminino e o masculino são naturalizados por meio de um processo permanente de interiorização, exteriorização e objetivação de representações baseadas na desigualdade social dos sexos” (SOUZA, 2008, p. 174). Para Bourdieu (1999, p. 9),

as aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada

Sobre esse trabalho de socialização que recai sobre os meninos, quando A1 falava de sua garra, foi perguntado a ela se é preciso adquirir esse adjetivo para o exercício de sua escolha profissional. A estudante demonstra em sua fala indícios do que a literatura vai prever em relação às trajetórias apenas das mulheres: o labirinto de cristal:

Os homens, normalmente, são criados desde que são crianças, as mulheres não. Lá em casa foi assim, lá em casa é machismo mesmo a criação. Apesar de não parecer por eu estar onde estou, mas é sim, meus irmãos foram criados tipo assim: **vocês são foda, vocês conseguem**. É como se os obstáculos deles fossem muito maiores que os meus...não que os meus pais tenham falado isso comigo, entendeu, mas igual meu irmão, os três são formados no ITA. Pra eles estarem até lá...é diferente. Homem é criado desde que é pequeno, tem muito esse perfil. Querendo ou não ele é **criado como um líder**. Já mulher, não são todas que são criadas para ser líder [...] (Fala da estudante A1)

Lima (2013) faz uso dessa metáfora para dizer dos obstáculos encontrados ao longo da trajetória pessoal e profissional das mulheres. Para a autora, as consequências do labirinto podem significar desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional. Assim, “por causa dos diversos desafios e armadilhas dispostos no labirinto, os talentos femininos são perdidos ou pouco aproveitados” (LIMA, 2013, p. 886). Lombardi (2004, p. 220), autora que, em sua pesquisa, entrevistou também sujeitos do sexo masculino, confirma que, diferentemente do que acontece com elas, nos discursos dos homens

“não houve menções a eventuais barreiras ou dificuldades para ascender a postos de comando, passando a impressão de que esse percurso era esperado por eles e por seus empregadores, portanto, correu “normal””.

Sobre reduzir a construção dos gêneros ao biológico, quando E1 responde sobre o impacto da entrada das mulheres na engenharia, ela diz:

Eu acho que tem um impacto benéfico porque, igual eu te falei, talvez as mulheres sejam mais organizadas, não sei. Biologicamente homem e mulher é diferente, então pode ser bom ter gêneros diferentes igual ter opiniões diferentes, igual ter religiões diferentes. eu acho que quanto mais heterogêneo for o trabalho, melhor vai ser [...] talvez, assim, mulheres tenham algumas coisas que mulher tem visão incomum, que homem não tem. Então ter uma mulher lá pra dar opinião eu acho que as mulheres vão gostar disso, é importante. Igual assim, biologicamente mulher costumar ser mais baixa, aí você vai fazer um carro, “nó, esse carro vai ser bom, as mulheres vão gostar porque tem uma visão boa pra gente que é pequena” ...é bom ter uma mulher lá. Eu acho que um exemplo foi esse, que é um exemplo bobo, mas eu acho que é isso. Precisa da opinião de pessoas diferentes (Fala da entrevistada E1)

Apesar da própria aluna confirmar que seu exemplo “é bobo”, entende-se que é uma fala reducionista acerca das possibilidades de contribuição das mulheres no exercício das atividades da engenharia. De forma geral, as estudantes sujeitos da pesquisa deste trabalho trouxeram, em seus relatos, diversas menções a uma suposta natureza feminina.

Em relação a falas dos professores, a primeira menção é de D1, afirmando que “esse semestre vários professores ficaram impressionados porque tinham muitas mulheres na sala, umas 10, que é muito no curso, e aí eles falaram isso é bom, porque mulher é até melhor pra engenharia do que homem”. Quando questionada o motivo, a aluna explicou que é pela organização e facilidade de gestão delas. E1 também traz um comentário de professor associando mulher à organização:

Tinha um professor semestre passado que era muito...de térmica que eu peguei especial...ele era muito chato com organização. Mas ele nunca falou: nossa, mulheres são mais organizadas. Ele nunca falou assim não, teve uma prova que ele falou: ah, a prova dessa menina foi um exemplo. Mas não foi por ela ser mulher, foi porque a prova dela tá muito boa [...] (Fala da estudante E1)

Também sobre essa associação, B1 conta um episódio envolvendo seu professor e demonstra incômodo em relação ao argumento falacioso do docente. C1 também diz dos comentários sobre a suposta organização das mulheres, no entanto ela demonstra que essas falas pouco significam. E1, por fim, cita a necessidade trazida por um professor de “mãos delicadas” no laboratório de eletrotécnica, associando “mulher” e “delicadeza” explicitamente, apesar da estudante relativizar a fala dele.

Agora eu tive uma matéria que eu tinha que fazer um relatório de umas práticas do laboratório e tinha que ser a mão, só que era um grupo, um trio, e ele queria uma letra só o trabalho inteiro, ou seja, uma pessoa só teria que escrever. Aí ele falou: não, tem que ser mulher pra escrever porque mulher que tem letra bonita. Eu falei: já olhou alguma vez minha letra pra ver se é bonita? É horrível. [...] (Fala da estudante B1)

(repetindo comentário de professor) “ah, a prova dessa menina daqui é mais organizada, mas menina é assim mesmo, vocês deviam fazer igual”. Mas assim, sabe, mas acho que é um negócio bem geral assim. Mas não tem nada “homem tem mais facilidade com essa matéria aqui” (Fala da estudante C1)

Semestre passado, quando a gente tava fazendo eletrotécnica, tem que segurar os fiozinhos pra medir corrente, tensão, essas coisas, aí tem que segurar o fio e aí no resistor, quando você vai mudar a resistência, tem uma parte que ele chega no 99.5 e aí tem que dar 100 e aí tem que ser delicado. Aí o professor falava: vamos trocar, mais delicada e tal. É que igual, fazia eu e esse menino, né, aí ele falava: troca vocês dois e tal, vamos ver se com ela dá certo, umas brincadeiras assim. Na verdade ele brincava mais com o oposto, de chamar o menino de delicado em vez de, tipo assim, me colocar como delicada [...] Mas esse professor também era muito brincalhão, não me incomodava porque desde o primeiro dia de aula ele brincava muito com a gente. (Fala da estudante E1)

E1, respondendo sobre se há algum incômodo em estar num meio hegemonicamente masculino como é o curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG em Belo Horizonte, tanto diz de uma estratégia comumente utilizada por elas no sentido de se aproximarem (relata que as alunas têm o hábito de reunir na casa de uma delas para tomar um vinho, por exemplo)- esse item será melhor explorado adiante, quanto anuncia um comentário ouvido no senso comum: mulheres são difíceis de lidar. Respondendo que talvez não gostaria de estar num curso cuja maioria fosse feminina, faz o comentário anteriormente mencionado. Quando questionada o porquê da afirmação, diz:

Não sei, rs. Eu também não acho que sou difícil, mas eu tenho umas amigas assim fora daqui, é, que é tanta briguinha à toa que eu não tenho paciência...se fosse comigo, eu ia, sei lá, eu ia só afastar, eu não ia ter paciência, então não me incomoda, a gente se lida muito bem aqui...tanto com as mulheres quanto com os homens aqui na engenharia eu me lido muito bem. Mas eu tenho amigas, eu não sei se é uma característica geral, assim, do nosso curso, não sei, mas eu vejo em amigas fora daqui umas briguinhas que pra mim não faz sentido...eu acho, uma visão minha, que mulher é mais difícil de lidar. Já briguei com homem? Já, já tive briguinha boba com homem também, mas eu vejo muito mais com mulher essas briguinhas chatas assim. (Fala da estudante E1)

Com uma fala nesse sentido, B1, ao responder se as meninas ficam juntas quando é para fazer trabalho em grupo, confirma e diz sobre o quanto a assustou ver praticamente apenas meninos da sala de aula da graduação. Então menciona que no Ensino Médio ela “não gostava de andar com as meninas porque eu achava elas muito chatas”. Na graduação, conta que procurou as mulheres inicialmente porque assim se sentia mais acolhida. Mais uma vez, também parece ser uma estratégia de resistência das estudantes considerarem a visão do senso comum de que mulheres brigam e são chatas, uma vez que no meio em que estudam elas são minorias absolutas.

Perguntou-se a E1 se sua personalidade encontra conforto no meio em que estuda, ela responde: “sim, talvez, eu não sei dizer se é por isso. Eu acho que eu sou bem racional, eu não

acho que eu seja fria...não acho que tem a ver também. É, não sei...”. Questionada se esse seu jeito de ser era benéfico pra Engenharia, ela diz que não, que “é bom ter emoção envolvida”, e aí revela: “não é o que eu gosto de ser, é que talvez as pessoas que eu lido sejam distantes, não por mim. Aí eu fico distante também...me adapto às pessoas do jeito que elas são...mas é uma coisa que eu falo”. A seguir ela discorre sobre a falta de empatia das pessoas na Fórmula Cefast:

Por exemplo, assim, reunião lá você chega e fala: como tá sua tarefa? Você fez isso, você fez aquilo? Você fez isso pra fazer agora você tem aquilo. Eu acho que se a gente chegar “ou, essa semana você tá apertado? Como que tá?” eu acho que tinha que ser mais próximo. [...] eu acho que falta um sentimento envolvimento, tem semana que você não vai conseguir fazer nada, que você tá de mal com a vida, não sei, aconteceu alguma coisa, tem problema de família...lá ninguém pergunta isso antes de te passar uma caralhada de coisa pra fazer, entendeu? [...] tem que ter um sentimento envolvido nas coisas, principalmente igual a gente, todo mundo num objetivo comum. (Fala da entrevistada E1)

Infere-se pelo discurso de algumas estudantes que é preciso endurecer para resistir a esse meio masculino. No entanto, ao contrário de muitas falas que associam as mulheres à fragilidade e emoção, as vezes elas relativizam esses pressupostos atribuídos a cada um dos gêneros, como na fala de A1: “quem disse que só é duro quem é homem”?

5.2.2 Incompatibilidade entre a reconhecida identidade feminina e o exercício profissional

A1 é a estudante que mais claramente permite a inferência de que os atributos vinculados às mulheres não são positivos ao exercício profissional na Engenharia. Quando perguntada sobre o impacto da entrada das mulheres nesse meio, A1 tem uma fala categórica sobre como elas são incompatíveis com o perfil esperado de um engenheiro:

oh, isso aí acho que você vai até querer me bater com o que vou falar...,mas eu acho que não ajuda em quase nada, eu acho que só **atrapalha**. Porque querendo ou não, isso é o perfil até meu, de todo mundo, a gente é realmente uma pessoa mais sensível, a gente é uma pessoa mais compreensiva, a gente é uma pessoa mais solidária, mulher normalmente é mais solidária, mais coração mole. E o que minha profissão exige é ou você faz esse serviço perfeito ou rua. Não quer saber se você é aleijada, se sua mãe tem um câncer... eu quero de você é produtividade. Então eu acho que o fato de ter mulher até atrapalha exatamente por isso, porque pode **contaminar** outras pessoas com essa sensibilidade. E a minha profissão, pra eu ter sucesso, infelizmente, ela não depende disso. (Fala da entrevistada A1)

Percebe-se que por associar “mulher” e “sensível”, “compreensiva”, “coração mole”, “solidária” e entender que a Engenharia é espaço para “produtividade” e “sucesso”, considera incompatível esse perfil da expectativa do mercado. Quando perguntada sobre o que ela faria com sua sensibilidade, disse que vai usar com o namorado, porque na profissão “é pau quebrando”. Segundo ela, se não for assim, “seremos péssimos engenheiros”. Para responder

se não é possível humanizar as relações em quaisquer meios profissionais, ela diz que não, uma vez que se o consumidor encontrar algum defeito, “você tá levando a empresa para o buraco ou colocando a vida dele em risco”. Discorrendo sobre essa questão da segurança e citando o exemplo de uma ponte que caiu em Belo Horizonte por um erro de cálculo no programa, então ela diz: “se eu passei a noite inteira cuidando do meu filho, eu sou apta a mexer nesse software? Não sou!”. A incompatibilidade dessa vez é marcada pelo peso do trabalho reprodutivo ser de responsabilidade feminina.

D1, ao contrário, enxerga que a habilidade desenvolvida por uma mulher que assegura esse tipo de trabalho (reprodutivo) é benéfica para a engenharia. Para a discente:

eu acho que é bem mais fácil do que o homem até, porque mulher tem mais facilidade de gerir as coisas que é o que o engenheiro faz. Mulher, geralmente, né, sempre foi mais ligada em gerir a casa e tal. E mulher mais, mais facilidade de fazer várias tarefas ao mesmo tempo. Então...(Fala da entrevistada D1)

A estudante enxerga de forma otimista a realidade a ser encontrada no mercado de trabalho, no entanto, o que se percebe é que essas competências por vezes encontradas nas mulheres são vistas como habilidades naturais, portanto, as trabalhadoras não recebem por elas.

A1 evidencia que o seu entendimento é o seguinte: para uma mulher ser bem sucedida nesse campo profissional, ela precisa ter um perfil diferente do apresentado na vida pessoal. Ela diz que como na vida pessoal não há a exigência da entrega de um produto, há espaço para delicadeza, temperamento pré-menstrual, etc. Já no trabalho, “quando tem que apresentar, quando tem que conhecer pessoas de outras equipes de outras empresas, que tem que demonstrar um perfil profissional, mostrar nosso produto...” não há espaço para o perfil da vida pessoal. A1 diz que nem sempre é preciso agir de forma diferente, apenas “quando exige do nosso profissional”. Mais uma vez a incompatibilidade entre o que ela entende ser do feminino não é bem-vindo às relações na engenharia. Para ela, a mulher que consegue permanecer nesse meio, é alguém que “apanhou muito da vida”, e então ela cita sua mãe como exemplo positivo de resistência e Marina Rui Barbosa (uma atriz) como alguém incapaz para essa profissão, citando sua beleza, pele bonita e cabelo “daquele” como impraticáveis para um trabalho numa empresa grande e conhecida mencionada pela estudante.

B1 também fala algo no mesmo sentido quando é questionada se há espaço para emotividade no trabalho de engenheira, mas se mostra em discordância com essa percepção de mercado:

Eu acho que por causa do cenário de hoje, o jeito que as coisas são, acho que não. Se chega uma pessoa numa entrevista de emprego e já começa a viajar, florear demais, acho que a pessoa que tá entrevistando vai falar “não, isso não vai dar certo”. Mas acho que isso é pelo meio que é hoje a engenharia, não deveria ser assim. Pelas seleções que acontecem hoje na engenharia, eu acho que eles tendem a querer pessoas

assim, entendeu? Do que uma pessoa mais assim....canceriana, rs. Canceriana é uma boa definição. (Fala da entrevistada B1)

Quanto ao estranhamento de uma mulher cursar uma área dura da Engenharia, C1 diz do incômodo de pessoas mais distantes ligadas a ela com comentários como “nossa, não tem cara, tão delicadinha!”, ou então “nossa, tem mais mulheres na sua sala?”. D1 diz que constantemente professores fazem “brincadeiras” para “descontrair a aula” como “ah, você entraria num avião com uma mulher *dirigindo?*”. A estudante relata que ele disse que parou de fazer piadinha depois “que umas meninas brigaram com ele”. D1 diz se sentir bastante incomodada e diz que, frente a isso, “eu faço cara de nojenta”. Observa-se que apesar das estudantes muitas vezes negarem, demonstram, pelos seus exemplos, que o ambiente acadêmico é, de certa forma, hostil à presença feminina em um curso de tradição masculina. As brincadeiras dos professores refletem, também, esse ambiente ameaçador.

Ainda no universo do CEFET, foi perguntado a B1 se um excesso de feminilidade seria um problema na instituição, então ela reflete e anuncia:

Não sei...exemplo: no fórmula tem uma menina que é muito assim, sabe, ela é muito fofinha e tal. E as vezes as pessoas tratam ela diferente do que me tratam, por exemplo. Que eu se você falar merda para o meu lado eu vou olhar pra sua cara e vou te xingar. Ela não, ela vai ficar ofendida, e vai sair de perto, por exemplo. Então tem que tratar com mais cuidado e tal. [...] acho que não é questão de personalidade adequada, acho que é que as pessoas têm mais facilidade de conviver com aquilo do que com a pessoa um pouco mais fofinha, mais delicada e tal. Acho que não é questão de ser adequada mesmo, acho que é que o homem tem mais facilidade de lidar com isso talvez. (Fala da entrevistada B1)

A partir dessa resposta, a aluna foi convidada a refletir se em um curso majoritariamente feminino, um homem bruto seria igualmente constrangido. E então B1 responde trazendo um estereótipo de gênero: “Hummm, acho que sim. Apesar de que não, né, mulher lida com as pessoas muito mais fácil. É, acho que não, acho que não seria. Acho que seria normal, na verdade, né”. Percebe-se que a discente explicita a habilidade relacional das mulheres e quando diz que “seria normal”, infere-se também que há uma naturalização em relação a imagem de um homem associada à brutalidade. Discorrendo sobre essa habilidade relacional mencionada por B1, Lombardi (2004, p. 184) diz sobre áreas de trabalho que se abrem às engenheiras contando com “conhecidos atributos ou “dons” femininos”, como o “saber se relacionar com os outros, saber ouvir, ter paciência, ensinar, a área de serviços, enfim”. Dessa forma, elas são excluídas das representações em termos de tecnicidade e relacionadas a um universo de trabalho em que são solicitadas dessas mulheres qualidades próprias de uma dita natureza feminina.

Outra recorrência é dizer que mulheres não possuem força física expressiva e dizer que isso é um problema. E1, por exemplo, diz:

Eu acho que algumas coisas não têm como mulher trabalhar, exemplo, sei lá, descarregar carro, mudança. Mulher não vai ter força pra isso. É biológico, entendeu? É...se existir uma mulher forte pra isso, que bom, eu fico muito feliz porque eu queria ter essa força rs mas assim, eu acho que é biológico, que algumas coisas não dá... quem dera que um dia possa, mas eu não vejo isso hoje (Fala da estudante E1)

Falando sobre contratação (se há diferença nesse quesito por gênero), C1 fala discretamente sobre uma dificuldade de uma mulher ser contratada para estar em campo,

Eu acho que existe uma divisão de tipo “ah, isso é uma coisa mais que precisa de mais detalhes, mais cuidado”, acho que ainda existe. Vou contratar uma mulher pra fazer isso pra ficar mais organizado, mais bonitinho e tal. Mas não acho que é regra, tipo, eu acho que com certeza tem empresas com mulheres no campo, na obra, mas eu acho que se você quisesse, você consegue. Não sei se é o que quero ainda, mas...(Fala da entrevistada C1).

Por fim, quando perguntadas se é possível ser engenheira e delicada, as respostas das estudantes foram:

Sim! Eu sou, mas não no meu trabalho.. mas com namorado, família tem que ser. (cita exemplos de amigas delicadas que fazem engenharia). Eu nunca perdi minha feminilidade por estar aqui, jamais ando mal arrumada, eu atraso meu namorado toda vez que tem que vir pra cá [...] Quando você tá na Engenharia, a única coisa que aparece na sua mesa é problema [...] é um problema que ou você conserta isso ou a pessoa que vai usar isso vai morrer! (Fala da entrevistada A1)

Tem, acho que tem. Eu acho que depende muito do papel que ela vai fazer no trabalho dela. Pode ser que ela consiga, pode ser que ela não consiga encaixar o jeito dela naquilo ali. Não sei...exemplo, se fosse pensar é..você consegue imaginar uma pessoa do exército, do BOPE, super delicada? Eu não consigo. Ela pode ser assim na vida dela, mas acho que quando ela entrar naquela profissão, exige que ela seja uma pessoa não muito delicada, se ela for delicada demais, ela não ia conseguir ser do BOPE por exemplo. Eu acho que ela teria que omitir (se ela fosse delicada) (Fala da estudante B1)

Sim, com certeza. Acredito que sim. Eu acho que tem coisas que são separadas, por exemplo, vou ter nojo de encostar nisso porque isso aqui tem graxa, eu vou sujar minha mão. Acho que isso já é mais tipo uma frescura, sabe. Mas tem como ser delicada sim. É, eu acredito que sim. Acho que vai da personalidade, mas você não precisa mudar sua personalidade para o trabalho. (Fala da entrevistada C1)

É, acho que tem (como ser delicada). É... mas pra Engenharia também, pelo menos no meu caso, tentar ser menos delicada, menos tímida, menos reservada... na Engenharia eu aprendi a ser menos reservada, tipo, mais firme com minhas decisões. (Fala da entrevistada D1)

Tem, risos. Tem. É possível. A minha mãe fala isso de mim, rs. Ela fala que até hoje não sabe como que eu lido com as duas coisas. Fala da entrevistada E1)

Considerou-se importante trazer todas as falas porque de maneira mais explícita ou mais sutil, as estudantes demonstraram adjetivos que associam ao homem distintos dos associados a mulher e evidenciaram, muitas vezes, que para o ambiente profissional, é incompatível essa dita natureza feminina, ainda quando respondem afirmativamente à questão proposta. D1, inclusive, complementa sua resposta dizendo que no geral, os meninos são firmes e que “como é um ambiente mais masculino, eles ficam à vontade”.

5.2.3 Auto violência

Nesse item é discutida uma violência que é sutil, discreta e invisível às próprias vítimas, que se configura como uma violência que a mulher infringe a si mesma na medida em que são naturalizadas ou negadas situações de incômodo ou de tratamento diferenciado por parte dos professores, e mudança de comportamento delas para se adaptarem a um curso majoritariamente masculino. Compreende-se que não são atitudes de passividade das alunas perante a essas situações, mas, sim estratégias que são mobilizadas para resistirem e darem continuidade ao curso. No entanto, são antinaturais e incomodam às alunas, afetando diretamente sua subjetividade e feminilidade.

Na literatura científica, Lombardi (2004) também sinaliza situações de preconceito que atingem mulheres no exercício da Engenharia e traz situações explícitas e simbólicas que acontecem no mundo no trabalho. Aqui, de forma diferente, os relatos selecionados são os que dizem respeito ao meio universitário direta ou indiretamente. As trabalhadoras entrevistadas pela pesquisadora concluíram que, salvo alguns casos, na maioria das vezes “a discriminação foi camuflada, não explícita, de difícil comprovação” (LOMBARDI, 2004 p. 199).

Sobre a postura de negação, apesar das estudantes relatarem casos que evidenciam as dificuldades que enfrentam no curso em função do gênero, de forma recorrente negam que sejam vítimas de atitudes de preconceito, de falas sexistas e que sejam de alguma forma restringidas, inibidas, enfim, que mudem para ser possível a adaptação. De forma geral, as estudantes se dizem atentas ao assédio moral e sexual, ao sexismo, ao machismo, no entanto, não visualizam isso no CEFET-MG. Quando questionada se há algum incômodo por cursar engenharia mecânica, E1 diz: “Nenhum. Zero. Me dou bem com os meninos. São bem tranquilos também...não sei se é meu grupo de convívio, né, mas são bem tranquilos”. B1 evidencia o que foi dito acima sobre o CEFET-MG ser um ambiente a parte:

[...] então acho que **dentro do CEFET é uma coisa bem tranquila, agora na sociedade de forma geral é um pouco complicado, né.** Igual essa questão do menino que colocou o vídeo lá no Facebook, do Fórmula. E no Fórmula tem a competição todo ano. Então todo ano as equipes do Brasil inteiro se encontram num lugar só. E obviamente tem muito menos mulher do que homem. Aí eu fico pensando: e se um menino desse falou uma coisa dessa e se você responde uma coisa dessa: nó que mimimi, que não sei o que. Tanto de gente também que não deve ter ali com o mesmo pensamento... mas eu acho que as pessoas que estão ali dentro elas não ligam muito pra isso. Se falar que mulher é incapaz, vai escutar, *foda-se*, não interessa, eu vou fazer o que tenho que fazer independente da pessoa falar que eu não tenho capacidade, por exemplo. Então acho que fora do CEFET, no mundo real mesmo...porque aqui é muito tranquilo. Mas aqui acho que nada que me incomode muito também (Fala da estudante B1)

B1 se refere à situação anteriormente comentada sobre o vídeo compartilhado numa rede social por um estudante de equipe de Fórmula de São Paulo convidando feministas a realizarem um trabalho que depende exclusivamente de força física. Ela retoma o assunto dizendo se alguma mulher se posicionar, vão dizer que é “mimimi”, ou seja, é uma insatisfação indevida, quase que um “chilique”, e isso é associado quase sempre a atitudes de mulheres. B1, que relata o caso e o incômodo no depoimento anteriormente explorado, diz que as mulheres desse meio não costumam se incomodar com esses comentários. Finaliza dizendo que o CEFET é um lugar de exceção. De igual forma, C1 dizendo sobre os problemas do curso, categoricamente diz que “eu acho que, como qualquer curso daqui do CEFET, tem vários (problemas), mas não em relação a machismo ou coisas assim”. Sobre a postura dos professores, quando E1 comenta se há um tratamento diferenciado dos docentes de acordo com o gênero, ela diz que ao contrário disso, o que ela percebe é incentivo:

O que eu já vi é assim, professor incentivando “ah, tem muita mulher nessa sala, que bom que vocês estão aqui!”, mas nem sei te falar que professor que foi, já tem mais tempo, não foi essa semana... mas já teve professor que falou “nossa, essa turma tem muita mulher!” e a maioria das minhas veteranas estão fazendo matéria comigo, então acaba que a sala tem muita mulher.. Muita assim, né, pra engenharia, 10. 10 é muito, aí os professores assustam...” nó, tem muita mulher aqui! Que bom e tal, isso é importante”! eles gostam muito. Mas em questão de atendimento de aluna assim não tem diferença. (Fala da entrevistada E1)

Ao contrário de E1, A1, quando responde se os professores tratam meninas de forma diferente, diz que os professores costumam valorizar as perguntas de uma menina tímida, mas A1 não se vê nessa situação por, inferindo, não assumir o estereótipo do gênero feminino:

No tratar de conversar, no tratar de tirar dúvidas, sim, mas em correção, não. Se uma pessoa me trata grosseiramente, eu fico muito puta, e todo mundo já me conhece, a visão que eu passo é de ser **curta e grossa**. Então quando eu pergunto alguma coisa, os professores me respondem numa boa. Mas se for uma menina muito tímida, que não sei o que, quando eu falo que trata diferente é que se fosse um menino ele falaria “ah, então tá”, mas se é uma menina ele fala “não, pode falar, eu sei que você tá com vergonha. (Fala da entrevistada A1)

De forma similar, B1 também percebe uma diferença de tratamento dos professores com as estudantes, e, para ela, há um fator geracional influenciando no comportamento dos docentes, que tem uma atitude de proteção com as meninas:

Eu acho que tem uma diferença de tratamento por parte dos professores mais velhos. Que eu acho que os professores mais novos eles são mais com a mente aberta, né, no cenário hoje. Mas os mais velhos, que trabalhavam em fábrica, não sei aonde, não sei quanto tempo...**não, menina ali, vamos tomar conta da menina ali**. É sempre assim. (Fala da estudante B1).

Também sobre as atitudes de docentes, A1 discorre sobre assédio:

No CEFET eu nunca de professor, eu nunca tive. Tipo assim, “ah, você não percebe” ... **eu percebo**, eu já sofri tentativa de assédio quando era mais nova, eu sei o que que é, não é uma coisa que eu sempre fui desprovida e não tá percebendo...eu sei sim. Nunca realmente percebi isso. Normalmente todos os professores do CEFET, eles são pais, os que eu conheço tem filhas mulheres e por isso os que eu conheço tem muito respeito (Fala da entrevistada A1)

B1, estudante que em inúmeros momentos demonstra um nível de criticidade de destaque, também nega que já tenha passado alguma situação de assédio no CEFET-MG, tanto entre aluno quanto entre professor e estudante. Apesar das negativas, na mesma resposta comenta que faz intervenções quando ouve comentários de colegas da Fórmula Cefast:

Claro, sempre **tem um outro um pouco mais limitado**, né, em relação a essa questão. Mas assédio de professor não. De dar conta de fazer, não, os meninos falam muita merda, mas eu não escuto muito essas coisas. Dos meninos que são meus amigos do fórmula eu não escuto essas coisas calada. Eu falo: ou, presta atenção, que que vocês estão falando? Aí eles vão maneirando, eles vão pensando e eles eles falam: não, eu realmente eu tô errado no que eu tô falando. Então eu acho que as pessoas que são mais próximas de mim, toda vez que eu escutei alguma coisa eu falei: não, cê tá pensando, não é assim. **E aí as pessoas vão realmente prestando atenção naquilo que estão falando e vão melhorando**. No Fórmula acho que isso é bem tranquilo, nas pessoas que eu sou mais próxima, né. (Fala da entrevistada B1)

Sobre mudar de comportamento para se adaptar ao meio, C1 e D1 tem falas do sentido de confirmar que o CEFET-MG é um lugar de exceção, no entanto, ambas falam de adaptações na vestimenta. C1 responde se há algum desconforto por estar num meio masculino e se ela teve que mudar algo nela e D1 responde se já passou por alguma situação de assédio na instituição:

Eu acho que mais por eu estar na faculdade em si e ter que amadurecer e ter que me virar mais, assim, do que por qualquer outra coisa. Mas...eu acho que as vezes, sei lá, por ter muito homem, sei lá, **“eu vou pra aula hoje e vou com um short super curto”**..eu penso nisso, as vezes. Mas acho que é relativamente tranquilo. Eu acho que as vezes é desconfortável, sabe, tipo ah, as vezes no Fórmula tem sei lá, umas 5 meninas e uns 30 e tantos homens. Aí as vezes tem só eu de menina, e as vezes escuto umas coisas que “ah, eu não precisava estar escutando isso”, mas não é nada assim que me incomode muito. (Fala da entrevistada C1)

(tem assédio no CEFET?) Ah, até que não. Eu não venho muito de short mas porque na oficina é meio difícil de ficar de short. Mas quando tá calor, eu venho e nunca aconteceu nada de...a minha mãe que fala que não é pra eu vim, mas eu venho mais assim. (não vai para o cefet assim). Eu me achei bem acolhida aqui, até casos de...que acontece assédio com meninas em faculdade...eu tenho várias colegas que já sofreram, até cursos que tem mais mulheres, faculdades que tem mais mulheres...na PUC, quando eu vou em festa na faculdade delas e eu acho bem... meninos bem mais folgados do que esses aqui... é, não sei se é comigo ou se é assim..(Fala da entrevistada D1)

C1 confirma que não faz uso de short para ir a aula e, além disso, sinaliza o incômodo pela baixa presença feminina no curso e no projeto de extensão e menciona desconforto em relação às conversas dos meninos, no entanto, permanece com a ideia de que o CEFET-MG é

um ambiente tranquilo. Ratificando essa tranquilidade, D1 compara a instituição a qual está vinculada a outras que tem conhecimento.

Sobre a questão da adaptação no vestir, questiona-se se essa mudança é realmente necessária por estar num ambiente de formação e, portanto, usar um short seria inadequado, ou se é uma estratégia para que as mulheres se invisibilizem e assumam estereótipos masculinos, que vão desde o jeito de vestir até o comportamento. A1 diz de forma constante que é curta e grossa, que é até melhor do que os meninos, que terá mais portas abertas quando se formar quando comparada a eles. Entendeu-se que A1 tanto assume estereótipo masculino na graduação para resistir ao meio quanto ela tem uma necessidade permanente de confirmar seu potencial. Ambas as posturas descritas são pontuadas no meio científico. Maria Rosa diz sobre uma necessidade de neutralizar, de alguma forma, corpos femininos e priorizar faculdades associadas aos homens, como a razão:

Assim, merecem ser notadas as maneiras encontradas pelo coletivo de alunos para lidar com a sexualidade, bem como as estratégias femininas de “adaptação” a um ambiente majoritariamente masculino. Parece ter sido preciso neutralizar de alguma maneira os corpos femininos, como estratégia defensiva num coletivo de maioria masculina, seja dando prioridade ao seu oposto, a razão, seja “disfarçando” as formas, escondendo-se em roupas mais largas, calças compridas etc. (LOMBARDI, 2004, p. 165)

Além da adaptação da forma de se vestir e na valorização do que é comumente associado ao masculino, a autora diz sobre uma outra estratégia que as mulheres utilizam: as jovens tendem a “virar amigos” dos seus colegas e estabelecer muito boas relações com os rapazes, conforme explorado um pouco antes neste trabalho. No entanto, as mulheres também relatam que se procuram como forma de acolhimento. B1 faz exatamente esse comentário quando diz que “aí você olha duas meninas na sala, você vai querer primeiramente conversar com elas, porque você vai se sentir um pouco mais acolhida com certeza do que os meninos, se você começar a conversar com os meninos”, E1 fala do costume das meninas se reunirem na casa de uma delas para beber um vinho e A1 relata que as meninas possuem até um grupo num aplicativo de celular e que em todo churrasco da sala elas estão juntas.

5.2.4 Violência simbólica de gênero no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG – Belo Horizonte

Adota-se, neste trabalho, o conceito de violência simbólica cunhado por Bourdieu (2012, p. 7), sendo uma forma de violência “insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento,

ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”.

Sendo “doce e quase sempre invisível”, Bourdieu diz sobre a submissão encantada, ou seja, diz que essa construção que recai sobre o dominado está “longe de ser um ato intelectual, consciente, livre, deliberado de um sujeito isolado”. Ela é, para o autor, “resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas de poder” (BOURDIEU, 2012, p. 53).

Para dizer da construção dos gêneros, Bourdieu diz de um “longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social” que, junto das aparências e dos efeitos desse trabalho, são conjugados de forma que se inverta a relação entre as causas e os efeitos e faz “ver uma construção social naturalizada”. Para o autor, isso seria o “fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também na representação da realidade” (BOURDIEU, 2012, p. 10). Essa divisão entre os sexos “parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” (BOURDIEU, 2012, p. 19).

“A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservadas às mulheres [...] (BOURDIEU, 2012, p. 18)

O autor diz, então, que a visão androcêntrica é a que se impõe como neutra, dessa forma, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção” (BOURDIEU, 2012, p. 18). É a diferença entre os sexos, especificamente o autor diz da diferença anatômica dos órgãos sexuais, que é a justificativa “natural da diferença socialmente construída entre os sexos” (BOURDIEU, 2012, p. 20).

Encontrando condições de seu pleno exercício, a dominação masculina ocorre em função da primazia universalmente concedida aos homens. “A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física” (BOURDIEU, 2012, p. 53). Como o fundamento da violência simbólica reside “não em consciências mitificadas que bastaria esclarecer e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem”, para que isso seja perpetuado ou transformado, o autor diz da necessidade de perpetuação ou transformação “das estruturas que tais disposições são resultantes”. Assim, enquanto que as mulheres são “submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas

da abnegação, da resignação e do silêncio”, Bourdieu (2012, p. 63) tem o entendimento de que “os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante”. O sociólogo afirma que esse privilégio masculino é também uma cilada, sendo ao homem imposto o dever de em toda e qualquer circunstância afirmar sua virilidade.

Dizendo de três instituições que objetivamente orquestradas garantem o trabalho de reprodução, agindo sobre as estruturas inconscientes (Família, Igreja, Escola), confirma que a última, mesmo liberta da tutela da igreja, permanece transmitindo os pressupostos da representação patriarcal, contribuindo para traçar destinos sociais e a intimidade das imagens de si mesmo.

“De fato é toda cultura acadêmica, veiculada pela instituição escolar, que, em suas variáveis tanto literárias ou filosóficas quanto médicas ou jurídicas, nunca deixou de encaminhar, até época recente, modos de pensar e modelos arcaicos (tendo, por exemplo, o peso da tradição aristotélica que faz do homem o princípio ativo e da mulher o elemento passivo) e um discurso oficial sobre o segundo sexo, para o qual colaboram teólogos, legistas, médicos e moralistas [...] (BOUDIEU, 2012, p. 104)

As alunas entrevistadas negam que elas sejam alvo de preconceito na instituição de ensino, no entanto, entendeu-se, neste trabalho, que a teoria trazida por Bourdieu (2012) justifica claramente a postura das estudantes frente aos próprios relatos. Quando perguntadas diretamente sobre a questão, quase sempre dizem que não são vítimas de comentários discriminatórios ou constrangedores, no entanto, quando discorrem sobre outras questões, relatam casos célebres.

O primeiro a ser discutido é o comentário da estudante E1 quando foi pedido que ela aconselhasse uma menina que queira entrar no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG. A resposta da estudante vai ao encontro da pesquisa de Casagrande e Lima (2015), que, ao investigarem violência de gênero em duas universidades brasileiras, constataram que uma das formas que essa violência atinge meninas que optam por um curso reduto do sexo oposto é a da preocupação com a aparência física das estudantes. E1 diz que os meninos as enxergam como “machos”, já as autoras citadas falam dos comentários sobre “feitura”. Ambos os adjetivos convergem para uma mesma questão: rotular as meninas/moças/mulheres como feias pelo fato de terem escolhido um determinado curso é uma forma de agressão e que pode dificultar o interesse de algumas mulheres pelos cursos de engenharia, que são mais valorizados social e financeiramente (CASAGRANDE e LIMA, 2015, p. 88).

Primeiro que mulher não precisa ter medo de entrar na engenharia porque vai lidar só com homem. As vezes fica com esse receio, né, eu vou entrar lá, vai ter só homem e os homens vão ficar tudo me querendo. Isso não existe, é... não tem disso, **os homens nem te querem quando você entra na engenharia, rs, os homens acham que você é macho talvez.** Não existe isso não, rs, mas as vezes a mulher acha que vai entrar e ser a única da sala, que todo mundo vai dar em cima, que você não vai ter amigo de verdade, mas isso não existe (Fala da estudante E1)

Não é possível definir se esses comentários talvez feitos pelos homens dizem respeito à aparência física ou personalidade, no entanto, indiferente do que se trata, é uma forma de agressão. Silenciosa, invisível e insidiosa.

Sobre as estudantes serem alvo de atitudes claramente discriminatórias, que as restringem enquanto alunas e futuras profissionais, destacam-se dois relatos. O primeiro é da estudante B1 acerca de uma oportunidade de estágio, já comentada no item “Princípio da Separação”. Apesar de não ter acontecido dentro da instituição de ensino, considerou-se importante destacar o comentário nesta parte da escrita do trabalho pelo estágio ser uma atividade obrigatória do curso. Quando a aluna comentava sobre o princípio da separação, ou seja, se existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, ela cita sua experiência no processo seletivo de uma empresa grande no seu ramo profissional, em que a psicóloga não a colocou na área em que queria, ou seja, trabalhar no campo propriamente dito. Perguntou-se, nessa ocasião, se a oportunidade lhe fosse dada e, de fato, encontrasse um ambiente assim, como lidaria. A estudante demonstrou a estratégia de resistência que comumente recorre (foi a mesma citada no relato sobre o vídeo compartilhado pelo colega da Fórmula de São Paulo): “eu acho que eu ia simplesmente ignorar, porque se você ficar batendo boca é pior né, porque são pessoas que você vai ter que trabalhar todos os dias, então eu acho que ia só ignorar e fazer o que tenho que fazer”.

O segundo relato da mesma natureza é de C1 que quando questionada se para usinar é preciso realmente ter muita força, ela explica que é mais exaustivo do que pesado, uma vez que é preciso ter atenção e por ser perigoso, é adequado que alguém esteja junto. Ela relata, então, que apesar de saber dessa consideração e não gostar de fazer o serviço de usinagem sozinha, pediu para a pessoa responsável pelo laboratório fazer o trabalho e, como esperado, o funcionário negou alegando que não a conhecia. No entanto, quando um menino fez a mesma solicitação, a postura do servidor foi diferente, e isso a estudante consegue perceber.

Tanto que quando a gente pede pra usar lá embaixo, eles também não gostam que ninguém usine sozinho. Ah, lá embaixo eu já fui e não deixaram, no laboratório mesmo, eu já fui pedir pra usinar alguma coisa e ele falou “ah, não posso te deixar usinar porque eu não te conheço”. Aí foi um outro menino comigo que ele também não conhecia e ele deixou ele usinar, sabe. Mas foi só isso, tipo assim, hoje a gente acho que...eu não tô...a gente tá construindo um carro novo e eu não tô mais usinando, então eu não sei como estão as coisas lá (Fala da estudante C1)

Foi lhe questionado se entende que essa postura se deu pelo fato dela ser mulher, e, então, a estudante confirma acrescentando que depois dos dois, um menino e ela, descerem, e outro sujeito masculino pode ir ao laboratório desacompanhado:

sim, com certeza, tipo acontece...se eu falar assim, ele fala não, aí, tipo, depois eu desço com um menino e aí ele fala ah, pode. Aí ele fala “ah, é que cê tava sozinha e tal”, **mas aí depois de mim um menino desceu sozinho e aí foi ok** (Fala da estudante C1)

Outro ponto a ser pontuado é a violência sutil traduzida em desconforto que atinge as estudantes por estarem em um meio masculino por predominância e tradição. D1 diz que se sente, hoje, normal por estar num meio assim, mas que, para ela, no início, “foi assustador”. A1 que relata achar “normal”, conta que tem isso naturalizado por ter sido criada em uma casa com muitos homens, sendo uma das poucas netas num meio de quatorze. E então ela diz: “eu sou vista como se fosse uma **carne e tem um monte de abutre em volta**, entendeu. [...] é nítido você tá num lugar que a maioria é homem você chegar e chamar atenção”. Apesar de usar uma metáfora tão forte, quando perguntado se isso a incomoda, ela diz que não, “mas se for com piadinhas...”. Sobre piadinhas, apesar do comentário acima, ela nega que isso acontece no CEFET-MG.

A respeito do recurso das piadinhas, Lombardi se refere a elas como uma forma de “controle social” que permite “garantir a masculinidade das engenharias de um modo geral e de determinadas especialidades” (LOMBARDI, 2004, p. 170). D1 diz que não sente desconforto algum no curso, mas complementa falando das falas dos meninos “é mais piadinha tipo que eles fariam comigo, mas também fariam com qualquer outra pessoa que acontecesse na hora”. Pontua, mas relativiza. C1 tem a mesma postura:

Eu acho que na minha sala assim é bem tranquilo. Às vezes, mas é bem raro, um professor ou outro faz um comentário machista, mas geralmente os alunos nem dão muita bola, tipo, não ficam dando corda pra isso, sabe, eu acho que é bem tranquilo (Fala da entrevistada C1).

De igual forma, E1 fala sobre piadas dos professores que colocam a mulher numa situação de inferioridade: “acho que já, de mulher já, mas assim, que foi brincadeira, que falou e depois falou que tá brincando e tal, que acha muito bom as mulheres estarem aqui. Mas não te falar, não lembro com quem, não lembro como, não sei”. Apesar do relato, ela também relativiza a relevância disso, dizendo que encarou como brincadeira, até mesmo porque “pediram desculpas depois, não levaram pra frente”. Falando se isso a incomodou na ocasião, ela diz não se lembrar convictamente, mas relata que uma outra situação envolvendo A1 e um professor que não compreendeu a incompatibilidade entre a agenda dele propondo visita técnica e a competição da Fórmula e diz que isso a deixou muito mais chateada. “Porque a gente não vai deixar de ir na competição, então assim, me incomodou mais do que uma piada de mulher de brincadeira. E não foi por ela ser mulher que ele fez isso também não, foi só coincidência” (Fala da estudante E1).

Por fim, o relato rico de B1. Perguntada se passou por alguma situação constrangedora no CEFET-MG, diz: “acho que não, aqui no CEFET não. Tem pessoa que é muito machista, mas acho que hora nenhuma influenciou nas minhas notas, no meu desempenho, sei lá, em qualquer coisa. Mas, é, no CEFET não”. Primeiramente, pontua-se: apesar de enxergar o machismo, não entende que isso é constrangedor e, mais além, diz que objetivamente isso não representou nada. Tudo é tão invisível para a estudante que mesmo passando pela situação a seguir descrita, nega que tenha passado por algum constrangimento dessa natureza. Como ela comentou a existência de pessoas machistas, foi pedido para que ela explorasse melhor essa afirmação, e então discorre:

[...] teve uma época que tava tendo bolsa de intercâmbio aqui no CEFET, e aí precisava de fazer uma carta de recomendação. Aí tinha uma lista que era tipo assim: estabilidade emocional, tinha que dar uma nota de 0 a 5. E como ele era coordenador do projeto e eu já convivia com ele há um tempo, pensei “ah, vou pedir ele pra fazer”. Aí foi eu e um amigo meu preencher esse mesmo papel com ele, aí ele virou e falou assim: ahh, preencheu o do menino lá. Estabilidade emocional: 5, por exemplo. Eu lembro desse quesito porque foi marcante. Aí no meu ele falou assim: **estabilidade emocional...ah não, tem que ser uns 3 né, mulher não tem estabilidade emocional.** Foi lá e colocou 3. Eu fiquei estabilizada, uns 5 minutos sem acreditar naquilo que eu tava vendo. Aí eu falei: meu Deus, não é possível, né. Esse foi um dos poucos momentos que eu vi assim realmente, né. Mas eu falei: **graças a Deus ele tem pouquíssima influência dentro do projeto,** né, porque se ele tivesse, nó, isso é péssimo, né. (Fala da estudante B1)

Observa-se que B1 foi alvo de uma associação entre “mulher” e “instável emocionalmente”, e isso é fruto tanto de um preconceito que acontece à medida que se aplica isso a todas as mulheres, ainda que desconhecidas; quanto de um trabalho de socialização que, aplicado às meninas, as tornam frágeis, inseguras e histéricas. No entanto, ainda se B1 possuísse esses adjetivos na vida pessoal, entende-se que a atitude do professor é claramente violenta simbolicamente por primeiramente não a conhecer a esse nível e por potencialmente restringi-la de uma oportunidade profissional, cujos pré-requisitos dizem respeito a sua postura nesse âmbito da vida.

Casagrande e Lima (2015, p. 105), cujo alvo de seu estudo também é a violência simbólica apresenta uma reflexão que está de acordo com as entrevistas realizadas no CEFET-MG para a presente dissertação:

Percebe-se que há a necessidade de se desenvolver ações para que tais situações sejam banidas do meio universitário para que todos e todas tenham condições de fazerem as escolhas de acordo com suas aptidões, anseios e vontades, e, principalmente, encontrem na universidade um ambiente no qual tenham condições de permanência e crescimento igualitário. Todos e todas têm condições de fazer o curso que desejarem, desde que estejam disponíveis para eles e elas as mesmas condições de acesso e permanência

5.3 Percepções das estudantes sobre o curso

Neste item, também como uma devolutiva ao CEFET-MG, ao curso de Engenharia Mecânica e às alunas que gentilmente cederam tempo e dedicação à pesquisa, entendeu-se ser relevante registrar a recorrência das falas das entrevistadas sobre questões que dizem respeito ao curso em si, ainda que as perguntas não tratassem diretamente dos pontos explorados pelas estudantes.

Uma crítica bastante comum nas respostas das alunas diz respeito à postura de uma parte dos professores da Instituição. Pelo relato das entrevistadas, os professores das matérias específicas da Mecânica demonstram mais boa vontade em ajudar o corpo discente, no entanto, os que lecionam matérias do ciclo básico das exatas, não. Outra diferença apontada diz respeito aos professores da parte de Térmica e de Estrutura, conforme o comentário de B1:

Aquí na Engenharia Mecânica, os professores da parte de estruturas são melhores do que da parte de térmica, inclusive o professor que me deu um ano de matéria que chama resistência dos materiais, eu gostava muito da matéria, mas é porque ele era um ótimo professor, a aula dele era impecável, você entendia tudo na aula mesmo. Mesmo não sendo a que eu mais gostava, eu gostava daquilo pela didática do professor. Agora estática, que foi a que eu reprovei, o professor é muito ruim. Eu fiquei um pouco com birra da matéria, mas eu acho que a didática do professor influencia muito. Se ela é péssima, você fica com preguiça até de ir pra aula, mesmo sendo algo que você goste (Fala da entrevistada B1)

Além disso, quando questionadas sobre as disciplinas que tiveram dificuldade, as alunas relatam as reprovações generalizadas em algumas disciplinas do curso e apresentam uma possível explicação para isso: os alunos não são informados sobre a real situação que se encontram, ou seja, não recebem um *feedback* no tempo que julgam adequado. Também comentam sobre a falta de apoio por parte de alguns docentes:

Eu reprovei duas vezes, logo no primeiro período em GAAV, e a outra foi em estática, uma matéria que mexe com parte de estrutura ou de prédio, ou de estruturas mecânicas. GAAV eu acho que foi mais o professor, porque **de 40, 31 reprovaram na matéria**, então, tipo assim, eu acho que quando o professor é bom, ele não reprova 31 pessoas. Em estática, realmente a matéria é muito grande e **o professor ele não entregava as provas, então eu fui fazer a última prova sem saber a nota da 1ª e da 2ª, então você fica meio jogado, sem saber se eu tô bem, se eu tô mal**, e a matéria gigantesca (Fala da entrevistada B1)

Em cálculo 2..eu não lembro, pra ser sincera, faz muito tempo, mas **estática eu descobri se eu ia ou não pra especial 9 horas da noite pra fazer a prova 8 horas da manhã do outro dia. Não lançava nota, tava muito bagunçado assim**, então acho que tudo atrapalha, sabe. Eu fiz todas as provas e não sabia as notas...professor pra tirar uma dúvida ele enrolava, enrolava, não tirava a dúvida, aí acho que tudo foi contribuindo pra isso (reprovação). (Fala da entrevistada C1)

Tive, programação 2. Pelo professor. **Minha turma acha passaram 7 em 45 passaram 7, mesmo desses 7 tinham alguns que era a segunda vez que estavam fazendo.** É porque a matéria é difícil e tava num nível de cobrança que, pra mim, era de engenharia de computação. Ele não tava cobrando nosso nível. E o meu semestre foi...essa matéria a gente tem teórica e laboratório, eu tomei pau na teórica. É, aí assim, chegava no laboratório e “o professor, me ajuda aqui que eu não tô conseguindo”. Aí ele falava “ah, tenta mais um pouco”. Aí tá, tentava, “professor, não tô conseguindo”, **“tá, tenta mais um pouco”**. Ele não chegava e me ajudava, aí eu comecei a tomar birra porque a aula dele acho que era quinta uma hora da tarde, aí eu chegava em casa três horas e ficava até as dez horas da noite sem sair do lugar, porque ele não me ajudava, não tinha um apoio assim [...] Fala da entrevistada E1)

Para além das falhas apontadas pelas alunas sobre as práticas pedagógicas, as estudantes apontaram como problemática a grade do curso que não está de acordo com a exigência do estágio curricular. B1, C1 e E1 comentam a dificuldade de fazerem estágio obrigatório com uma grade tão carregada. A1 também discorre sobre seu entendimento de que “o curso não te prepara para o que o mercado exige”, e, como contraponto, fala da Fórmula como meio em que teoria e prática são articuladas de forma exitosa. Aliás, este é um ponto de destaque: as alunas demonstraram muito envolvimento e apreço pelo projeto de extensão.

Apesar das críticas acima pontuadas, as estudantes evidenciaram que gostam da instituição, gostam do curso e estão adaptadas ao ambiente em que estão, no entanto, a leitura que se faz é que todas, em menor ou em maior grau, mobilizam estratégias que as possibilitam resistirem ao meio.

Por tudo aqui explorado, entendeu-se que a violência simbólica, que é sutil e invisível às vítimas, acontece quando mulheres ocupam redutos considerados masculinos. Essa violência é uma forma de reestabelecer o *status quo*, fazendo valer os princípios da Divisão sexual do trabalho. No entanto, o que se percebe é que as estratégias de resistência mobilizadas pelas estudantes fazem a dialética desses processos de manutenção e de transformar a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando apreender o objeto de estudo em questão, foram feitos levantamentos bibliográficos acerca das teorias de base que dialogam com a pesquisa: a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Simbólica de Gênero. Além desse material, textos que discutem as mulheres nas atividades de Ciência e Tecnologia também foram estudados. Os estudos teóricos e a revisão da bibliografia somaram-se às buscas pelas informações na instituição lócus de pesquisa sobre o quantitativo das matrículas dos cursos. Uma vez constatada a inexpressividade da presença feminina no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG, definiu-se esse o grupo a ser pesquisado.

No momento posterior, o Projeto de Curso da Mecânica foi analisado e entendeu-se ser conveniente desenvolver uma entrevista teste visando ajustar ou não o roteiro previamente estruturado. Pelo entendimento de que estava adequado ao que a pesquisa visa analisar, foram realizadas mais quatro entrevistas sem ajustes no roteiro, considerando que por ser semiestruturada, nesse tipo de investigação o pesquisador tem autonomia para extrapolar o roteiro à medida que se fizer necessário. Após serem transcritas na íntegra, as falas foram categorizadas, iniciando-se a fase da análise dos discursos ricos ao estudo proposto.

Assim, a pesquisa, que objetiva desenvolver uma análise da violência simbólica de gênero no curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG na perspectiva das alunas, de forma a se compreender as motivações, as estratégias de resistência, os desafios e dificuldades enfrentados pelas mulheres para se manterem no curso escolhido, tem como grande enfoque a afirmação que apesar de serem alvo de violência simbólica, as alunas sujeitos de pesquisa desenvolvem estratégias que as permitem resistir à hostilidade do meio em que estão.

Os achados deste trabalho foram explorados no capítulo anterior. Como a violência simbólica se caracteriza justamente pela sutileza e inconsciência do sujeito alvo, entendeu-se, na pesquisa, que ela acontece de forma ampla. Dessa maneira, procurou-se demonstrar que desde a percepção das alunas sobre os princípios da Divisão Sexual do Trabalho; a confirmação, por parte das entrevistadas, do trabalho de socialização que recai de forma diferenciada sobre as mulheres; as habilidades naturais das mulheres e as competências profissionais conjugadas no masculino; a necessidade de serem mais para se igualarem; até os relatos ricos sobre auto violência e violência propriamente dita, simbolicamente cursar uma graduação que é reduto masculino é enfrentar constantemente uma violência insidiosa, sutil e invisível. Para resistirem, adotam estratégias de resistências, e elas assumem várias facetas, como a seguir comentadas.

Primeiramente, algumas estudantes mudam o jeito de vestir porque entendem que “short”, por exemplo, não combina com o ir para aula, especialmente porque participam da Fórmula, mas, na verdade, entende-se que adotam meios de minimizarem aquilo que às relacionam ao ser mulher naquele ambiente. Outra leitura que se pode fazer é de que sabem da possibilidade de se tornarem alvo de assédio sexual, e uma roupa mais curta favoreceria o fato. Sobre isso, inclusive, de forma geral, quando as alunas sentem algum incômodo, elas não dão atenção para comentários que as diminuam. As estudantes também escolhem, ainda que de forma inconsciente, acreditar que as “piadinhas” dos professores são brincadeiras e que se pediram desculpa, está tudo bem. Relativizam o peso desses dizeres por saberem que se querem formar no curso escolhido, terão de lidar com esses inconvenientes.

Também como estratégia de resistência, o apontar a tecnologia e o trabalho em equipe como formas de driblar a questão da força física, sendo que, para muitas, o ofício da Engenharia nem requer essa habilidade. Também aparecem as falas relativizando que a força esteja necessariamente ligada ao masculino. Além disso, as estudantes assumem, muitas vezes, estereótipos relacionados ao que a sociedade dita para os homens, mas costumam dizer que isso é o natural delas. No entanto, há as falas que apontam existir uma necessidade profissional diferente da vida pessoal, ou seja, as estudantes assumem uma personalidade específica para entrarem no universo da engenharia. Mais uma vez, percebe-se além da violência de outros dirigida às estudantes, uma auto violência como forma de produzir aquilo que são alvo.

Observou-se, também, que as estudantes relativizam o quanto gostam de ter amizade com mulheres, explicitando falas estereotipadas sobre o gênero, mas elas demonstram o impacto inicial ao encontrar grande maioria de homens no curso. Além disso, adiam a maternidade e pensam em soluções conciliando as esferas produtiva e reprodutiva como forma de resistirem. Por fim, e não menos importante, o estudo em demasia como forma inconsciente delas se igualarem aos um homem. Por terem o diferencial da dedicação, sentem-se aptas a competir no mercado de trabalho.

É importante pontuar a dificuldade de analisar os dados a partir das lentes da Violência Simbólica, uma vez que essa forma de nomear é pouco recorrida nos textos de forma geral, sendo Bourdieu extremamente teórico e abstrato. Considerou-se, também, tênue a distinção entre os sentidos de “sexismo”, “discriminação de gênero” e “violência simbólica de gênero”, no entanto, a opção pelo último termo decorre da ideia de que os dois primeiros são também formas de violência, diferenciando a concretude ou o simbolismo da ação. O esforço desta dissertação é o de analisar os discursos das estudantes do curso de Engenharia Mecânica do CEFET-MG sob o enfoque da violência simbólica, no entanto, há a consciência de que a

tentativa se esbarra em dificuldades. Apesar dessa consideração, optou-se pela permanência do título do trabalho, bem como dos objetivos, pelo entendimento, por parte da autora, orientadora e membros da banca de defesa, de que ele está alinhado ao que este trabalho se propôs. Observa-se maior facilidade de trabalhar com os dados acerca da Divisão Sexual do Trabalho, pela clareza e objetividade do referencial teórico.

O que se pode afirmar como consideração última é que driblando inconvenientes, assumindo novas personalidades, se violentando na medida que mudam suas essências, ignorando comentários, desenvolvendo mecanismos de conciliar a vida pessoal com o trabalho produtivo, as mulheres estão protagonizando a própria luta e fazendo a dialética do que está posto com a antítese que suas vidas representam. Espera-se uma síntese que esteja em direção a um mundo de equidade.

Consciente de que a discussão não se finaliza com este trabalho, sugere-se como temas para futuras pesquisas a violência simbólica e as estratégias de resistência desenvolvidas por mulheres que já estão inseridas profissionalmente no âmbito da Engenharia, especialmente numa área “dura”. Também entende ser interessante pesquisar as motivações de estudantes que desistiram da área. Acredita-se que o relato desses sujeitos de pesquisa em potencial contribui para a discussão da violência simbólica, que, mais uma vez, não se esgota na presente dissertação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n2/a02v11n2.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 1 abr. 2017.
- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 119-41, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43596096>>. Acesso em: 1 abr. 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. IBGE. *Estatística de gênero: uma análise dos resultados de censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- CABRAL, Carla Giovana. Pelas telas, pelas janelas: o conhecimento dialogicamente situado. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 63-97, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332006000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- CABRAL, Carla Giovana. Pioneiras na Engenharia. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO, 8., 2010, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UTFPR, 2010.
- CARNEIRO, Italan. O ensino técnico profissionalizante no Brasil: das Escolas de Aprendizizes Artífices (EAAS) aos Institutos Federais (IFS). In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Natal. *Anais...* Natal: CONEDU, 2016.
- CARRIERI, Aguiarm Diniz. Reflexões sobre o indivíduo desejanete e o sofrimento no trabalho: o assédio moral, a violência simbólica e o movimento homossexual. *Cadernos Ebape.Br*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, artigo 10, mar. 2013.
- CARRILHO, Anabelle; YANNOULAS, Silvia Cristina. Construindo novos túneis: subterfúgios das engenheiras para deslocar as fronteiras da divisão sexual da ciência e da

tecnologia. *INTERthesis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 36-56, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p36>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Saleta. Mulheres e ciência: desafios e conquistas. *INTERthesis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 20-35, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p20>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CASAGRANDE, Lindamir Saleta; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 825-850, set. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/46752>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/viewIssue/3038/363>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CRUZ, Gênesis Vivianne; PEREIRA, Wilza Rocha. Diferentes configurações da violência nas relações pedagógicas entre docentes e discentes do ensino superior. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 66, n. 2, p. 241-250, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672013000200014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 3 abr. 2017.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias*, n. 21, p. 66-92, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 mar. 2017.

FERREIRA, Maria Cristina. *Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero*. *Temas em Psicologia da SBP*, v. 12, n. 21, p. 119-126, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v12n2/v12n2a04.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres no mercado de trabalho: grandes números. In: *Banco de dados sobre o trabalho das mulheres - trabalho feminino: séries históricas*, 2007. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/series.php>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Romeu. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. *Athenea Digital*, n. 14, p. 237-243, 2008. Disponível em:

<<http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/520>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

HERNANDÉZ, Alfonso. La violencia de género y sus prácticas en la Universidad de Guadalajara. In: JIMÉNEZ, Rosa Maria González (Coord.). *Violencia de género en instituciones de educación superior en México*. México: Universidad Pedagógica Nacional, 2013.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, v. 21, p. 24-41, 2009.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

INEP. *Censo da Educação Superior 2010: divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010*. Brasília: INEP/Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

INEP. *Censo da Educação Superior*. Brasília: INEP/Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. *Comunicados do IPEA*, n. 149. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.

JIMÉNEZ, Rosa Maria González *et al.* Violencia estructural de género: segregación por áreas de conocimiento en las IES. In: JIMÉNEZ, Rosa Maria González (Coord.). *Violencia de género en instituciones de educación superior en México*. México: Universidad Pedagógica Nacional, 2013.

KERGOAT, Danièle. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: HIRATA, Helena (Org.). *Divisão capitalista do trabalho*. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, n. 1, v. 2, p. 73-103, 2. sem. 1989.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos. CEBRAP* 86, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000100005>. Acesso em: 14 fev. 2017.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

LIMA, Betina Stefanello de. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. *Estudos Feministas*, n. 21, n. 3, p. 496, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.forquap.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Labirinto_de_cristal_mulheres_na_fisica.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017.

LOMBARDI, Maria Rosa. *Perseverança e resistência: a Engenharia como profissão feminina*. 2005. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000348602>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

LOMBARDI, Maria Rosa. A engenharia contemporânea e a contribuição das mulheres nas mudanças recentes do campo profissional. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, n. 2, p. 209-232, 1/2006. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2467>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

LOMBARDI, Maria Rosa. Carreiras de engenheiras em pesquisa científica e tecnológica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 144, p. 886-903, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a13.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira & gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 2, n. 3, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/viewFile/2485/1599>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 26, n. 27, p. 173-202, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 ago. 2017.

LOMBARDI, Maria Rosa. Formação e docência em Engenharia na ótica do gênero: um balanço de estudos recentes e dos sentidos da feminização. In: YANNOULAS, S. C. *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013. p. 111-136.

LOMBARDI, Maria Rosa; GONZALES, Débora de Fina. Engenharia e gênero: as mutações do decênio no Brasil. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. cap. 14, p. 171-180.

MACHADO, Daniela Cristina. Aprendendo metodologia sob o olhar de um principiante em pesquisa. *Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação*, ano VIII, n. 8, p. 96-107, out. 2007.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de Pós-Graduação em Educação. *Revista Percursos*, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

MARTINI, Márcia M. J.; VENTURA, Paulo C. S.; PEREIRA, Bernadeth M. A história da educação tecnológica em Belo Horizonte no contexto da criação da capital mineira. In: CONGRESSO MINEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2005, São João Del Rei. *Anais...* São João Del Rei: [s.n.], 2005.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, v. 5, n. 11, p. 1-18, 2009.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. *Trabalho & Educação*, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2016. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/revistas/index.php/trabedu/article/view/2328/1586>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

QUIRINO, Raquel. *Mineração também é lugar de mulher!* Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Ensaio sobre a violência simbólica nas organizações. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 16, n. 51, p. 629-646, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad. Pagu* [online], n. 16, p.115-136, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Nicole. O que é sexismo. Disponível em: <<https://educacao.umcomo.com.br/artigo/o-que-e-sexismo-terminologia-e-situacoes-sexistas-18891.html>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SARAIVA, Karla. Produzindo engenheiras. *Revista de Ensino de Engenharia*, Passo Fundo, v. 27, n. 1, p. 48-56, jan./jun., 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SEGNINI, Liliana. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. *Cadernos Pagu*, v. 10, p. 147-168, 1998.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e Representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SOUZA, Sandra Duarte de. Educação, trabalho e socialização de gênero: quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social. *Educação & Linguagem*, ano 11, n. 18, p. 170-185, 2008.

TABAK, Fanny. Apesar dos avanços: obstáculos ainda persistem. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, n. 33, p. 88-101, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6164/3815>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Acerca de cómo las mujeres llegaron a ser maestras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 73, p. 497- 521, 1992. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/370/376>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

APÊNDICE A

Levantamento de teses e dissertações da CAPES

Levantamento teses e dissertações				
Palavra Chave para pesquisa: Divisão Sexual do Trabalho, Preconceito de Gênero; Violência Simbólica de Gênero				
Início da Pesquisa: 01/04/2016			Término da Pesquisa: 10/10/2017	
Item	Ano	Título	Autor (a)	Orientador (a)
1	2013	Canteiro de obras, lugar de mulher? Um estudo sobre as relações de gênero e trabalho no âmbito da construção civil de Fortaleza- CE	Mayra Rachel da Silva	Profa Dra Maria do Socorro Ferreira Osterne
2	2015	A inserção de mulheres em postos de trabalho marcados pela lógica masculinizante: uma análise com as mototaxistas de Cairó-RN	Priscilla Brandão de Medeiros	Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva
3	2013	A corresponsabilização do Estado pelo Cuidado: uma análise sobre a Política de Creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho	Mariana Mazzini Marcondes	Profa Dra Silvia Cristina Yannoulas
4	2014	Particularidades do trabalho feminino: um debate entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho	Itala Carneiro Bezerra	Profa Dra Maria Augusta Tavares
5	2012	Mulheres em áreas específicas da engenharia: fatores de influência em suas opções profissionais	Mônica Mansur Bahia	Prof. Dr João Bosco Laudares
6	2016	Relações de gênero e formação de engenheiras e engenheiros	Adriana Zomer de Moraes	Prfa Dra Tânia Mara Cruz
7	2014	Barreiras (in)visíveis: a segregação de gênero em cursos universitários da UFRN	Brunilla Thaís Queiroz de Melo	Profa Dra Rita Lourdes de Lima
8	2016	Mulheres invisíveis, mas necessárias: a negação da feminização no trabalho da Mineração	Anabelle Carrilho	Profa Dra Marlene Teixeira
9	2006	Sexismo no ambiente Acadêmico- Profissional: Influências no bem-estar e na auto-estima	João Marcos Spadoni	Profa Dra Ana Raquel Rosas Torres
10	2014	Batom, graxa e salto alto: o discurso das mulheres mecânicas	Nara Eliane Pereira Leal	Profa Dra Eliane Terezinha do Amaral Campello
11	2015	Relações de gênero na polícia civil de Ribeirão das Neves: o empoderamento de delegadas	Rosilaine Aparecida Pinto Aguiar	Profa Dra Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo
12	2016	Gênero e mídia: um olhar sobre a violência simbólica e a publicidade infanto-juvenil	Luciana Gonzaga Bittencourt	Profa Dra Nível Valença Barros
13	2014	A branquidade em Vogue (Paris e Brasil): imagens da violência simbólica do século XXI	Daniela Novelli	Profa Dra Cristina Sheibe Wolff
14	2013	A mulher na política: representação, gênero e violência no discurso jornalístico	Luciana Soares	Profa Dra; Ana Rosa Ferreira Dias

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista semiestruturada

ENTREVISTADAS: alunas dos cursos de Engenharia Mecânica do CEFET-MG

Categoria de Análise	Perguntas
Perfil das entrevistadas	<p>Nome: Idade: Período do curso: Ano/semestre de ingresso: O curso foi sua primeira opção? Se não, em qual curso começou? Por que fez a mudança de curso? Te alguma reprovação? Em qual disciplina? Quais disciplinas você tem mais facilidade e qual tem mais dificuldade? Por quê?</p>
Percepções sobre a Divisão sexual do trabalho na Engenharia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Você acha que existem trabalhos que devem ser feitos exclusivamente por homens e outros por mulheres? Por quê? 2. Você acha que os homens têm mais aptidão para a engenharia do que as mulheres? Por quê? 3. Você acha que quando se formar você terá as mesmas condições e oportunidades de exercer a sua profissão exatamente como os homens? Por quê? 4. Você acha que o mercado de trabalho absorve tantos engenheiros e engenheiras para aos mesmos cargos e funções? Por quê?
Motivações para a escolha/permanência do/no curso/área	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o seu objetivo profissional? 2. Por que você escolheu esse curso? 3. Quais as dificuldades você enfrenta para fazer esse curso? Por quê? 4. Os seus pais, marido, namorado aprovam e encorajam essa sua escolha profissional? 5. Como você concilia ou pensa em conciliar sua vida pessoal (trabalho doméstico, casamento, filhos etc.) com sua vida profissional?
Violência simbólica, estratégias de resistências, desafios e possibilidades no mercado para mulheres que ocupam profissões tipicamente masculinas;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como é o relacionamento dos/as professores/as com os/as alunos/as? Há alguma diferença no tratamento com as meninas? 2. Como são as aulas de laboratório ou aulas práticas? Vocês são estimuladas a fazer as mesmas atividades dos meninos? 3. Quando há atividade a ser desenvolvida em grupo, como são esses agrupamentos? 4. Como os colegas tratam vocês? 5. Você sente alguma dificuldade ou desconforto por cursar um curso que tem muito mais homens do que mulheres? 6. É comum ouvir “piadinhas” ou “brincadeiras” sobre mulheres na Engenharia? Como são elas? Por parte de quem? Colegas ou professores/as? Como você se sente e lida com isso? 7. Dê a sua opinião sobre as mulheres na engenharia: desafios, possibilidades e contribuições.

APÊNDICE C

Termo de consentimento livre e esclarecido

Projeto de Pesquisa: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NA ENGENHARIA: ESTUDO DE CASO NO CEFET-MG

Você está sendo convidada/o a participar como voluntária de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo: **analisar, segundo a perspectiva das alunas, a violência simbólica, caracterizada pelo o sexismo, estereótipos e marcadores de gênero em cursos de engenharia do CEFET-MG, no período de 2013 a 2017.**

A sua participação consistirá em responder a uma entrevista com questões relativas **ao seu perfil pessoal, sua trajetória acadêmica e profissional e algumas questões relativas à sua percepção da área e da instituição a qual você esteve/está matriculada.**

Os locais e horários das entrevistas serão combinados com você, respeitando a sua disponibilidade e preferência. Você não terá nenhum custo com a pesquisa.

Esclarecemos que o uso do material coletado será gravado e transcrito, sendo destinado única e exclusivamente para a realização desta pesquisa e que a sua identidade e de quem citar será omitida por meio do uso de nomes fictícios. Você poderá se recusar a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal, caso sua decisão seja a de não participar da pesquisa. Uma vez transcritas as falas, selecionaremos o que julgarmos interessante para o estudo em questão e esses excertos serão analisados à luz da teoria da Divisão Sexual do Trabalho e da Violência Simbólica de Gênero.

Os riscos decorrentes da participação na pesquisa são mínimos, restringindo-se a um possível cansaço ao longo da entrevista. Nesse caso a entrevista poderá ser interrompida e remarcada para outra dada, de acordo com a sua preferência. Além disso, existe a possibilidade de danos ao seu bem estar psíquico, por envolver emoções e subjetividades.

Informamos ainda que o benefício em participar dessa pesquisa é muito abrangente, visto que os resultados poderão contribuir para **a análise da violência simbólica no meio universitário, visando a redução das desigualdades entre homens e mulheres na Educação Profissional e Tecnológica e no mundo do trabalho.** De forma direta, a entrevista possibilitará a reflexão sobre questões pouco exploradas no ambiente acadêmico, o que te permitirá se questionar sobre a realidade enfrentada e a que é provável vivenciar já na esfera do trabalho produtivo.

Em caso de dúvidas, as pesquisadoras responsáveis colocam-se à disposição pelos contatos:

Mestranda: Bruna de Oliveira Gonçalves – 31 992705116 – brunadogoncalves@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Quirino - 31 9752-3998 - quirinoraquel@hotmail.com

Dúvidas referentes às questões éticas poderão ser esclarecidas diretamente com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, local para o qual o projeto de pesquisa foi enviado e aprovado, no endereço: Rua Bahia, 2020. Lourdes, Belo Horizonte, MG. CEP: 30.160-032. Telefone: (31) 3244-7257.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, Carteira de Identidade nº _____, Telefone () _____, informo que li e entendi as informações prestadas neste termo de consentimento e que concordo em participar da pesquisa ora apresentada, como respondente da entrevista a ser realizada pelos pesquisadores responsáveis.

_____, _____ de _____ de _____.

(Assinatura)

ANEXO 1

AUTORIZAÇÃO CEFET



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Av. Amazonas, 5253 – Bairro Nova Suíça – Belo Horizonte-MG 30421-169
Telefone: (31) 3319-7007 – E-mail: gabinete@adm.cefetmg.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

O CEFET-MG – Instituição Federal de Ensino Superior – IFES *multicampi*, pública e gratuita, com oferta educacional verticalizada (do técnico à pós-graduação *stricto sensu*), contemplando, de forma indissociada, o ensino, a pesquisa e a extensão – é uma instituição aberta à realização de estudos e pesquisas em seus ambientes institucionais, por parte de pesquisadores internos e externos.

A referida autorização abrangerá a realização de uma pesquisa qualitativa/quantitativa, que utilizará como instrumentos entrevista semiestruturada, grupo focal aos alunos necessárias ao desenvolvimento do trabalho dissertação intitulado o “Violência simbólica de Gênero na Engenharia: Estudo de Caso no CEFET-MG”, sob orientação de Raquel Quirino vinculada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Nessas condições e tendo em vista a função social de a Instituição contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural, por meio, particularmente, da pesquisa e da inovação, a Direção do CEFET-MG autoriza a realização de trabalho relativo à pesquisa cujos dados estão discriminadas em anexo. Além disso, autoriza também a menção ao nome do CEFET-MG no estudo em pauta. Entretanto, em respeito ao Decreto de 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a lei 12.527, de 18/12/2011, as informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades serão permitidas, desde que necessárias à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir, de forma direta ou indireta, ou mediante consentimento expresso da pessoa às quais os pesquisadores se referirem.

As atividades da pesquisa e seus produtos não poderão implicar, para o CEFET-MG e seus sujeitos, qualquer dano, prejuízo ou constrangimento de ordem educacional, sociocultural, financeiro, além de não poderem denegrir a imagem institucional e deverão ser conduzidas dentro dos princípios éticos e de elegância e respeito acadêmicos. O (a) pesquisador (a) se compromete a encaminhar ao CEFET-MG cópia dos produtos gerados a partir da pesquisa e a observar este termo, conforme explicitação abaixo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Av. Amazonas, 5253 – Bairro Nova Suíça – Belo Horizonte-MG 30421-169
Telefone: (31) 3319-7007 – E-mail: gabinete@adm.cefetmg.br

Assim posto, autorizo Bruna de Oliveira Gonçalves, aluno(a) do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, que desenvolve pesquisa intitulada “Violência simbólica de Gênero na Engenharia: Estudo de Caso no CEFET-MG”, a realizar sua pesquisa nesta Instituição.

Por se tratar de pesquisa que envolve alunos de graduação, solicitamos aos pesquisadores entrar em contato com o Diretor do Campus....., que, por intermédio da Coordenação Pedagógica, poderá sistematizar o acesso aos alunos e professores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

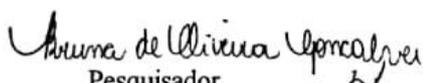
Belo Horizonte, ___/___/2018.

Prof. Dr. Conrado de Souza Rodrigues
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação - CEFET-MG
Portaria nº 1.329 de 14 de outubro de 2015



Prof. Dr. Flávio Antônio dos Santos
Diretor Geral do CEFET-MG

Estou ciente dos termos desta autorização, comprometo-me a observá-los e arcar com as consequências do seu eventual não cumprimento.


Pesquisador
Assinatura


Orientador a
Assinatura